Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XIII Legislatura **Número: 47**

I Sessão Legislativa **Horta, terça-feira, 8 de abril de 2025**

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputado Carlos Freitas e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos Deputados, a sessão iniciou-se com o **Debate de Urgência sobre "Habitação: Desafios e Futuro"**, promovido pelo Grupo Parlamentar do CHEGA. A intervenção inicial coube à Deputada Olivéria Santos (CH), tendo o debate prosseguido com as intervenções dos Deputados: João Mendonça (PPM), Nuno Barata (IL), António Lima (BE), Russell Sousa (PS), José Pacheco (CH), Luís Raposo (PSD), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Francisco Lima (CH), Pedro Neves (PAN), Cristina Calisto (PS), Joana Pombo Tavares (PS), Carlos Rodrigues (PSD), Vasco Cordeiro (PS). Do Governo intervieram: a Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro) e o Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática (Alonso Miguel).

De seguida, sucedeu-se o debate e votação do **Projeto de Resolução n.º 19/XIII – "Recomenda ao Governo Regional dos Açores a regulamentação dos veículos utilizados no transporte de passageiros em táxi através de nova portaria"**, apresentado pela Deputada Hélia Cardoso (CH). Participaram do debate os seguintes Deputados: Nuno Barata (IL), Francisco Gaspar (PSD), João Mendonça (PPM), Marlene Damião (PS), Catarina Cabeceiras (CDS-PP). Da parte do Governo interveio a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral). O Projeto de Resolução foi aprovado por maioria.

Posteriormente procedeu-se ao debate e votação dos seguintes Projetos: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XIII – "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016, de 29 de setembro - regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores"**, apresentado pela Deputada Inês Sá (PS) e o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XIII – "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016/A, de 29 de setembro - Regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores"**, apresentado pelo Deputado António Lima (BE).

Intervieram os Deputados: Hélia Cardoso (CH), Catarina Cabeceiras (CDS-PP), Nuno Barata (IL), Pedro Neves (PAN), João Mendonça (PPM), Nídia Inácio (PSD), José Miguel Toste (PS), João Bruto da Costa (PSD) e Andreia Cardoso (PS) que usou a figura regimental de defesa de honra. Da parte do Governo interveio a Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

Ambos os Projetos, foram rejeitados na generalidade.

Intervieram para declarações de voto os Deputados: António Lima (BE), Cecília Estácio (PSD), Hélia Cardoso (CH) e José Miguel Toste (PS).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 9 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada. Tem a palavra o Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia Sras. e Srs. Deputados.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório **Vasconcelos**

Ana Maria dos Santos Silva e **Jorge**

Carlos Eduardo da Cunha **Freitas**

Carlos Henrique Lopes **Rodrigues**

Cecília Maria Soares **Estácio**

Délia Maria **Melo**

Flávio da Silva **Soares**

Francisco Manuel Raposo **Gaspar**

João Luís **Bruto** da Costa Machado **da Costa**

José **Joaquim** Ferreira **Machado**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Miguel Teixeira **Raposo**

Luís Carlos Cota **Soares**

Paulo Rui Paiva Ferreira **Chaves**

Paulo Duarte **Gomes**

Paulo Alberto Bettencourt da **Silveira**

Paulo José da Cunha **Simões**

Rúben Filipe Rebelo **Cabral**

Sabrina Marília Coutinho **Furtado**

Maria **Salomé** Dias de **Matos**

Partido Socialista (PS)

Andreia Martins **Cardoso** da Costa

Berto José Branco **Messias**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Cristina de Fátima Silva **Calisto**

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas **Valadão**

Gualberto Costa **Rita**

Inês Soares de Oliveira e **Sá**

Maria **Isabel** Góis **Teixeira**

Joana Sousa **Pombo Tavares**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gabriel Freitas **Eduardo**

José Miguel de Freitas **Toste**

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Luís Miguel Vieira **Leal**

Mário José Dinis **Tomé**

Marlene Andrea Martins Oliveira **Damião** de Medeiros

Marta Ávila de **Matos**

Patrícia Maria Melo **Miranda**

Russell Michael **Sousa**

Partido CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de **Lima**

Hélia Maria Pinheiro **Cardoso**

José Eduardo da Cunha **Pacheco**

José Paulo Machado de **Sousa**

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de **Mendonça**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente **Neves**

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 50 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Secretário Regional, vamos, conforme deliberado na Conferência de Líderes, reservar esta manhã para o ponto 1 da nossa agenda:

Debate de urgência sobre "Habitação: Desafios e Futuro", promovido pelo Grupo Parlamentar do CHEGA.

Os tempos disponíveis para este debate são os seguintes: o Governo, o Grupo Parlamentar do PSD, o Grupo Parlamentar do PS e o Grupo Parlamentar do CHEGA dispõem, cada um, de 25 minutos; o Grupo Parlamentar do CDS-PP dispõe de 12 minutos; e as Representações Parlamentares dispõem, cada uma, de 10 minutos.

Para dar início ao debate, por parte do Grupo Parlamentar do CHEGA, tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos.

Pausa.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O problema da falta de habitação nos Açores continua a ser uma questão maior, tratando-se de uma situação urgente, sendo, por isso, necessário avançar, sem mais demoras, com uma política eficaz que vise combater esta situação e ajudar os Açorianos a poderem adquirir ou arrendar uma habitação.

Os preços dos arrendamentos e para quem quer adquirir uma habitação continuam exorbitantes, o que, a par da falta de capacidade financeira para recorrer a um crédito habitação, têm sido limitadores para muitas famílias açorianas, em particular para os casais jovens e para as famílias de classe média, que têm visto adiada esta pretensão.

Também as taxas de juro, a escassez de oferta e a consequente especulação imobiliária são entraves com que se continuam a debater as famílias açorianas.

O CHEGA tem vindo a exigir do Governo dos Açores que olhe para esta situação como uma emergência, colocando a falta de habitação nos Açores no topo das suas prioridades.

A classe média tem de ter a possibilidade de ter acesso à habitação a preços compatíveis com os seus rendimentos.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: A necessidade de construção de novas habitações é crucial em todas as ilhas dos Açores e tem de ser uma prioridade.

Uma vez mais, o CHEGA reitera que os açorianos não estão a pedir casas de graça, querem sim, moradias com condições para as poderem adquirir e pagar.

Apesar de reconhecermos algum esforço político e o anúncio de novas medidas para o sector da habitação, é crucial avaliar os efeitos práticos destas iniciativas, o seu grau de execução e eficácia na resolução deste problema.

Neste sentido, questiono o Governo sobre o que já está em prática, por exemplo, no que concerne aos Programas de apoio como o *Famílias com Futuro – Incentivo ao Arrendamento.*

O que fez o Governo dos Açores para aumentar os apoios e contribuir para a redução do esforço financeiro das famílias para pagar as rendas de casa?

Há ou não mais famílias apoiadas?

O Governo admite rever os tetos máximos nos apoios ao arrendamento?

Em relação ao programa *Casa Renovada, Casa Habitada — Renovar para Habitar*, o que é que o Governo fez para que mais famílias possam beneficiar deste programa?

Há, ou não, mais famílias elegíveis?

Quantas famílias estão a beneficiar deste apoio?

Na vertente de autoconstrução, o que fez o Governo dos Açores para melhorar este programa?

Quantas pessoas, quantas famílias passaram a ser elegíveis a este programa por via da alteração no Orçamento da Região 2024, conforme pediu o CHEGA-Açores?

Uma família que receba um lote infraestruturado pode concorrer ao programa autoconstrução?
Neste momento, como estamos a nível de construção de novas moradias em todo o arquipélago?
Em concreto, o programa CREDITHAB, que efeitos práticos teve?
Quantas famílias recorreram a este apoio e quantas viram os seus processos aprovados?
Como estamos no que diz respeito ao controlo e gestão das habitações sociais?
Qual o número de habitações desocupadas?
Qual o número de rendas em atraso e que procedimentos têm sido adotados para os casos de incumprimento?
Precisamos de mais fiscalização e transparência na habitação social e, sobretudo, uma visão de futuro que una urbanismo, justiça social e coesão territorial.
É fundamental que todos tenham direito a uma habitação, sendo necessário apoiar as famílias com dificuldades em adquirir casa própria, através de subsídios à renda ou apoio à aquisição de imóveis; é necessária a construção de novos empreendimentos habitacionais, o que pode ajudar a melhorar a oferta de casas; é necessária uma melhor promoção do mercado de arrendamento, tentando assim combater o aumento descontrolado dos preços das rendas.
As grandes cidades dos Açores, como Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta, são particularmente afetadas por esta escassez. O aumento dos preços, tanto de venda como de arrendamento, coloca as famílias açorianas numa posição cada vez mais difícil, especialmente as mais jovens ou com rendimentos baixos. Por sua vez, o mercado privado é dominado pela especulação e pelo aluguer de curto prazo, especialmente em zonas turísticas — como bem sabemos —, que empurram ainda mais para cima os preços das rendas e dos imóveis.
Os açorianos merecem um futuro onde possam viver com dignidade e estabilidade, sem serem forçados a abandonar as suas ilhas por falta de alternativas habitacionais.

Só assim será possível garantir a coesão social e o desenvolvimento sustentável de todo o arquipélago.

É preciso continuar esta aposta no setor da habitação na Região, com a promoção de mais habitação nos Açores, colocando como prioridade, sempre, o acesso dos jovens e das famílias de classe média a habitação acessível.

A modalidade do arrendamento com opção de compra já está devidamente regulamentada e em prática?

A questão dos solos para habitação nos Açores tem sido também uma das preocupações do CHEGA. A falta de terrenos acessíveis tem sido um entrave ao crescimento urbano e à fixação de famílias. É preciso aumentar a disponibilidade de terrenos e criar condições para aumentar a oferta de solos disponíveis para construção habitacional, especialmente em concelhos com despovoamento.

Já foi feito um levantamento de terrenos e imóveis devolutos, para que possam ser requalificados ou aproveitados para novos projetos habitacionais?

Senhora Secretária, não há política de habitação sem política de solos!

Continuamos a assistir a muitas casas sem gente e a muita gente sem casa!

O problema da falta de habitação nos Açores continua a ser um desafio, mas acreditamos que, com persistência e vontade de fazer mais e melhor, poderemos chegar a bom porto e se ultrapassarão todos os obstáculos.

O CHEGA entende que o problema da Habitação nos Açores só pode ser resolvido se forem criadas ferramentas concretas que permitam aos açorianos saírem desta situação dramática, dando assim condições às famílias para poderem construir e aumentar o seu património habitacional.

Habitar não é apenas ter um teto — é poder escolher onde viver, com dignidade, estabilidade e perspetivas. Não há autonomia que resista se as ilhas forem lugares de onde se parte, e de onde não se volta.

A habitação não pode continuar, como já ficou durante 24 anos, uma promessa adiada — deve ser, finalmente, tratada como o que é: um direito fundamental.

Disse.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego. Faça favor, Sra. Secretária Regional.

Pausa.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Sr. Membro do Governo:

Começo por congratular o Grupo Parlamentar do CHEGA-Açores por trazer a este Parlamento um debate sobre habitação — um direito fundamental, constitucionalmente consagrado, e que a Região tem o dever de promover.

De facto, a habitação condigna e a preços compatíveis com o rendimento dos cidadãos, não sendo um desafio exclusivo da Região, do País ou da Europa, tem, nos Açores, uma expressão transversal a todo o território, com implicações múltiplas ao nível da coesão social e da fixação da população.

Perante estas circunstâncias, somos todos chamados a contribuir, com realismo, para a definição e implementação de respostas públicas adequadas às necessidades dos que mais precisam, sem subjugar esta participação em interesses partidários, que se parecem cumprir com conteúdos mais ou menos virais nas redes sociais.

Desde que iniciámos funções governativas, em novembro de 2020, a Coligação PSD/CDS-PP/PPM já fez mais pelo acesso à habitação nos Açores — mesmo com o

chumbo de um Orçamento que atirou a Região para eleições antecipadas em 2024 — do que anteriores governos e legislaturas completas e com maiorias absolutas.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

A Oradora: Entre 2013 e 2020, inclusive, apenas foram construídas e reabilitadas 71 casas pelos governos regionais que nos antecederam, o que contribuiu para o défice, que ainda se verifica, no parque habitacional público da Região e para o desequilíbrio entre a oferta e a procura de habitação que se regista atualmente nos Açores.

Se recuarmos até 2009, constatamos que foram criadas 504 novas respostas habitacionais, das quais: 145 construções e 359 reabilitações promovidas pelo Governo dos Açores, sendo que destas, 39 % foram concluídas desde 2021.

Se somarmos as 217 respostas habitacionais com conclusão prevista para 2026, esta governação responde com 57 % de oferta promovida nos últimos 17 anos — mais de metade da oferta habitacional promovida nos últimos 17 anos.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Muitos dirão que o Plano de Recuperação e Resiliência veio trazer uma oportunidade de investimento público, como raramente aconteceu — é verdade —, mas não é menos verdade que o ponto de partida para a execução deste investimento foi desafiante, senão mesmo angustiante, pelas consequências que ainda hoje enfrentamos da inoperância e dos investimentos dos governos que nos antecederam, também em matéria de habitação pública para os açorianos.

Deputado Carlos Silva (PS): Quem foi o seu antecessor na habitação?

A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:
Hoje estão concluídas, ou seja, entregue às famílias açorianas, 143 novas respostas habitacionais no âmbito do PRR, entre construções e reabilitações, além dos 101 lotes infraestruturados, dos quais 40 já foram entregues e 43 estão em fase de concurso público para atribuição ou de lançamento do concurso público.
Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!
A Oradora: Estão em execução as empreitadas para a construção de 250 novas respostas habitacionais, das quais: 92 habitações, 125 reabilitações e 33 lotes infraestruturados, prevendo-se que, até ao final deste ano, estejam concluídas 23 habitações e 48 reabilitações.
Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

A Oradora: Posso ainda acrescentar que, em fase de concursos públicos, estão empreitadas para a construção de 25 novas habitações, 93 reabilitações e 32 lotes infraestruturados. Essas concretizações, agora mais visíveis, são o resultado de muito trabalho e de procedimentos administrativos múltiplos, como registos de propriedade que já deviam ter sido feitos há mais de uma década e, sem os quais, não podiam iniciar-se as obras. É o caso do Bairro da Nossa Senhora de Fátima, na Praia da Vitória, que não tinha registo de alvará de loteamento. Imagine-se: …
Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Uma vergonha!
A Oradora: … regularizámos a situação, a empreitada está em curso e vai reforçar a oferta pública com 39 novas habitações, às quais se somam as 24 concluídas em 2021.
Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Ainda na ilha Terceira, 92 casas do Bairro Nascer do Sol vão ser colocadas no mercado para responder a necessidades habitacionais dos terceirenses, e não para outros fins que não o da habitação permanente, como chegou a defender, em 2020, o Partido Socialista.
Em São Miguel, a Região adquiriu o empreendimento dos Foros do Solmar, em Vila Franca do Campo, e Trás-Os-Mosteiros, na Ribeira Grande, o que permitiu avançar para a construção de 75 novas respostas habitacionais para as famílias.
O loteamento das Candeias, em São Miguel, foi adquirido pela Região há mais de 24 anos.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!
A Oradora: Em 2008, chegou a ser anunciado um projeto que nunca saiu da gaveta, para prejuízo de 24 famílias açorianas, que, muito em breve, ali encontrarão uma nova resposta de habitação, promovida e cumprida por este Governo Regional.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Muitos destes empreendimentos e destas respostas habitacionais são património da Região, em média, há quase duas décadas e já poderiam — e deveriam — ter beneficiado investimento público há muito tempo. Lamentavelmente, destinaram-se a muita coisa, até a hortas comunitárias, menos à habitação, no que constitui uma falha grave para os açorianos.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!
A Oradora: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Todo este investimento, concentrado num curto prazo de tempo, está a condicionar uma capacidade de resposta ainda mais efetiva do setor da construção civil — um setor que é fundamental para a economia açoriana e que, em tempos, tentou sobreviver sem respostas por parte do Governo dos Açores.

Isto, não obstante, no caso da habitação, a Região ter aumentado os preços base por metro quadrado múltiplas vezes e em diferentes procedimentos — valor a suportar pelo Orçamento da Região, com verbas próprias.

Aos dias de hoje, e com os preços de mercado atual, os 60 milhões de euros que foram programados inicialmente no PRR, em 2020 — ainda sem os efeitos do conflito militar e da escalada da inflação —, dariam para 300 novas habitações.

É por isso necessário falar claro aos açorianos: o PRR não vai resolver todos os problemas da habitação nos Açores. Estamos a programar financeiramente o pós-PRR, …

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: … sem nunca termos deixado de trabalhar paralelamente, por via da administração direta, na reabilitação do parque habitacional da Região, como, por exemplo, as 41 habitações já concluídas.

Mantemos o compromisso de colaborar e de colocar no mercado, no período de uma década, 2 mil habitações…

Deputado Carlos Silva (PS): Vai financiar isso com o défice?

A Oradora: … a preços acessíveis, entre novas construções, reabilitações, cedência de lotes infraestruturados, apoio às cooperativas de habitação e contando com a iniciativa dos municípios em parceria com o Governo Regional.

Neste âmbito, de resto, o Governo dos Açores tem vindo a colaborar ativamente com as juntas de freguesia da Região para a resolução de 223 situações habitacionais precárias, num montante superior a 1.7 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: No último trimestre de 2024, no exemplo que queremos que seja replicado, acertámos a atribuição de 314 mil euros à Cooperativa de Habitação "Nossa Casa, Nossa Família" para comparticipar a 100 % o montante necessário para a infraestruturação de 16 lotes habitacionais, cuja empreitada está a iniciar-se.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É esta concentração de esforços e combinação de recursos que provemos. Posso adiantar que o Governo dos Açores vai comparticipar a conversão de novas respostas habitacionais identificadas nas estratégias locais de habitação, que não serão alvo de financiamento pelo IHRU (Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana) no âmbito do primeiro direito.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Ou seja, a Região vai colaborar ativamente com os 19 municípios, no âmbito das suas estratégias locais de habitação.

A primeira reunião já foi realizada com a AMRAA (Associação de Municípios da Região Autónoma dos Açores) e outras se seguirão.

Esse esforço conjunto e multiplicador, em fase adiantados, obviamente, por parte dos municípios da Região, garantirá mais e melhor oferta de habitação e, ainda, mas não só, o Governo Regional já está a desenvolver os projetos de infraestruturação de todo o parque habitacional do Aeroporto de Santa Maria e a projetar boa parte das novas habitações que ali serão construídas.

Todos estes trabalhos são uma realidade; não se esgotam num PowerPoint ou numa maquete. Tudo o que eu anunciei, sendo apenas uma parte do trabalho desenvolvido, são concretizações e não são anúncios.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As políticas públicas de habitação nos Açores não se esgotam nas construções, nas reabilitações, ou na cedência de lotes infraestruturados, embora seja uma parte fundamental para dar resposta a um problema estrutural na nossa Região.
Ao mesmo tempo em que estamos a canalizar recursos comunitários e regionais para estimular a oferta de habitação, reforçando as disponibilidades do parque habitacional público, também estamos a intervir do lado da procura.
O Governo dos Açores tem estado, e vai continuar a estar, ao lado daqueles que precisam dos apoios públicos, seja para aceder ao mercado de arrendamento ou para aceder ao mercado de construção de habitação própria permanente.
Temos hoje, nos Açores, um quadro normativo que permite reforçar e estender os apoios públicos não só às famílias socialmente mais desfavorecidas, mas também aos jovens, às famílias monoparentais ou de classe média que estão a viver dificuldades acrescidas para assegurar uma habitação a preços compatíveis com os seus rendimentos e aos quais a governação também não pode virar as costas.
É para fazer face a estes constrangimentos, que revisitámos e melhorámos os programas de apoio ao arrendamento e à autoconstrução.
No programa *Casa Renovada, Casa Habitada — Renovar para Habitar*, redefiniu-se o conceito de jovem casal e foram majorados os apoios às famílias com três ou mais dependentes ou aos agregados monoparentais, por exemplo.
Também os incentivos à autoconstrução chegam agora os apoios a mais famílias açorianas. Com as alterações nas formas de cálculo, alargámos os escalões de rendimento e o apoio, o que tem levado à inclusão de mais famílias, como é o caso de agregados familiares de rendimentos de bases mensais de 1500 a 2000 euros, que estavam excluídos, bem como ao aumento dos apoios, em média de 25 %.
Das famílias que se candidataram a este programa de apoio em 2024, 12 % estariam excluídas antes da introdução desta alteração legislativa. Para além disso, esta alteração permitiu o aumento de 18 % no valor total do apoio.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Nos incentivos ao arrendamento, majorámos em 50 % os contratos de arrendamento entre a Região e proprietários, para aproximar os preços de mercado e aumentar a oferta para subarrendamento.
Essa alteração permitiu uma majoração financeira substancial em relação ao período homólogo de 2024 e manter estável o número de habitações disponíveis.
Também no incentivo ao arrendamento, majorámos em 20 % o apoio atribuído a cada beneficiário, o que se traduziu no acréscimo de quase 1 milhão de euros durante 2025, para compensar a subida do valor das rendas. Em relação a 2024, as famílias açorianas recebem hoje 1 milhão de euros a mais em incentivos ao arrendamento.
Foi com a governação do PSD/CDS-PP/PPM — Governo de coligação — que, pela primeira vez, se ultrapassaram num ano os 3 milhões de euros em apoios em incentivos ao arrendamento e as 2 mil famílias beneficiárias, …
Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!
A Oradora: … o que significa que, numa altura em que os açorianos redobram o seu esforço para pagar a renda da casa, o Governo está presente e contribuiu ainda mais para reduzir o esforço financeiro das famílias.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Não se pode fazer em 3 ou em 4 anos aquilo que não foi feito em 8, em 12 ou em 16 anos. Nenhum Governo e nenhum partido político pode dizer que resolve o problema de habitação de um dia para o outro — é impossível e os açorianos sabem disso.
Os que dizem hoje estar ao lado dos açorianos na defesa da habitação pública são os mesmos que nos deixaram um parque habitacional público deficitário.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Da governação pública exige-se a capacidade de intervir perante as emergências, sem perder de vista a construção das condições para um futuro resiliente.
É por isso que estamos a trabalhar, com seriedade, nas respostas a estes desafios.
É por isso que estamos a potenciar todos os recursos e todos os instrumentos para resolver — e para melhorar — a vida dos açorianos e das famílias açorianas.
Porque é isto que interessa às pessoas: ver os seus problemas resolvidos.
Disse.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e dos Membros do Governo.

Deputado José Pacheco (CH): Afinal os socialistas não têm nada para dizer.
Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.
A Mesa não tem ainda nenhuma inscrição.
Aproveito para saudar a presença e dar as boas-vindas à Sra. Deputada Márcia Goulart. Seja bem-vinda a este Parlamento. Desejo-lhe um bom trabalho.

Pausa.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor. Tem a palavra.
Deputado João Mendonça (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
O PPM dirige uma palavra de reconhecimento e de confiança no trabalho do atual Governo Regional no âmbito da habitação.

O exemplo, a visão estratégica e a capacidade de execução deste executivo refletem um compromisso sério com a melhoria das condições de vida dos nossos cidadãos. Este esforço supera, em larga escala, a herança deixada pelos anteriores governos socialistas, cujas ações, por comparação, se revelaram insuficientes nesta área fundamental.

Após a crise económica, a procura por investimento no setor do imobiliário — incluindo os imóveis destinados à habitação — alavancada pela política de juros baixos, aumentou.

Seguiu-se uma pandemia e uma crise inflacionária. Tudo isso contribuiu para as dificuldades no acesso à habitação que se verificam hoje.

O parque habitacional da Região cresce, não só de um investimento forte na sua reabilitação e adaptação aos novos tempos, como precisa de ser aumentado para dar resposta às necessidades de hoje: as do ponto de vista social, as da classe média e dos jovens açorianos.

As políticas de habitação requerem tempo, recursos humanos e financeiros — que a Região Autónoma dos Açores não tem.

E são estes três vetores que deviam ser discutidos nesta Assembleia. Mas creio que vamos discutir mais do mesmo: perder, mais uma vez, tempo com questões demagógicas e ideológicas.

Merece destaque a reunião do Conselho de Governo, realizada no passado dia 7 de janeiro, em Ponta Delgada, em que foram decididas medidas que reforçam a integração da política de habitação numa estratégia de crescimento económico e regional.

Esta estratégia abraça tanto a satisfação das necessidades de habitação como a promoção do emprego e a fixação de população nas nove ilhas dos Açores.

Com a contínua execução do PRR na área da habitação, o esforço iniciado no XIII Governo dos Açores encontra continuidade, ao abranger não apenas os mais

carenciados, mas também os jovens e a classe média açoriana, igualmente afetados pela dificuldade de acesso a uma moradia condigna.

Ao todo, o Conselho do Governo aprovou resoluções que abrangem: 227 respostas habitacionais, das quais 103 correspondem a construções, 92 a reabilitações e 32 lotes num investimento superior a 31 milhões de euros.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

O Orador: Este conjunto de medidas, sublinha a prioridade dada a uma política habitacional efetiva, capaz de impulsionar a economia, e garantir o bem-estar das famílias açorianas.

Mais uma vez, este Governo está a fazer, em metade do tempo, o dobro que os Governos do PS.

Deputado Nuno Barata (IL): Não devem é fazer o que o PS fazia.

O Orador: É assim que se constrói o futuro: com uma política habitacional séria, corajosa e articulada com as outras áreas estratégicas.

Que estas ações sirvam de exemplo, fazendo justiça ao papel de um Governo verdadeiramente empenhado em servir a Região Autónoma dos Açores.

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu confesso que foi com algum espanto que ouvi agora aqui algumas declarações do Sr. Deputado do PPM, quando diz que falar de habitação é perder tempo e é há "mais do mesmo". Custa-me ouvir isto porque, se para o PPM falar de um problema tão grave e dramático, que afeta todos os açorianos, afeta os casais mais jovens, afeta as famílias da classe média, é "mais do mesmo" e é "perder tempo", para o CHEGA não é!

Para o CHEGA esta é uma questão que deve ser prioritária…

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

A Oradora: … e, se há medidas que já foram anunciadas e ditas pelo Governo, que estão em prática e que estão a ser feitas, pois, precisamente por isso, os açorianos merecem saber pela boca do seu responsável — neste caso a Secretária Regional — o que é que está feito, o que é que falta fazer e o que é que ainda está pendente.

Portanto, não me parece que este seja um tema menor, pelo contrário, isto é um tema maior, isto é muito importante para os açorianos que estão em casa e para os açorianos que estão à espera de respostas ou para arrendar ou para comprar ou para um crédito habitação, este é um grande problema! Se para o PPM não é, temos pena, para o CHEGA é um problema muito grave…

Deputado José Pacheco (CH): É uma urgência!

A Oradora: … e nós estamos a pedir explicações ao Governo. Não é o CHEGA que quer saber essas explicações; são os açorianos que estão em casa que querem respostas para a sua vida.

Sra. Secretária, algumas perguntas que eu fiz que eu não tive resposta e gostava mesmo de perceber algumas.

Por exemplo: na vertente de autoconstrução, o que é que foi feito para melhorar este programa? O arrendamento com a opção de compra, para quem é que está esta medida, a quem é que se dirige essencialmente? As famílias, os casais jovens, as famílias da classe média, conseguem beneficiar desse apoio? O que é que lhes é pedido?

Para já, é isso obrigada.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi atentamente a intervenção da Sra. Deputada Olivéria Santos, do CHEGA, da Sra. Secretária Regional, e, registei os aplausos e os "muito bem" das bancadas que suportam o Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Às duas ou só a uma?

O Orador: Noto que, às políticas do Partido Socialista do passado, se diz agora que se fez mais e mais forte, que se aumentou o apoio às rendas, que se está a recuperar e a aumentar o parque habitacional da Região Autónoma dos Açores. Ora, se as políticas do passado não funcionaram, continuar com mais forte e mais do mesmo, certamente vai ter os mesmos resultados.

Não é com mais apoios às rendas, nem com o aumento do parque habitacional da Região Autónoma dos Açores, que se resolve o problema da habitação na Região, problema este que não é só nosso — é um problema nacional, é um problema europeu, é um problema transversal às sociedades contemporâneas.

Entre os anos 2000 e 2020, a oferta de habitação na Região dos Açores caiu 85 %. Ora, a isto não é alheia a crise provocada pelos sucessivos Governos da República, da Europa e regionais, pelas medidas que tomaram sobre uma hipotética crise *subprime* que iria atingir a Europa porque tinha atingido os Estados Unidos. Tomaram medidas preventivas que resultaram numa falência de grande parte das empresas de construção durante a crise das dívidas soberanas e de *subprime*. Crise esta que retirou do mercado de capitais, dinheiro para a habitação porque os Estados sorveram todo este dinheiro — nomeadamente o Estado português —, por isso tivemos uma bancarrota e reduziu-se substancialmente a mão de obra disponível, que nessa altura muita migrou para outras atividades e outra emigrou mesmo para outras geografias, onde foi construir habitação.

Ora, do nosso ponto de vista, esse programa não se resolve com panaceias e pensos rápidos; esse problema resolve-se, em grande parte, com medidas de fundo, que têm a ver com desburocratizar a construção, rever os PDM e principalmente na Região Autónoma dos Açores — e em todas as nossas ilhas — uma revisão urgente da Reserva Agrícola Regional…

Deputado Francisco Lima (CH): Muito bem!

O Orador: … que quarta, que castra, que expolia mesmo a propriedade privada e que não permite a algumas famílias que têm pequenas parcelas de terreno de 5, 6, 7 e 10.000 m² na Reserva Agrícola Regional — que poderiam ser disponibilizadas para os seus filhos, para as suas famílias construírem habitação própria — e isto, eu não ouço aqui ninguém falar…

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Só se está distraído! Ouve sim senhor!

O Orador: … disto aqui fala-se muito pouco. E a mesma Região que, para ir buscar fundos do PRR — única e simplesmente para ir buscar fundos do PRR inscritos nos circuitos logísticos terrestres —, destruiu reserva agrícola para nela construir estradas continua a não permitir que muitas famílias utilizem pequenas parcelas de terreno para construírem as suas habitações.

E, por agora, é só isso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente**.**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, de dezembro de 2020 a dezembro de 2024, o valor mediano das rendas de novos contratos subiu 32 %.

No mercado de compra, ainda só em 2024, o valor da avaliação bancária cresceu 24,6 % nos apartamentos e 8,7 % nas moradias.

Estes dois dados revelam bem o crescimento das rendas e do custo da habitação para as famílias. Em alguns casos, como, por exemplo, no valor da avaliação bancária para apartamentos, estamos a falar de crescimentos exponenciais anuais.

E por isso há cada vez menos casas que quem vive nos Açores possa pagar, seja para arrendar, seja para adquirir. Como resultado disso, os problemas avolumam-se. Basta olhar para os dados do Instituto Nacional de Estatística mais recentes sobre a sobrelotação habitacional, que de 2022 para 2023, passou de 13,5 % para 21,4 %.

Isso dá bem ideia de que há cada vez mais famílias que, para terem um teto, têm que viver com mais na mesma casa, juntando-se para diluir despesas porque senão, a alternativa era mesmo viver na rua.

Os jovens cada vez mais tarde se conseguem autonomizar. Podem trabalhar, podem ter um salário, mas, ainda assim, não conseguem pagar muitas vezes nem um quarto para se conseguirem autonomizar e sair de casa dos pais.

As rendas nos Açores — já sabemos, não é de agora — são escassas e caras, para não falar do arrendamento não declarado, que tantas vezes leva a que se faça mais barato um quarto ou uma casa pela não existência de contrato ou recibo.

A construção privada que existe neste momento ou é para alojamento local, ou não está ao alcance do comum dos mortais — não é para o bolso dos açorianos. Basta ver

o tipo de empreendimentos, o tipo de loteamento que é feito neste momento na Região.

E, recorde-se: se, quem tem um salário médio não consegue aceder aos preços do arrendamento ou aos preços das casas que estão no mercado para compra e venda ou aquelas que se estão a construir. É preciso lembrar que mais de 30 % da população que trabalha nos Açores recebe o salário mínimo.

Ora, quem recebe o salário mínimo, ou mais 100, 200, 300 euros do que isso, como é que pode pagar uma renda de 1000 ou 1500 euros? E muitas vezes, é isso que já se encontra, rendas de perto de 1000 euros ou até mais já são extremamente comuns na Região.

E neste contexto de escassez de oferta — porque é também um problema de escassez de oferta — o que é que nós temos? Temos o alojamento local sem qualquer limite, um tipo de arrendamento de curto prazo, que não é, naturalmente, para quem cá vive.

E neste contexto em que há falta de oferta de arrendamento que leva ao aumento do preço do arrendamento, o que é que o Governo faz? Não só não regula o alojamento local, que não tem qualquer limite na Região, como subsidia o alojamento local, um setor que a última coisa que precisava para crescer era de subsídios.

Deputado José Pacheco (CH): O senhor quer mandar na casa dos outros!

O Orador: Aonde já vai a luta contra a subsidiodependência.

Hoje em dia até o alojamento local já é alvo de subsídios.

A crise da habitação é, de facto, multifatorial e não há uma receita mágica, mas a receita do Governo é não atacar os problemas certos; é não atacar o problema da especulação; é não atacar o problema do aumento do alojamento temporário.

E, para além disso, o Governo perdeu duas oportunidades muito importantes para reforçar o financiamento para a habitação ao nível do PRR. Bem sabemos que o PRR levou uma concentração enorme de obras num curto período de tempo — e isso é um problema que não é responsabilidade do Governo — mas é responsabilidade do Governo escolher que obras é que são prioritárias.

E a habitação deveria ter sido uma prioridade para o Governo. Não foi com os 60 milhões que apenas existiram na dotação inicial para o PRR, nem como nas sucessivas revisões e reprogramações que já existiram, onde, sim, havia obras verdadeiramente estruturantes a fazer era na criação de habitação pública — e isso não foi feito.

Eu noto também neste debate que nós esperávamos — ou seria pelo menos expectável — que o proponente deste debate falasse daquilo que disse que ia falar: da suspensão de Planos de Ordenamento do Território que diz ter a solução para a crise de habitação. Até aqui não ouvimos nada, mas sobre isso eu gostaria de colocar duas questões ao Governo: em primeiro lugar, o que é que o Governo fará com essa proposta? Porque quem propõe suspender todos os Planos de Ordenamento do Território é um parceiro deste Governo. O que é que o Governo fará sobre isso, Sra. Secretária?

E em segundo lugar, tendo em conta declarações recentes do Presidente da Associação de Municípios, que afirmou ter recebido uma comunicação do Governo Regional a afirmar que a Lei dos Solos se aplique aos Açores — mediante alguns ajustes ao Regime Jurídico Regional — eu gostaria de perceber de que é que se está a falar.

Sra. Secretária, bem sei que a tutela do Ordenamento do Território é da Agricultura, mas a habitação está a ser debatida aqui e a senhora tem que responder…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não é o senhor que diz quem vai responder. Era o que faltava!

O Orador: … porque a habitação está intimamente ligada a esta questão.

E para terminar esta primeira intervenção, é preciso dizer que: usar a autonomia para o regular os preços de arrendamento, para regular o alojamento local e para criar um Plano Regional da Habitação — que olhe para o futuro da habitação a médio e a longo prazo — era para ontem.

Porque se o problema é multifatorial e se não se resolve de um momento para o outro, então não começar hoje é garantir que nunca estará resolvido.

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Russell Sousa** (PS): Bom dia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Permitam-me trazer à vossa atenção uma realidade cada vez mais gritante e insustentável, que afeta de forma particular os jovens açorianos.

O acesso à habitação está a tornar-se um verdadeiro luxo, cada vez mais distante da maioria.

Vivemos em tempos que sair de casa dos pais, iniciar um percurso de vida autónomo ou constituir família, deixou de ser um plano natural e passou a ser um desafio inatingível para grande parte dos jovens açorianos.

No último ano, curiosamente, o Governo da República, liderado pelo PSD, CDS-PP e PPM, anunciou com entusiasmo medidas para facilitar o acesso à habitação, mas, a verdade, Sras. e Srs. Deputados, é que estas medidas falharam.

Foram contraproducentes e o que fizeram na prática foi agravar ainda mais o problema da habitação.

Criaram condições para financiar até 100 % da compra da habitação, o que no mercado com oferta limitada, apenas serviu para aumentar ainda mais a procura. E quando a procura sobe sem resposta na oferta, os preços disparam, os lucros disparam e quem sofre são os jovens da classe média que ficaram para trás nesses apoios.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Estas políticas apenas ajudaram quem já tinha meios e quem o diz não é o Partido Socialista — são especialistas, são os relatórios bancários, são os dados do setor imobiliário que apontam de forma inequívoca que estas medidas beneficiaram sobretudo jovens com rendimentos elevados deixando de fora os jovens da classe

média, grande parte dos jovens da classe média. Jovens que investiram nos seus estudos, que conseguiram um emprego estável e que até auferem salários ligeiramente acima da média…

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O que é que é a média?

O Orador: …, mas que, ainda assim, são confrontados com o mercado habitacional impraticável. Continuam sem qualquer resposta eficaz para o seu programa habitacional, porque estas medidas, pensadas por um Governo da República de direita, nunca foram desenhadas a pensar nos jovens da classe média ou baixa.

Nos Açores, o cenário é igualmente grave, em alguns aspetos ainda mais preocupante.

Em abril de 2019, o preço médio de venda por m^2 era de 861 euros; no primeiro trimestre de 2025, este valor atingiu os 1.682 euros por m^2. Isto representa um aumento de quase o dobro Srs. Deputados.

Mas se quisermos traduzir esses números em algo concreto, uma habitação com 100 m^2 que, em 2019, custava cerca de 86 mil euros, hoje custa em média, 168 mil euros. Ou seja, em apenas 6 anos, comprar casa nos Açores aumentou o custo em 80 mil euros para as famílias.

Uma diferença bruta, que torna o sonho de habitação própria completamente fora do alcance da maioria dos jovens na nossa Região. E sabem qual é o resultado disto? Precariedade habitacional, dependência prolongada dos pais, desistência de planos de vida e, muitas vezes, o abandono das suas ilhas em busca de oportunidades que aqui não encontram.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Os senhores não pensaram nisso quando eram governo!

O Orador: Esta escalada de preços não é uma estatística fria — tem rostos, tem caras e acima de tudo, tem sonhos adiados. São jovens que não conseguem viver em habitações condignas, jovens que querem ficar na sua Terra, mas que são empurrados para fora dela.

E o que faz o Governo Regional nesta realidade? Executa o PRR mal e com graves atrasos. Porque, acima de tudo, Sra. Secretária, não basta só executar o PRR — é preciso que haja estratégia, que haja coragem e, acima de tudo, que haja mudança. E o Partido Socialista, no Orçamento para 2025, apresentou propostas concretas, sérias e responsáveis para enfrentar esta emergência habitacional. Entre elas: um incentivo ao aumento da oferta da habitação jovem, a criação de um programa de arrendamento acessível, apoios diretos à reabilitação urbana.

Curiosamente, a única medida que a coligação aprovou no Plano e Orçamento, esta, até hoje, continua numa gaveta.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Tudo o que o senhor propôs já estamos a fazer. Deve andar distraído!

O Orador: Esta é a diferença entre quem fala de futuro e quem age para o construir. Os jovens açorianos estão hoje pior do que estavam há 4 anos no acesso à habitação. A classe média, que antes conseguia sonhar com casa própria, está agora completamente excluída deste objetivo.

Esta, Sras. e Srs. Deputados, é a diferença entre quem se acomoda e quem procura a cada momento responder com responsabilidade e visão aos problemas reais das pessoas.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Porque quem governa não pode apenas gerir o presente e acusar o passado das suas falhas no presente…

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é quase poético!

O Orador: … tem de construir o futuro e o futuro dos Açores passa por garantir que os nossos jovens tenham onde viver, onde criar raízes, onde sonhar e onde ficar. E o Partido Socialista está cá para isso, …

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Onde é que estava?

O Orador: … para propor e para liderar soluções que ponham a habitação no centro da resposta pública, porque sem jovens não há futuro e sem habitação não há juventude nos Açores.
Disse.
Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Sr. Deputado José Pacheco, faça favor.

Pausa.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Eu achei piada — ou não tem piada nenhuma, se calhar — ouvi aqui a esquerda com uma série de argumentos. O Bloco de Esquerda aqui demonstrou o que é que foram os 50 anos na habitação: o Estado é que constrói, o Estado é que dá, o Estado é que faz.
Quando a iniciativa privada dá um passo em frente, quando se recupera uma casa, quando se faz uma série de coisas com o dinheiro da nossa algibeira, esses não prestam, esses são bandidos, esses estão a fazer alojamentos locais, estes garotos estão a fazer com o seu dinheiro uma fonte de rendimento. É isto que o Bloco de Esquerda diz todos os dias.
E mais: qual o problema da habitação? São os ratos e ninguém percebe porquê. Eu explico: é que nós temos terrenos que não servem para nada, que não seja criar ratos, que estão nas reservas ecológicas, que estão nas reservas agrícolas e que estão nisso tudo!

Deputado Francisco Lima (CH): Muito bem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, o que o povo açoriano não precisa na habitação é continuar de joelhos! Não precisa de estar de joelhos perante os políticos, porque a política de habitação não foi alterada, não mudou!

Não temos mais casas porque nós, os políticos, durante 50 anos, não quisemos reservas e o povo há de ter o que cair da mesa — as migalhas.

Nós não estamos a falar do Montenegro, que fez duas casas, dinheiro na mão para os filhos.

Nós não estamos a falar do Sócrates, comprou um apartamento em Paris — assim, toma lá.

Nós não estamos a falar do Robles com os alojamentos locais.

Nós estamos a falar de pessoas que trabalham, …

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ah o Montenegro não trabalha?! Tá certo!

O Orador: … pessoas que não conseguem chegar à habitação porque a habitação está vedada aos açorianos, até que os açorianos se ajoelhem e peçam aos senhores políticos…

Deputado João Vasco Costa (PS): O Robles fez com o seu dinheiro como o senhor fez os seus!

O Orador: … o senhor quer falar, inscreva-se. Apartes para mandar bocas não serve para nada.

O que os açorianos precisam é de habitação que possam pagar, uma coisa que os senhores políticos nunca souberam fazer!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Luís Raposo, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Raposo** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em boa hora, o partido CHEGA traz a esta Casa um debate de urgência sobre habitação.

Temos que falar de habitação — a habitação é um tema na ordem do dia e os nossos concidadãos e cidadãos precisam de respostas para os seus problemas.

Toda e qualquer política de habitação insere-se, naturalmente, numa estratégia de crescimento económico regional, compreendendo a satisfação das necessidades de habitação, a promoção de emprego e a fixação de população nas nossas nove ilhas.

O Governo, liderado por José Manuel Bolieiro, desde o início das suas funções, tem um plano para habitação que contrasta de forma clara e de forma inequívoca com as governações do Partido Socialista.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Estas afirmações que aqui faço já têm dados e já têm provas dadas, como aqui foi anunciado pela Sra. Secretária.

Ora vejamos: o Partido Socialista, em 8 anos com o Vasco Cordeiro, construiu e reabilitou 71 casas, uma média…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sempre é melhor do que uma casa em 4 anos.

O Orador: … inferior a uma casa por ano por ilha. Este Governo, em 4 anos, já construiu e reabilitou 184 casas, ou seja, mais do dobro em metade do tempo.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É matemática!
O Orador: E eu vou repetir para que a Sra. Deputada Andreia Cardoso perceba — 71 em 8 anos e 184 em 4 anos — mais do dobro em metade do tempo.
Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!
O Orador: O PRR veio trazer uma oportunidade única de investimento, como nunca se assistiu. 60 milhões de euros foram alocados e estão a ser executados com sucesso na Região, sendo exemplo para o País. Ao que parece, a oposição não gosta que os Açores deem o exemplo ao País, à Europa e ao Mundo, não só nesta matéria, como em outras matérias.
Muito obrigado.
Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): "Poucochinho"!
Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor. Tem a palavra.
(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Muito obrigada, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
O CHEGA, em boa hora, traz-nos este debate de urgência sobre habitação. Sem dúvida que é uma temática que está na ordem do dia, um problema não circunstancial da nossa Região, mas estrutural da nossa Região, e sem dúvida que as pessoas

precisam de respostas quando se deparam com uma situação de falta de habitação. É nesse sentido que o Governo Regional tem trabalhado para procurar soluções concretas para as pessoas.

A verdade é que, daquilo que têm sido as políticas implementadas pelo Governo, muito trabalho já foi feito. Também não podemos, perante a falta de resposta que existiu nas últimas décadas, esperar que seja um Governo com 4 anos de existência a resolver todos aqueles problemas que se foram criando ao longo de décadas. Essa falta de resposta tem, claro, consequências nos dias de hoje, porque, como é óbvio, uma habitação não se constrói com um estalar de dedos.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Muito bem!

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Ora, muito bem!

A Oradora: A verdade é que o Governo Regional, aproveitando e bem esta oportunidade do PRR, tem desenvolvido muito trabalho.

Quando estamos num auto de consignação de uma obra, muito trabalho anterior foi desenvolvido para se chegar àquele momento. E a verdade é que tem sido esse trabalho que o Governo Regional tem desenvolvido perante muitas dificuldades.

Temos "n" exemplos em todas as ilhas, como por exemplo, — já foi falado — o Bairro de Nossa Sra. de Fátima, Trás-Os-Mosteiros, Foros do Solmar, tantos empreendimentos, mas também as recentes reabilitações que já foram realizadas na ilha Graciosa, ou ainda o Bairro da Terra Chã, o Parque Habitacional do Aeroporto, na ilha de Santa Maria, os Casteletes, na ilha de São Jorge, em que a obra foi consignada em novembro de 2024 para a construção de 4 novas moradias — há tanto que era esperado este investimento na ilha de São Jorge — mas também as 11 infraestruturas no Loteamento dos Casteletes.

Todo um trabalho que o Governo Regional tem feito e desenvolvido por toda a Região, no sentido de criar mais habitação para os açorianos.

A verdade é que, e, já foi mencionado, por exemplo, que o Governo Regional não ataca os problemas certos, que devia ter alocado mais verba no âmbito do PRR.
Todos nós também vamos acompanhando aquilo que é a realidade, por exemplo, de concursos desertos, de falta de resposta por parte da construção civil, que no passado teve uma grande crise, muitos dos trabalhadores e muitos dos empresários foram para outras áreas, emigraram e, portanto, têm outras áreas de negócio. Claro que isto é uma situação muito difícil e a nossa realidade é que a resposta tem sido dada muito com base na imigração — essa é a realidade da nossa Região.
Portanto, não compreendemos que se fosse afetar mais verba ao PRR, isso iria resolver, porque, infelizmente, muitas vezes esta falta de resposta. O Governo Regional tem, a um passo muito rápido, tentado compensar aquilo que não foi feito — porque não foi feito no passado — e todo este investimento que está a ser desenvolvido atualmente na Região deveria ter sido repartido ao longo de vários anos, ao longo de 8 anos, ao longo de 12 anos. Isso seria o expectável, e deveria também ter acontecido.
A verdade é que o Governo tem dado resposta também naquilo que são outras medidas, como a *Casa Renovada e Casa Habitada*. Porque vinha o Sr. Deputado da bancada do Partido Socialista falar dos jovens e da classe média.
Ó Sr. Deputado, tem andado distraído, porque, se há Governo que tem dado resposta aos jovens e à classe média, é este Governo de coligação.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

No programa *Casa Renovada, Casa Habitada*, na autoconstrução, gostaria de perguntar ao Sr. Deputado: quem é que implementou majorações para os jovens? Quem é que implementou e alargou os apoios à classe média?

Não foi o Governo do Partido Socialista, Sr. Deputado, foi este Governo de coligação…

Vozes de alguns Deputados das bancadas da coligação e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: … que implementou estas medidas, que fez com que mais 12 % de famílias que estariam de fora, que são agora abrangidas, que fez com que existisse um aumento de 18 % no valor de comparticipação.

Foi este Governo de coligação que deu essa resposta imediata às famílias para diminuir o esforço destas, sejam jovens, sejam menos jovens, naquilo que é o esforço financeiro que estas famílias têm perante a realidade que estamos a viver na habitação.

Foi este Governo que deu esse sinal às famílias para, exatamente, diminuir o seu esforço financeiro, mas também abranger mais famílias no âmbito deste apoio, numa resposta mais rápida e mais emergente.

Mas também na questão dos incentivos ao arrendamento também tem sido dado resposta por este Governo, e a verdade é que hoje temos uma oferta mais robusta do que aquela que tínhamos.

Queríamos, claro, que isto tudo fosse a um passo mais rápido — que não é muitas vezes, talvez, a resposta mais rápida que os açorianos precisam — mas é aquela que estamos certos de que o Governo Regional consegue dar nesta situação tão emergente que vivemos na nossa Região.

Muito obrigada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Olivéria Santos, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Olivéria Santos** (CH): Muito obrigada, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Eu hoje só fico perplexa com algumas intervenções que são aqui feitas aqui da parte do PS, quando o PS vem defender que sempre trabalhou e sempre teve um plano para a habitação.

Eu acho que a gente viveu em alturas distintas ou eu não estava aqui, porque quem destruiu a habitação nos Açores foi o PS, e a classe média foi esquecida pelo PS, os jovens foram esquecidos pelo PS, Sr. Deputado Russell Sousa.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Foram esquecidos; nunca tanto jovem emigrou e saiu dos Açores como na altura da governação socialista. Isto é uma realidade, Sr. Deputado, isto é uma realidade.

Foi o PS que colocou um problema, por exemplo, ao arrendamento com a opção de compra.

Sra. Secretária já está regularizado? É que, no tempo do PS não estava.

Deputado José Pacheco (CH): Não existia legislação!

A Oradora: O PS colocava placas nos terrenos a dizer que ia construir habitações, colocava a placa, tirava a fotografia e, depois, o projeto ia para a gaveta.

Risos da Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi).

Ainda este ano, nós vimos uma placa nos Mosteiros que tem 20 e tal anos — 20 e tal anos!

Srs. Deputados, não se atira pedras quando se tem telhados de vidro, não se faz isso, Sr. Deputado.

Ouvir o Sr. Deputado João Costa, de Santa Maria, mandar bocas e falar da habitação, quando em Santa Maria só agora ficou resolvido…

Deputado João Vasco Costa (PS): A senhora não sabe o que é que diz!!

A Oradora: … os problemas das habitações nos Bairros do Aeroporto.

Eu não sei o que é que digo, Sr. Deputado, mas o PS também não sabe o que é que fez nos últimos 24 anos. Eu posso não saber o que é que eu digo …

Deputado João Vasco Costa (PS): Informe-se!

A Oradora: …, mas o PS não sabe o que é que fez na habitação nos últimos 24 anos. Mas eu sei: destruiu a habitação, deu cabo da classe média, porque a única coisa que soube fazer foi habitação social e dar casas a toda a gente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Isso é um contrassenso total!!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça o favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Inevitavelmente, este debate sobre a habitação, que se queria para falar de futuro, é mais um debate parlamentar sobre o passado. Infelizmente, o atraso que levamos nesta Região, com soluções para a habitação para o futuro, não se resolve falando do passado, nem descontextualizando aquilo que já aqui falei hoje, a crise do *subprime*, …

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é o futuro?

O Orador: …, a crise que levou à imigração de mão de obra, a crise que levou ao encerramento de empresas, a crise que levou ao problema da falta de oferta desde 2000 até 2020.

E nós, se continuarmos nesta discussão surda…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Estéril!

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): De estéril tem pouco.

O Orador: … sobre o parque habitacional da Região, sobre habitação social, não vamos resolver o problema que neste momento existe para resolver; só o resolvemos pelo lado da oferta e só o resolvemos se desburocratizarmos, se facilitarmos a vida às empresas, facilitarmos a vida aos promotores imobiliários para que possam meter mais habitação no mercado.

De outra forma, não se consegue; não é criando mais constrangimentos no mercado de habitação, não é criando mais problemas a quem quer investir neste mercado que se resolve esse problema.

Há uma coisa que todos nós conseguimos perceber: é que se há procura e não há oferta, algum problema existe. Se os empresários não investem nessa área, é porque algum problema existe e esse problema chama-se burocracia, chama-se lentidão na legalização dos processos, coisa que nenhuma empresa consegue aguentar.

Aliás, eu acho até que a maioria do Governo poderia esclarecer bem esta Câmara, porque a própria maioria do Governo e o Governo Regional dos Açores estão a ter enormes dificuldades para executar o PRR, precisamente porque estão a encalhar na mesma burocracia que foi criada ao longo destes anos todos e que não permite…

Deputado José Pacheco (CH): Exatamente.

O Orador: … que estes processos sejam mais céleres.

E, se continuarmos a olhar para o passado, certamente não teremos mais futuro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não me diga que vai falar do *subprime*!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu sei que o Deputado Nuno Barata está entusiasmado e não lhe quero tirar o entusiasmo, mas queria fazer aqui uma pequena intervenção, referindo, de facto, o pântano em que nos encontramos de burocracia.

Já foi aqui referido, até pelo Deputado Nuno Barata, e muito bem: a burocracia é atroz.

Hoje em dia ser empreiteiro é totalmente diferente de há 20 anos atrás, onde se construía milhares de habitações e agora não se consegue. Contratação de pessoal, exigências técnicas — hoje em dia fazer uma casa tem as exigências técnicas da Finlândia. Nós estamos nos Açores, mas temos que suportar um conjunto de encargos insuportáveis, que chegam a aumentar 20 % ou 30 % o custo da construção.

Deputado Nuno Barata (IL): O próprio Simplex só veio complicar.

O Orador: … temos que ser honestos. Eu falo aqui por experiência própria: na ilha Terceira temos dois municípios — a Praia da Vitória, …

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Grande Praia da Vitória!

O Orador: … onde se aprova um processo de licenciamento em 3 meses, e o Concelho de Angra do Heroísmo que leva 2 anos. Isso é a realidade, é uma vergonha, é uma vergonha, …

Ruído na sala

O Orador: … é uma vergonha e as coisas têm nome; os culpados devem ser indicados aqui — aqui é que é o local próprio.

E, portanto, as coisas são como são. A lei dos solos é também uma desgraça. Já vimos aqui: o Estado é vítima da sua própria burocracia, cria leis que não as pode cumprir, não consegue cumprir e o PRR, que foi desenhado pelo Partido Socialista, agora não se consegue executar porque o caderno de encargos é muito pesado…

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): É verdade, bem lembrado.

O Orador: … e é tudo público. Ora, quando é tudo público, é evidente — mais que evidente — que não se consegue avançar.

E, portanto, nós temos que, de facto, mudar esse paradigma e apostar na coisa privada.

Há aqui outra questão: os imóveis devolutos. Quando falo, refiro-me aos imóveis devolutos da Região e os imóveis devolutos da República, que são uma vergonha — tudo a cair de podre, é impressionante. O Estado não faz nem deixa fazer.

Isso, num país civilizado, é inaceitável. Como podemos admitir exemplos dessa natureza, em que a própria República deixa tudo decair e apodrecer?

E há outros que têm que ser aqui chamados à responsabilidade: a Banca. A Banca foi salva pelos portugueses e pelos açorianos quando faliu, no entanto, a Banca agora não salvou ninguém; aumentou as taxas de juro, acumula lucros de milhões atrás de milhões, são administradores a ganhar milhões e milhões, e não se chega à frente.

Onde está a Banca nacional? A tal Banca nacional, Caixa Geral de Depósitos…

Deputado Nuno Barata (IL): Não é a banca, são os bancos centrais.

O Orador: … qual foi o contributo? Baixou os *spreads*? Não baixou nada.

Portanto, a Banca tinha que ter uma participação na crise, e a crise está também no custo do financiamento. A Banca está confortavelmente sentada na cadeira dos melhores enquanto os açorianos e os portugueses, de uma forma geral, estão na penúria.

Portanto, isto não pode ser assim. A Banca tem que ser chamada a dar o seu contributo — outros países o fizeram. Aqui os interesses instalados e as portas giratórias entre quem está no Governo e vai para a Banca ganhar milhões não permitem que se tomem decisões corajosas. E isso é a verdade, queiram admitir ou não.

Além dessa conjuntura difícil, também temos outra questão: e os milhares de pessoas que estão no RSI e que podiam trabalhar e estão nos cafés? Quando é que essa gente

começa a trabalhar? Que eu saiba, para trabalhar na construção civil não precisa ser doutor, nem engenheiro.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Já foi reduzido, Sr. Deputado. Agora só recebe quem realmente precisa. Antes não era assim.

O Orador: Portanto temos que pôr essa gente a trabalhar — essa gente tem que trabalhar.

Portanto, o Governo Regional não pode continuar a ignorar que, apesar do sucesso que nós reconhecemos — e do qual não somos alheios, porque participámos, nem que seja pela pressão — é necessário continuar a insistir e pôr essa gente a trabalhar.

Dito isso, ou a gente muda esse Estado de burocracia e de entraves, ou então a gente nunca vai conseguir ter habitação. Isto é a realidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Deputado do IL tocou na ferida. Apesar de não querer falar no passado, falou do passado que é, realmente, sobre o *subprime*. O problema começou no *subprime,* em 2008, afetou mais com a Troika até 2012 e basta olhar para a quantidade de construção feita nos Açores desde 2012 até, provavelmente a 2021 e 2022 onde não houve quase absolutamente nada.

E quando não há — neste caso, há bastante procura e não há oferta — o que é que acontece? O preço sobe radicalmente, o açoriano deixa de ter poder de compra para

conseguir comprar casas e depois temos pessoas que vêm de fora e compram as casas a preço exorbitante.

Depois, devido à guerra da Ucrânia, a matéria-prima aumentou exponencialmente. Ao aumentar exponencialmente, o próprio construtor não consegue fazer exatamente os mesmos preços ao locatário, neste caso ao vendedor, e daí temos preços que estão completamente altíssimos, que um açoriano comum não consegue comprar.

Isto da habitação não é um problema da habitação social. Nós não estamos apenas, a habitação social. A habitação social é uma coisa; a habitação para qualquer pessoa que não tenha restrição financeira, mas tenha um poder de compra normal — dentro da média a nível açoriana ou nacional — não consegue comprar uma casa neste preciso momento. Esta é a realidade.

E porquê? Porque houve uma grande quantidade de empresas construtoras civis que abriram falência durante os últimos 10 anos e que agora querem começar novamente, ou recomeçar novamente. E começam a verificar dois problemas: primeiro, não têm pessoas — tanto especializadas como mão de obra comum — para a construção civil; segundo, a burocracia que nós tínhamos em 2008 para a burocracia que nós temos agora para construir uma casa é completamente diferente.

E depois, o Sr. Deputado Francisco Lima, disse, e muito bem, temos outro problema que é as autarquias. Se há autarquias que são muito boas e céleres, há outras autarquias que não são bem assim. E não estamos a falar nem da competência nem da celeridade, estamos a falar daqueles pequenos poderes que às vezes gostam apenas de fazer um bloqueio apenas para fazer o bloqueio. Isso acontece em alguns concelhos, todos nós sabemos, e não podemos ter receio de o dizer: queremos que haja menos burocracia, queremos que haja celeridade dentro do processo de um projeto de uma casa de habitação.

E às vezes vemos um bloqueio total em algumas autarquias apenas porque sim, e quando é apenas porque sim, isto não vai a lado nenhum. Por isso, precisamos obviamente do Governo, tanto em termos de apoio à habitação, como de uma

estratégia vincada — a curto, médio e longo prazo — daquilo que o Governo tem, qual é a visão do Governo para a habitação nos Açores. E não é só habitação social, é também habitação para todos os açorianos. E verificar o que se passa entre os construtores, entre as autarquias — neste caso, estamos a falar de licenças e burocracia — e entre recursos humanos.

Eu recordo-me — e já falámos, acho que foi o ano passado ou há 2 anos — quando eu disse na altura do PRR que os Açores não iriam conseguir agarrar o valor do PRR porque não tinham mão de obra.

A Madeira, na altura, chegou-se à frente e começou logo a tentar mão de obra fora do país. Neste caso, conseguiram. Nós estamos a conseguir apenas agora. E é por isso que falhámos totalmente no PRR, mas que continua a ter que existir uma estratégia do Governo, uma estratégia que seja vincada e a longo prazo.

Independentemente do que foi feito pelo PS, independentemente do que a coligação faz agora, independentemente de qual Governo vamos ter no futuro, tem que haver uma continuidade, independentemente da cor política que teremos.

Porque senão, quem vai ser lesado são os açorianos, quando andamos a brincar à política.

Obrigado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Olha o PAN a brincar à política. E eu que pensava que levava isto a sério.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Luís Raposo, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Raposo** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

As políticas de habitação, seja no espaço europeu, nacional, regional ou mesmo local, necessitam, obviamente, de investimento a todos esses níveis: local, regional, nacional e também através de fundos comunitários.

As medidas aprovadas nos sucessivos Planos e Orçamentos propostos pela coligação demonstram e confirmam uma visão, uma estratégia e, acima de tudo, ação concreta — ao contrário da inação que caracterizou o Partido Socialista…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: … e passo a enumerar algumas medidas concretas, como os 20% de incentivo ao arrendamento, aqui anunciados pela Sra. Secretária e aprovados no último Plano e Orçamento. Esta medida já possibilitou a mais de duas mil famílias açorianas um apoio superior a 3 milhões de euros, com uma majoração de 20%.

Isto é fazer diferente, isto é fazer melhor, isto é olhar para o futuro.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Os 50 % de majoração no arrendamento para o subarrendamento também confirmam esta estratégia. O programa *Casa Renovada, Casa Habitada*, destinado a jovens, à classe média e às famílias monoparentais, aumentou em 12% o número de beneficiários — um grupo que o PS abandonou, deixou de fora e, acima de tudo, hipotecou o futuro.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas há mais: com as majorações, aumentou em 18% o número de beneficiários na autoconstrução, novamente para jovens, para a classe média e para as famílias monoparentais que antes estavam excluídas e que agora passam a receber majorações nesses mesmos apoios.

O ano de 2025 também traz novidades importantes na área da habitação, como o arrendamento com opção de compra — uma medida inovadora na Região que permitirá definir critérios claros para novas habitações.
Isto tudo com os votos contra do Partido Socialista e do Bloco de Esquerda, cumprindo a velha máxima: "Eu não fiz, mas também não quero que vocês façam."
Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Quero em nome do PSD congratular o Governo, em especial a Sra. Secretária e toda a Direção Regional da Habitação, pelo acordo aqui anunciado hoje com a Associação de Municípios.
Deputada Andreia Cardoso (PSD): Qual acordo?! A carta de sexta-feira é um acordo?! Pode vir a ser.
O Orador: Este acordo, também ele inovador e diferente, demonstra que já se prepara o futuro, que já se prepara o pós-PRR. E ainda bem que hoje se fala de futuro — continuamos a trabalhar para desenvolver os Açores e devolver esperança aos açorianos.
O Sr. Deputado do Partido Socialista levantou-se da sua bancada para falar da ausência de medidas para a habitação para os jovens. Tudo aquilo que aqui enumerei demonstra precisamente o contrário. Refuta toda a sua intervenção.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!
Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!
O Orador: Mas quero relembrar também os comportamentos — e os sucessivos comportamentos — do Partido Socialista, aqui e a nível nacional, demonstram que não estão ao lado dos açorianos, nem ao lado dos portugueses.

O PS chumbou, por quatro vezes, a nível nacional, medidas para a habitação como: os 100 % de garantia pública e a isenção de impostos. Estas medidas foram aprovadas pelo Governo da AD e, o que é que já resultou? Resultou em que cerca de 25 mil jovens portugueses já compraram a sua primeira casa com estas medidas.
Isto deve-nos orgulhar, e é este o caminho que temos de continuar a seguir.
Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo

O Orador: Estranhamente, o Partido Socialista fala de habitação e relembro todos aqui daquilo que foi o processo da discussão do Plano e Orçamento …
Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito estranho!
O Orador: … das ideias, das medidas. Afinal, são propostas, são ideias, são medidas. Pois o Partido Socialista, uma semana antes da discussão do Plano e Orçamento para 2025, propôs exatamente ao Governo Regional aquilo que o Governo Regional está agora a fazer: o reforço de verba…
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!
O Orador: … para continuar a desenvolver o bom trabalho que tem vindo a fazer.
Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!
O Orador: Sr. Deputado Russell Sousa, permita-me que lhe diga: muitas foram as promessas, durante muitos anos — algumas nós nem éramos nascidos ainda. Eu percebo que o PS não queira de todo elogiar o Governo. Admito que não o faça, mas também não o critique sem razão.
Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tiveram um ministro com a tutela da habitação que a única coisa que conseguiu foi ser mandado para casa.
Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor. Tem a palavra.
(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:
Era só para recordar a Sra. Secretária Regional que ficaram aqui algumas perguntas por responder. Agradecia que pudesse esclarecer os açorianos das nossas dúvidas. Obrigada.
Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, tem a palavra. Faça favor.
(*) **Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego** (Maria João Carreiro): Muito obrigada, Sr. Presidente.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Sra. Deputada Olivéria Santos, mais uma vez aproveito aqui a oportunidade para agradecer a vossa iniciativa para debater, naturalmente, uma área que é primordial e que, durante longos anos, nunca se discutiu nesta Assembleia. E, portanto, também é

o reflexo de hoje estarmos aqui — ou seja, a falta de oferta habitacional resulta de uma falta de estratégia, uma falta de planeamento. Por isso, falemos do presente, é por isso que cá estamos.

O Governo está presente — e vai continuar a estar presente — em termos de promover a oferta habitacional, utilizando, como tive aqui oportunidade de dizer na primeira intervenção, o PRR. Mas o PRR não resolve tudo.

Desde logo, para quem esteve atento, percebeu que o valor inicialmente previsto para efeitos de PRR, de 60 milhões, dava apenas para construir 300 novas casas.

Portanto, nós propomos construir e reabilitar muito mais do que 300. Já estamos a fazer a diferença, quando estamos a afetar, por via do ORAA (Orçamento da Região Autónoma dos Açores), a concretização das metas, em função — desde logo, como tive também oportunidade de aqui esclarecer — de que nós aumentámos o valor por m². Inclusivamente, chegámos a aumentar cinco vezes mais em relação ao valor financiado pelo PRR.

Ou seja, é um investimento do ORAA que estamos a fazer.

Além disso, a verdade é que, temos sempre que planear o pós-PRR — e estamos a fazê-lo. Não estamos à espera que o PRR termine, com a execução da obra ou da sua reabilitação ou atribuição de lotes, para em 2026 pensarmos o que é que vamos fazer. Não. Já estamos a fazer a diferença.

Este Governo de coligação, desde que iniciou funções, tem trabalhado nesse sentido. E como é que o estamos a fazer? Precisamente através do quadro normativo, com alterações a determinados programas.

O que é curioso é que muitos, aqui dos partidos, vêm dar nota da falta de habitação, dizem-se preocupados com os jovens, com o aumento das rendas, mas, quando foi a altura de votar uma alteração em sede de Orçamento — a alteração ao incentivo ao arrendamento, de majorar em 20 % os apoios — sabem o que é que os partidos fizeram? O Bloco de Esquerda e o PS? Votaram contra.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo

Os jovens têm de saber disso: estes partidos votaram contra.
Mas a verdade é que conseguimos que essa alteração fosse aprovada e, fruto dessa alteração — como já foi dito por mim e reforçado por outros Deputados, nomeadamente o Sr. Deputado do PSD —, a verdade é: o que é que nós temos?
Em sede de autoconstrução, fruto da alteração àquela questão que questionou, temos mais famílias a beneficiar …
Deputado Carlos Silva (PS): Ó Sra. Secretária o que é que são "mais famílias"? A gente não sabe quantas são.
A Oradora: … 12 % estão incluídas, que antes dessa alteração estavam excluídas. E, fruto dessa alteração, em termos de autoconstrução, onde é que ficamos?
Em 2024, nós conseguimos suspender a avaliação das candidaturas; em 2024 registámos um reforço do apoio em 25 %; e, em 2025, até fruto deste incremento em termos de elegibilidade, assistimos a um reforço na ordem dos 18 %.
Temos o incentivo ao arrendamento e, como já foi dito. Num ano ultrapassámos os 3 milhões de euros e mais de 2 mil famílias beneficiaram.
Relativamente ao regime de arrendamento com opção de compra, foi fruto de uma alteração introduzida em sede de Orçamento que conseguimos aqui aprovar. O que é que permite este regime? Habilita o Governo a regulamentar precisamente o regime de arrendamento com opção de compra. Qual é a nossa prioridade? Os jovens e a classe média.
Estamos a trabalhar e a verdade é que, até ao final deste semestre, as famílias açorianas — os jovens, as famílias monoparentais, a classe média, não descurando sempre os mais desfavorecidos — vão beneficiar do regime de arrendamento com opção de compra. Foi este o nosso compromisso e este compromisso será garantido.

Relativamente às questões que me colocou, penso, Sra. Deputada, que esclareci.
Agora, também queria aproveitar para dar nota do seguinte: é precisamente pensando no presente e percebendo que não é só o PRR, não são só os apoios que vêm do Governo Regional, que poderemos fazer o equilíbrio entre a oferta e a procura.
É por isso que mostramos disponibilidade e que estamos no bom caminho, no sentido de apoiar os 19 municípios da Região, em sede das candidaturas que não foram aprovadas do Primeiro Direito ao PRR.
Portanto, nós vamos cumprir com aquilo que anunciámos em sede de Programa do Governo: as 2 mil casas numa década. Estamos cá para fazer a diferença e assumimos esse compromisso.

E é nesta sede que o Governo está, em conjunto com os 19 municípios, a querer responder e promover oferta habitacional, para que haja um equilíbrio entre a oferta e a procura.
A verdade é que os números incomodam.
Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas incomodam o quê?
A Oradora: Nós, em 4 anos já conseguimos construir e reabilitar 143 habitações por via do PRR, mais 41 por via do ORAA. Nos anteriores governos do Partido Socialista? Em 8 anos, 71 habitações.
Esta diferença é notória e mais que evidente.
Muito obrigada.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.
Tem agora a palavra o Sr. Deputado Russell Sousa.

(*) **Deputado Russell Sousa** (PS): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar a minha intervenção, só por questionar aqui uma coisa.

A Sra. Secretária disse, no seu discurso, 143 casas; o Sr. Deputado Luís Raposo disse 173 casas.

Mas agora tenho aqui uma questão, que é a seguinte: segundo o requerimento que foi respondido ao CHEGA, construído de 2020 a 2025 foi uma casa, porque as 25 do Bairro de Nossa Senhora de Fátima já estavam prontas quando vocês assumiram e tomaram posse.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): O Sr. Deputado não sabe interpretar números.

O Orador: Depois, gostava só de questionar aqui o Sr. Deputado Luís Raposo…

Ruido na Câmara.

Quando fala numa média, nos últimos anos, de uma casa nos Governos do Dr. Vasco Cordeiro, de 2020 a 2025 a média é de 0,20.

Não sei do que é que estamos a falar, de uma casa nos outros últimos anos. Acho que a matemática também não é muito forte desse lado.

Relativamente, Sr. Deputado Luís Raposo, quando fala das garantias públicas e da isenção de IMT, vou ler só aqui, numa entrevista ao CEO do Santander Portugal, o que é que este diz sobre essas medidas e uma das razões do PS não ter aprovado essas medidas: "Os jovens vão pagar prestações de casa bem mais elevadas, uma vez que têm que cumprir os limites de taxa de esforço e ainda as maturidades dos empréstimos. Por isso mesmo, admitem que só os jovens com maiores rendimentos, perto dos 80 mil euros anuais..." — perto dos 80 mil euros anuais — "… é que poderão aceder a este benefício da garantia pública."

Ou seja, desses 25 mil que o Sr. Deputado nos diz, esses 25 mil devem estar todos na classe alta, porque a classe média não tem acesso a esses apoios.
E quem o diz não é o Partido Socialista, é um CEO do Santander Portugal, que afirma o seguinte: "O impacto desta medida vai ser muito limitado, admitindo que só vem ajudar os jovens que tenham capacidade para o serviço da medida."
Ou seja, os jovens da classe média, com rendimentos abaixo dos 40 mil euros, não terão acesso a essa medida.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

O Orador: Mas, se isso não é suficiente, trago-lhe mais uma notícia da *SIC Notícias* que diz o seguinte: "Isenção do IMT e do Imposto de Selo provoca corrida à compra da primeira casa, e quem recebe menos está a ficar para trás."
Ou seja, mais uma vez, a classe média fica atrás com governos de direita.
Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!
O Orador: E depois, tinha uma questão para a Sra. Secretária relativamente ao subarrendamento, à majoração, porque esse subarrendamento tem duração de 1 ano e, depois desse subarrendamento, qual é a majoração?
Mas, por fim, também gostaria de finalizar a minha intervenção relembrando que o Governo não falha só a agricultores, a pescadores, falha também nos apoios à habitação e, acima de tudo, quando questionados — nesse caso, as pessoas, questionados pelo atraso — uma das recomendações às pessoas que foram alvo desse atraso do pagamento do Governo é recorrer a um empréstimo bancário. Veja-se isso: uma pessoa que se candidata a um apoio do Governo, que não tem condições para mais, …
Deputado João Bruto da Costa (PSD): O camarada que o senhor citou antes deve ter gostado disso.

O Orador: … e a resposta da Direção Regional de Habitação é: recorra ao empréstimo bancário, que nós, quando tivermos dinheiro, vamos pagar.
Não é assim que funciona com o Partido Socialista. Nós não falhámos nesses pagamentos, porque a habitação é um direito crucial para as pessoas.
Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há mais alguma inscrição.

Pausa.

Sr. Deputado Luís Raposo, tem a palavra. Faça favor.
(*) **Deputado Luís Raposo** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.
Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Eu já estou habituado ao incomodo da Sra. Deputada Andreia Cardoso…
Deputada Andreia Cardoso (PS): Eu acho que isso é paixão!
O Orador: … quando intervenho na área da habitação, mas isso é um problema que passa, ou passará com o tempo, e assim ficarei descansado.
Este Governo tem como objetivo colocar no mercado cerca de 2 mil habitações a preços acessíveis — foi aqui anunciado, também já tinha sido discutido no Programa do Governo — e entenda-se por este número: novas construções, reabilitações, cedências de lotes infraestruturados, acordos com as cooperativas de habitação e também uma estratégia com os municípios.
É de realçar que, com este Governo, os municípios contam e não ficam de fora de qualquer estratégia, a bem dos açorianos e das açorianas.
Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Já estão em curso cerca de mil habitações, entre elas 300 construções, 500 reabilitações e cerca de 200 lotes infraestruturados.

É bom relembrar que nem em 24 anos de Vasco Cordeiro dariam para superar estes números.

Mas ainda há mais números — para satisfazer a bancada do Partido Socialista — que são: mais de 10 mil famílias açorianas já foram apoiadas, mais de 60 milhões de euros já foram investidos na habitação, e o que está a ser feito em 4 anos deveria ter sido feito durante 8, 12, 16 anos.

Mas não havia visão na governação socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas importa também fazer, e para as pessoas que nos acompanham, que assistem aos nossos trabalhos diariamente, alguma pedagogia, para que percebam realmente o problema que nós temos em mãos e que queremos, obviamente, ultrapassar.

Uma habitação hoje, nos Açores, custa cerca de 200 mil euros, ou seja, cerca de 1 milhão de euros daria para cinco casas.

Entre registar, licenciar, envolver engenheiros, envolver arquitetos, concurso público, a fase de adjudicação, ida ao Tribunal de Contas, consignação, início da obra e o passar do tempo da obra… demora bastante…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Ah, isso é que justifica terem feito uma casa!

O Orador: … e, obviamente, que faz com que as pessoas criem algum desespero para os seus problemas da atualidade.

Mas a verdade é que este Governo está a adotar medidas para ultrapassar todos estes conflitos que aparecem no seu dia a dia.

Não é má vontade dos decisores políticos.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Antes é que era má vontade!

O Orador: É a força da realidade que assim o exige.

Importa também falar para as pessoas lá de casa, que acompanham os nossos trabalhos, que a taxa de inflação em 2018 era de cerca de 2 % e que, a partir de 2021, galopou até 8,7 % em março de 2021.

É com agrado que vemos estes valores a descer, o que, aliado a estas políticas públicas por parte do Governo da coligação, volta a dar esperança às açorianas e aos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Vi algum incómodo da bancada do Partido Socialista quando anunciei que este Governo, em 4 anos, já tinha construído e reabilitado 184 casas.

Eu vou explicar — a Sra. Secretária já explicou — mas, para que fique registado e de forma clara…

Deputado Carlos Silva (PS): Quantas novas? Uma! Em 5 anos, uma casa nova!

O Orador: … São 143 construções e reabilitações através do PRR, mais 41 através do ORAA, o que totaliza 184. Eu diria ao Partido Socialista para não desafiar uma ciência exata.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer um intervalo. Regressamos às 12 horas.

Eram 11 horas e 39 minutos.

Eram 12 horas e 04 minutos.

Presidente: Vamos então dar continuidade ao debate.

Estava inscrito, antes do intervalo, o Sr. Deputado António Lima, a quem dou a palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nesta fase do debate, considerando até que tivemos o intervalo da manhã, eu julgo que a Sra. Secretária estará agora em condições de responder às questões que lhe coloquei e que, manifestamente, não tiveram nenhuma resposta na sua segunda intervenção. Enquadro-as novamente, Sra. Secretária, porque este debate teve, da parte do CHEGA, do partido proponente, o enquadramento, e esse enquadramento tem por base também uma proposta que está no Parlamento de suspensão de todos os Planos de Ordenamento do Território na Região Autónoma dos Açores — Planos Diretores Municipais, Planos de Ordenamento da Orla Costeira, o Plano Regional do Ordenamento do Território — para, alegadamente, construir habitação, mas que permite construir hotelaria, indústria e tudo o que se queira, porque, quando se suspendem planos, é exatamente essa a consequência: uma espécie de faroeste imobiliário.

Sra. Secretária, é importante que saiamos deste debate percebendo o que é que o Governo fará sobre essa matéria. Fará aquilo que recomenda o parceiro de coligação do Governo? Concorda com essa visão de que o problema da habitação se resolve suspendendo todos os planos de ordenamento do território, ou não?

Terá, certamente, a oportunidade de telefonar ao seu colega da Agricultura, que tem a pasta do ordenamento do território, …

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Ó Sr. Deputado, um pouco de respeito também!

O Orador: … caso não tenha esse conhecimento ou não tivesse esse conhecimento.

E, já agora, Sra. Secretária, no que respeita à Lei dos Solos, ficamos também à espera de um esclarecimento: o que é que quis dizer o Governo Regional numa resposta à Associação de Municípios, divulgada por essa própria entidade, pelo seu Presidente, de que a Lei dos Solos se aplica à Região mediante algumas adaptações? O que é que isso significa, considerando que a Região tem legislação própria sobre essa matéria? É preciso que fique claro, neste debate, qual é a avaliação do Governo e o que é que quis dizer o Governo com esta proposta à Associação de Municípios. Está também ali, já agora, o Sr. Secretário do Ambiente, que, nesta matéria do ordenamento do território e no caso das Reservas Ecológicas, terá, certamente, também uma palavra a dizer.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Calisto. Faça favor.

(*) **Deputada Cristina Calisto** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Bom, já foi aqui dito que a habitação é, hoje, um drama que nós vivemos…

Deputado Paulo Gomes (PSD): Hoje?!

A Oradora: … e é preocupante a situação que nós vivemos em termos de habitação. Convém relembrar que, só em 2024, o custo da habitação aumentou 23 %. O que é que isto quer dizer? Quer dizer que, quem não tinha condições para aceder a uma habitação, de ano para ano tem cada vez mais dificuldades a aceder a uma habitação.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Por isso temos os apoios.

A Oradora: E, na verdade, nós todos reconhecemos que a habitação é muito mais do que um teto. A habitação proporciona a estruturação da família e também favorece a formação dos mais novos. E, na verdade, o que é que foi feito até à data, nestes últimos anos? O Governo faz exatamente aquilo que nós fizemos, mas tem mais recursos à sua disposição.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Muito bem!

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Falso!

A Oradora: E há pouco ouvi dizer que não é só o PRR que temos à disposição. É verdade, ainda bem que não é só o PRR e ainda bem que existem municípios, porque, se não fossem os municípios…

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP) E o que é que está na lei dos municípios?!

A Oradora: … a situação da habitação, hoje, nos Açores, seria muito pior. E vou-lhe dizer porquê: se não fossem os municípios a dar resposta a quem encontra uma habitação para arrendar, nos preços que todos nós sabemos a que está, e que tem apenas uma única fase de candidatura ao incentivo ao arrendamento, se tivesse que aguardar que a candidatura fosse submetida e fosse aprovada, essa pessoa estaria, seguramente, na rua, sem teto para viver.

São os municípios que se têm substituído nestas respostas. E não foi por falta de alertas ou de pedidos que foram feitos para que esta medida — nos dias de hoje — a habitação progredisse.

O problema da habitação não é igual ao de há 20 anos, do que é igual aos dias de hoje, e nós temos que ser claros nisso. Hoje, o problema tem características muito diferentes. E a verdade é que nós não podemos continuar a ter as mesmas medidas que o Partido Socialista tinha, porque, se nós fôssemos Governo, já teríamos alterado as nossas próprias iniciativas.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Porque a verdade é esta: os municípios tiveram a coragem de criar regulamentos e de alterar regulamentos para poder fazer face a um custo mensal de apoio a todos os agregados que estão numa situação de candidatura ao incentivo ao arrendamento e que não têm condições — nem o inquilino vai ter condições, nem o senhorio — de

aguardar que seja aprovada a candidatura e que seja submetida. São os municípios que o fazem.

Mas também há mais a dizer sobre essa matéria no que toca aos municípios, para a reabilitação, e no que toca ao Partido Socialista, para a reabilitação dos apoios à habitação degradada. E aqui falamos da classe média — também não são só as pessoas com menos recursos. Quando foi a aprovação do Plano e Orçamento, o Partido Socialista apresentou uma medida de majoração de 25 % naquilo que são os valores de referência de apoio à habitação …

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: … e que não foram considerados, quando todos sabemos que o custo de construção aumentou substancialmente nos últimos anos. E quem é que a bancada do PSD e o Governo acham que está neste momento a substituir-se a essa situação? Os municípios!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Porque, quando se recebe 11 mil euros para se fazer uma obra e ela custa 16, e o Governo sabe disso — porque é obrigatório entregar um orçamento do empreiteiro —, quem vai cobrir a diferença são os municípios, não é o Governo.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

E mais acrescento ainda: neste momento, há famílias que já têm a aprovação das candidaturas para reabilitação das suas habitações e que a obra não está a ser executada, porque os empreiteiros recusam-se a começar a obra, uma vez que têm pagamentos em atraso da Direção Regional da Habitação há 6 meses — e há mais tempo — e, enquanto não receberem, não vão iniciar. Com isso, também estamos a prejudicar aqueles que precisam de ter um teto e dignidade para viver.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os empreiteiros estão parados à espera!

A Oradora: Portanto, ainda bem que os municípios — e que os açorianos — têm os seus municípios para apoiar nesta busca e neste apoio à habitação.

Agora, eu gostaria também de aproveitar para dizer que a Sra. Secretária Regional mencionou, ainda a respeito dos municípios, que está a articular, através da AMRAA, um acordo para apoiar as habitações…

Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): Não falei em acordo!

A Oradora: … que não foram abrangidas pelo PRR. Ainda bem.

Os municípios receberam, da AMRAA, uma comunicação para lhes ser entregues as estratégias, para se articular essa posição. Ainda bem que, 4 anos depois, foi possível articular posições, porque isso é algo que nós vimos pedindo desde 2021…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: … altura em que os municípios iniciaram as suas estratégias locais de habitação. Na verdade, nessas estratégias de habitação, neste momento, podemos estar duas ou mais entidades a procurar uma solução habitacional para um agregado, e outro agregado não tem esta mesma condição, porque a falta de articulação proporciona isso. Podemos todos estar preocupados com os casos mais graves e esquecer os outros que também são graves, mas menos graves do que alguns e, portanto, na verdade, essa articulação é pedida desde 2021.

Fico satisfeita que, quatro anos depois, tenha sido possível perceberem que essa articulação é mais do que necessária. Ainda bem!

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: E agora aproveito para repor algumas coisas que aqui foram ditas esta manhã, quer por Deputados, quer também por Membros do Governo. Há pouco o Sr. Deputado Francisco Lima do CHEGA, …

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Às vezes parece.

A Oradora: … fez referência à dificuldade que é licenciar uma habitação e que esta é diferente de município para município. Desde março de 2021 que não há licenciamentos para habitações nas câmaras municipais. A lei mudou em 2024.
Neste momento, os processos de licenciamento dependem exclusivamente do proprietário, do promotor da obra, portanto, quanto mais rápido forem entregar os documentos, as câmaras são apenas depositárias dos documentos de licenciamento, …

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Com exceção do loteamento e ainda bem.

A Oradora: … à exceção dos loteamentos, e, portanto, queria retificar essa informação para deixar isso claro.
E, sobre habitação, repondo alguns dados, nós ontem recebemos a resposta a um requerimento sobre habitação em que se fala: a comparação, em algumas ocasiões, de 17 anos; faz-se referência ao ano 2009, mas a verdade é esta, que eu vou-lhe dizer — de 2013, eu não sei se a Sra. Secretária foi enganada ou se nos veio enganar a todos aqui, mas eu vou-lhe dizer qual é a realidade — de 2013 a 2020 foram investidos em habitação 118 milhões de euros, beneficiando mais de 9 mil pessoas nos Açores. Essa é que é a verdade!

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Eu não estou enganada.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A Oradora: E esse número tem que ser referenciado, porque não sei que cálculos é que chegaram para os números que fazem referência.
O PS orgulha-se bastante do trabalho que fez ao longo dos seus 24 anos em termos de habitação; todos sabem como é que era a habitação há 24 anos.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

A Oradora: Havia ruas e barracas inteiras, as pessoas viviam sem quaisquer condições. Ainda bem que muitas famílias nos Açores puderam ter um teto condigno, porque o Partido Socialista se preocupou e fez dessa matéria um eixo essencial da sua atuação.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A Oradora: Já agora, a Sra. Secretária também mencionou um aspeto que vem nessa mesma resposta, que foi feita ao requerimento do CHEGA e já foi referido aqui por outros Deputados.

Diz que foram majorados os apoios aos agregados monoparentais.

Eu vou dizer o que é que foi aprovado no Plano e Orçamento para a Região Autónoma dos Açores em 2024: foram aprovadas majorações de apoios atribuídos aos candidatos portadores de deficiência ou incapacidade, jovens portadores de deficiência ou incapacidade e agregados monoparentais.

E eu pergunto-lhe: quantas famílias foram abrangidas por essa medida? Qual é a família monoparental que pode ir à banca pedir um empréstimo para comprar uma casa?

Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): Tem de ler até ao fim!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A Oradora: Ou quem é que é uma pessoa com deficiência ou incapacidade que, neste momento, foi à banca e conseguiu ter uma casa para reabilitar?

São estas as perguntas que lhe deixo.

E, por fim, sobre o PRR, em concreto, afinal, gostaria de saber quantas casas o PRR — porque há aqui uma informação que faz referência a obras de 2021, naturalmente que as de 2021 foram iniciadas pelo Governo do Partido Socialista, não fizeram casas em tempo recorde de 6 meses, mas exatamente feitas por esse Governo — quantas casas foram construídas e estão neste momento ocupadas por agregados com dificuldade na Região Autónoma dos Açores?

E já agora, para além de quantas, aonde? Em que ilhas é que elas estão?

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Depois das intervenções que me antecederam e daquilo que foi transmitido, primeiro pelo Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, fico sem perceber porquê: por um lado, as Comissões são importantes e o trabalho que se desenvolve na Comissão, por outro, quer desvalorizar completamente uma iniciativa que está em Comissão e quer fazer o debate da iniciativa hoje, nesta manhã de debate de urgência sobre habitação.

Depois, relativamente àquilo que foi dito, e agora nesta intervenção da Sra. Deputada Cristina Calisto, de que o PS se orgulha do trabalho feito e que agora este Governo não fez nada, a desvalorizar completamente aquilo que foi o trabalho feito por este Governo de coligação, lembro à Sra. Deputada que, relativamente à questão dos municípios, foi o PS que deixou os municípios, em 2020, de fora…

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: … e este Governo é exatamente o que está a fazer: reajustar as respostas, depois do IHRU ter feito a avaliação das candidaturas junto dos municípios, fazendo aqui um trabalho, e bem, de parceria com os municípios para dar resposta àquela que é uma situação emergente da nossa Região. Mas quem deixou os municípios de fora foi o Governo do seu partido, em 2020.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado.
A Oradora: Depois, também lembrar — e a Sra. Deputada sabe-o bem — de todo o trabalho que este Governo está a desenvolver para resolver problemas que os senhores deixaram, que, se não os tivessem deixado, muitos processos estariam num processo de andamento muito superior. Por exemplo, já falou o seu colega da bancada do Partido Socialista sobre o Bairro Nossa Sra. de Fátima, mas as casas deste bairro — a pergunta que lhe faço e à bancada do Partido Socialista é: estas casas estavam registadas? Não estavam. Quem é que as registou?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Foi o Governo de coligação que esteve a registar estas casas e teve que fazer o contrato ARAL (Acordo de Regularização de Alvarás e Licenças) com o Município da Praia da Vitória, porque nunca tinham sido feitos os alvarás destas construções. É esta a herança que o Partido Socialista deixou.
Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: E por isso, quanto à situação do Governo, o Governo está a fazer o seu trabalho, — gostaríamos muitas vezes que fosse a um ritmo mais rápido para dar uma resposta mais célere às pessoas, é certo — mas aquilo que tem sido possível fazer é resolver muitos problemas que já se vinham a arrastar há muitos anos e que os Srs. não foram capazes de resolver. E vem a Sra. Deputada dizer que, se fosse o Partido Socialista a governar, agora é que era, …

Deputada Cristina Calisto (PS): Eu não disse isso!

A Oradora: … agora é que se resolvia tudo, problemas que se arrastavam há décadas, há anos que os senhores não foram capazes de resolver.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Francisco Lima, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a esta questão, que foi aqui levantada também pelo Bloco de Esquerda e pela Deputada Cristina Calisto, do Partido Socialista e não do Bloco de Esquerda, tenho a dizer o seguinte: há aqui uma contradição grande no Bloco de Esquerda — já foi dito aqui pela Deputada Catarina, que é a seguinte: antes da Comissão se pronunciar, antes de ouvir as pessoas, já quer uma decisão; a gente já sabe que a sua decisão é contra porque basta ser do CHEGA para ser contra. No entanto, está-se a esquecer que muitos desses terrenos são públicos, é o próprio Estado, é a própria

Região que não consegue construir; e quando suspende, tem que suspender para todos. Os planos têm que ser suspensos — vai suspender quê? Só para os particulares? Todos vão beneficiar, e não é para fazer construções em sítios recônditos …

Deputado António Lima (BE): Não?! Se não há plano é onde quiserem.

O Orador: … é para fazer construções, como já foi aqui dito, em sítios onde existem casas de um lado e do outro, e isso vai ser discutido, vai ser votado.

Eu acho que é abusivo querer que a Sra. Secretária se pronuncie sobre um assunto que compete aos Deputados, nem sequer compete a ela pronunciar-se…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado, Sr. Deputado!

O Orador: … sobre o que vai ser a votação da coligação ou do CHEGA. O senhor realmente não quer ouvir a Comissão, então critica quando a gente dispensa a Comissão e critica quando existe a Comissão.

Relativamente à Sra. Deputada Cristina Calisto, eu tenho-lhe a dizer o seguinte: a questão da burocracia, a questão da lei é muito complexa; uma coisa é a lei, outra coisa é a aplicação da lei.

Com a mesma lei, eu já lhe disse que, na ilha Terceira, temos uma Câmara que despacha processos em 3 meses e tem outra que despacha processos em 3 anos, porque há um ofício, há um papel; o papel pode ser pedido no mesmo dia, por vezes leva 6 meses para pedir o papel. É tudo muito bonito, tudo muito engraçado, mas as coisas não andam. As pessoas, o cidadão comum, não quer saber que leis existem, quer é saber quando é que tem a licença de construção. E se a licença de construção na Praia demora 3 meses e em Angra demora 3 anos, isso é que é a realidade, e noutros sítios é a mesma coisa.

Eu até lhe pergunto: na Lagoa, quanto é que demorava? É uma questão de perguntar aos municípios. Portanto, a realidade é essa, eu sei que dói, eu sei que custa, mas tem que ouvir, tem que ouvir, a verdade dói, eu sei que dói.

E, portanto, sobre essa questão, é isso que eu tenho a dizer. Tinha que fazer essa intervenção porque realmente estarem aqui a criticar um processo que pode facilitar a construção e querem construção é uma contradição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Secretária Regional da Juventude, Habitação e Emprego, faça favor. Tem a palavra.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Sra. Deputada Cristina Calisto, vamos naturalmente repor a verdade.

Sra. Deputada, os licenciamentos envolvem sempre loteamentos e o que está aqui em causa são as grandes obras do Governo Regional em loteamentos, portanto, licenciamentos são sempre necessários.

E a verdade é que, se formos falar em obra construída, em execução, já fizemos muito mais em 4 anos do que os senhores em 8, em 12 e em 16. Os números foram bem exemplificados cá e falam por si, não mentem…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E com transparência.

A Oradora: … e a verdade é que poderíamos estar muito mais à frente, …

Deputada Andreia Cardoso (PS): Mas só fez uma até agora!

A Oradora: … temos a execução do PRR, se não tivesse sido esse Governo de coligação a resolver a trapalhada que a governação do Partido Socialista nos deixou, quando não regularizou registos.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Bem lembrado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Sra. Deputada, eu vou-lhe esclarecer. Ainda hoje de manhã tínhamos técnicos da Direção Regional da Habitação a resolver problemas de registo das 24 casas que foram faladas aqui, ainda hoje de manhã, um facto. Perante isso, Sra. Deputada, contra factos não há argumentos. Não havia registos, tínhamos apenas projetos anunciados. Ainda tínhamos, das Candeias, o placar do Governo Regional do Partido Socialista, que remontava a que ano? Há 15 anos.

Portanto, estamos aqui a dar nota do que fizemos e os números falam por si.

Já executámos, em termos de PRR, 143 habitações em construção e reabilitação, mais 41 por via do orçamento. Mas vamos mais além: 101 lotes infraestruturados, 40 já entregues, 43 em concurso, em execução construção de 250 novas respostas, das quais 92 habitações, 125 reabilitações, 33 lotes infraestruturados, sendo que até ao final do ano teremos concluídos 23 e 48 reabilitações.

Posso acrescentar que, em fase de concurso público, temos empreitadas para a construção de 25 novas habitações, 93 reabilitações, 32 lotes infraestruturados.

A questão é que estamos a fazer muito e a população está a sentir isso. Agora, não podemos é construir uma casa de um ano para o outro, como a Sra. Deputada sabe muito bem. Portanto, não nos estamos aqui a reduzir o PRR e temos, em vários momentos, dado boa nota de que estamos a planear e já a definir a estratégia pós-PRR, inclusivamente.

Ainda fiz questão de dizer que o valor afeto ao PRR inicial, dos 60 milhões de euros, nunca permitiria executar o que está previsto em termos de metas, porque os 60 milhões só dariam para construir 300 novas habitações. Nós vamos fazer muito mais do que 300 novas respostas habitacionais.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.
Sr. Deputado Luís Raposo, faça favor.
(*) **Deputado Luís Raposo** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente,
Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Intervenho nesta fase do debate para recordar aquilo que, neste momento, já está em curso por parte deste Governo; que muito do que está em curso foi registado só depois deste Governo entrar, de tomar posse. O Partido Socialista, durante as suas governações, anunciava principalmente antes de atos eleitorais, antes de eleições regionais, criando expectativa nas pessoas, quando essas desesperavam por soluções para a sua vida.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!
O Orador: Mas quero aqui recordar — e vou recordando estas situações e vou acrescentando aqui à Câmara algumas notas — o Bairro Nossa Sra. de Fátima, na ilha Terceira: as casas não estavam registadas e isso colocou em causa o investimento e o financiamento. Para além disso, foi pago um contrato ARAL do Governo Regional com a Câmara Municipal da Praia da Vitória para a regularização do alvará, que nunca, nunca foi feito. Foi este Governo que fez a regularização de todas essas fases do Bairro Nossa Sra. de Fátima — e ainda bem que os Terceirenses sabem disso.
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!
Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!
O Orador: Sobre Vila Franca nós temos os Foros do Solmar, promessa a Vila Franca do Campo…
Deputado José Pacheco (CH): Eh pá não se fala de Vila Franca.
O Orador: … sobre os Foros do Solmar, também foi anunciado em 2020…

Deputada Sabrina Furtado (PSD): Porque é??

O Orador: … por parte da Sra. Deputada Andreia Cardoso, antes das eleições, criando expectativas — e foi este Governo que realizou. Aqui nesta Casa já vimos o Sr. Deputado Carlos Silva trazer a fotografia dos apartamentos Detrás dos Mosteiros, na freguesia da Matriz, no concelho da Ribeira Grande, e eu peço ao Sr. Deputado Carlos Silva que possa atualizar a fotografia e partilhar com os seus colegas. Mas também falo da Achadinha, também falo da Maia, também falo dos Fenais da Luz, com aquela placa que aguenta mais de 20 anos, Ginetes, as Feteiras, Capelas, Prestes, São Brás, Nascer do Sol, Casteletes em São Jorge. E também agora gostaria de falar de Santa Cruz da Graciosa — e estranho que o Sr. Deputado José Ávila não se levante para elogiar este Governo, …

Deputado José Ávila (PS): Levanto-me já!

O Orador: … porque a Graciosa é um exemplo na Região do que esta governação quer no presente e quer para o futuro — e passo a explicar e também a fazer pedagogia nesta Casa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O senhor está um verdadeiro pedagogo, ou demagogo!

O Orador: Este Governo, na Graciosa, já reabilitou cinco casas, vai construir três. Esta regularização permitirá resolver um problema grave de carência habitacional na ilha Graciosa e, para além disso, este Governo já começa a preparar a próxima fase, que é trabalhar para a classe média…

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Desprezada durante muitos anos!

O Orador: … tendo em vista 19 lotes infraestruturados para os jovens casais. Isto é resolver o presente, isto é preparar o futuro, isto é dar soluções — e a Graciosa, neste caso, é um exemplo para a Região. E estranho o não elogio do Sr. Deputado José Ávila.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Diria ainda, a propósito da intervenção da Sra. Deputada Cristina Calisto, que a coligação está a concretizar aquilo que foram muitas das suas…

Deputada Cristina Calisto (PS): Das minhas?

O Orador: … quando digo "suas", refiro-me ao Partido Socialista — promessas feitas durante muitos anos. O drama de que fala após 2020 é curioso, porque parece que, antes disso, vivíamos num mar de rosas, num sonho cor-de-rosa. Agora que estamos objetivamente melhores, a Sra. Deputada afirma que é um drama. Estavam tão preocupados com a habitação, mas extinguiram a SPRII, e os regulamentos dos municípios para apoio à habitação degradada foram criados há uma década — ou seja, pelo próprio Partido Socialista. Isto só demonstra que o Partido Socialista não respondia, de facto, às necessidades da altura.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

O Orador: Mas também questiono a Sra. Deputada Cristina Calisto, nesta fase do debate, e que teve responsabilidades autárquicas e que critica este Governo por estar a fazer mais e melhor: se, enquanto Presidente de Câmara, quantas casas construiu ou reabilitou? Se, em alguma vez, tendo terrenos possíveis para a construção, se optou por outras decisões, como miradouros, vias ou rotundas para acesso a outras coisas? Como é que foram feitas essas decisões, de que maneira e que contributo é que tem, nesta fase do debate, a dar ao Governo?

O trabalho efetuado em 4 anos — o trabalho efetuado por este Governo em 4 anos — com chumbos de Orçamentos, eleições antecipadas aqui e a nível nacional, é meritório e merece o reconhecimento por parte do Partido Social Democrata e por

parte da coligação. Elogio, novamente, a Sra. Secretária e toda a Direção Regional da Habitação.

Não podemos, nem devemos, atirar para debaixo do tapete todo este trabalho. Onde estavam todos estes investimentos que aqui anunciei?

Sra. Secretária, eu questionaria a Sra. Secretária sobre este anúncio que aqui fez hoje, sobre o acordo com a Associação de Municípios — esse trabalho que está a ser desenvolvido com a Associação de Municípios demonstra, de facto, visão e estratégia para o futuro. E, em matéria de habitação, de forma clara, Sra. Secretária, permita-me que lhe diga: existe um antes de 2020 e um pós-2020 — e folgo em saber que já se prepara o pós-PRR.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Cristina Calisto, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputada Cristina Calisto** (PS): Prescindo, Sr. Presidente.

Presidente: Prescinde.

Pergunto, então se há outras inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Joana Pombo Tavares, faça favor.

(*) **Deputada Joana Pombo Tavares** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Seria inevitável num debate sobre a habitação na Região não falar sobre o Parque Habitacional de Santa Maria, …

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Ainda bem que fala nisso.

A Oradora: … após a desafetação dos terrenos em áreas envolventes do aeroporto para o domínio privado da Região Autónoma dos Açores, foi colocado em prática uma ação estratégica, após a receção de 212 habitações que não se encontravam legalizadas e estavam edificadas em prédios rústicos.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Há quanto tempo isso acontecia? Há quanto tempo isso estava por regularizar?

A Oradora: Até 2020, foram loteados na Região cinco bairros habitacionais, o que representou a regularização da situação de 109 famílias. Para alguns que podem se encontrar distraídos, quer dizer que antes de 2020 foram regularizadas, na área do aeroporto, 109 casas — 109 situações familiares só no parque habitacional do aeroporto. 78 habitações foram vendidas, 22 foram arrendadas e 4 foram arrendadas com direito a compra.

Quatro foram arrendadas com direito a compra — não é novidade — foi anunciado também pelo Vice-Presidente do Governo de coligação, quando este tinha a pasta da Habitação: investimento de 7 milhões de euros na reabilitação do parque habitacional, no âmbito do PRR.

Mas qual não foi o espanto dos marienses quando, recentemente, no pedido de revisão que o executivo açoriano efetuou ao PRR, retirou este valor para Santa Maria.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Onde é que isso está escrito?

A Oradora: Compreendemos a necessidade de investimento em ilhas de maior dimensão, com maiores necessidades, mas não concebemos que isso seja feito em prejuízo dos marienses. É inaceitável que sejam retirados fundos destinados à

melhoria das condições de vida das pessoas, sobretudo em Santa Maria, que enfrenta graves carências habitacionais.

Nos quase 5 anos deste Governo de coligação, …

Deputado Joaquim Machado (PSD): Quase 5 anos!? Não sabem fazer contas! Fracos em matemática!

A Oradora: … foram regularizados três lotes, estando em ação um projeto. Esta ação reduzida deste Governo a um projeto adjudicado para as infraestruturas.

Quando já tiveram previstos 7 milhões de euros para as intervenções necessárias à reabilitação do Parque Habitacional do Aeroporto, como irá agora o Governo Regional intervir, de forma urgente e necessária, nestas habitações e nas áreas envolventes?

A carência habitacional na ilha de Santa Maria é uma realidade, seja para fixação de jovens, jovens casais, mas também professores, médicos, enfermeiros, técnicos de diagnóstico, para qualquer mariense ou para quem se queira fixar em Santa Maria, numa altura em que as casas estão menos disponíveis e quando o custo de aquisição ou arrendamento está cada vez mais elevado, dia para dia, e inacessível a muitas pessoas.

Por isso, a inércia e o virar de costas deste Governo aos marienses colocam em causa a condignidade habitacional da ilha de Santa Maria.

A verdade é que, com 64 milhões na área da habitação, o Governo não tem capacidade de resolver os problemas dos açorianos, nem mesmo do património da própria Região, ou até mesmo de apoiar habitações a famílias que já vivem no Parque Habitacional…

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro) e Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é falso!

A Oradora: … ou fora dele, em toda a ilha, através de programas de apoio ou até mesmo de intervenções no controlo de pragas ou simples manutenções de espaços verdes que foram deixados ao abandono.

A ausência de políticas habitacionais eficazes na ilha de Santa Maria e na Região figuram, assim, um dos principais obstáculos para a fixação de jovens e de determinadas classes profissionais, como também impede o acesso à habitação a quem dela necessita. Mas é o próprio Governo Regional que admite este abandono na área habitacional em Santa Maria, pois, quando em 3 anos e em resposta a um requerimento, prevê mais de 1 milhão e 500 mil euros para o Parque Habitacional de Santa Maria no seu total, investe, em 3 anos, apenas 198 mil euros — 36 mil euros por ano, Sra. Secretária! Em 3 anos!

É uma resposta do próprio Governo, quando anteriormente havia investimentos superiores a 200 mil euros. Isto, vai-me desculpar, Sra. Secretária, é um abandono na intervenção habitacional de Santa Maria na sua totalidade e em todo o Parque Habitacional de Santa Maria.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A Oradora: Este Governo falha na aplicação do PRR. O PRR prevê um investimento histórico para garantir soluções habitacionais e dignas, mas é este Governo que acha que Santa Maria não é digna de usufruir destes fundos, retirando 7 milhões de investimento e hipotecando, assim, o futuro de Santa Maria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Luís Raposo, faz favor.

(*) **Deputado Luís Raposo** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada levantou-se para falar, e bem, do Parque Habitacional do Aeroporto, mas esqueceu-se de muitos — propositadamente ou não — esqueceu-se de muitos passos que cumprem a história sobre o Parque Habitacional do Aeroporto de Santa Maria.

Deputado Nuno Barata (IL): Tens 9 minutos para falar do passado.

O Orador: Convém relembrar que este Governo desenvolveu um trabalho nesse sentido, que a senhora não referiu. Também não disse que a Câmara Municipal de Vila do Porto tardou a emitir os pareceres que este Governo pediu.

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Mais de 1 ano.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Isso é falso!

O Orador: Não é falso, Sr. Deputado, e as pessoas sabem. A Sra. Presidente da Câmara Municipal da Vila do Porto, do Partido Socialista, levou mais de 1 ano para emitir um parecer pedido pelo Governo Regional. Não é falso, Sr. Deputado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E eu tenho pena que a Sra. Deputada omita esses fatores. E, para além do mais, este Governo da coligação também adjudicou o projeto global das infraestruturas — e entenda-se: para a água, para o saneamento, para a eletricidade —, loteou os três bairros, que são importantíssimos e fundamentais para o desenvolvimento desse projeto global.

E, para além do mais, na Direção Regional de Habitação estão em curso os projetos que estão em desenvolvimento para as casas daquele parque habitacional.

E isso tudo a Sra. Deputada não disse, e eu lamento essa postura do Partido Socialista.
Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há inscrições, se não, partiremos para o encerramento do debate.

Pausa.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.
(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Sobre a política de habitação na ilha de Santa Maria, há um dado que provavelmente a Câmara não sabe, mas que tem a ver com uma tentativa da Câmara Municipal de Vila do Porto de interferir no mercado, a qual criou mais problemas aos jovens casais do que resolveu.
A Câmara de Vila do Porto, numa tentativa de ir buscar verbas do PRR para a habitação, foi adquirir 11 habitações que estavam no mercado, em vez de as deixar no mercado para os jovens casais acederem a elas, quando devia ter usado essas verbas para construir novas habitações e, assim, resolver um problema de mercado.
Deputada Andreia Cardoso (PS): Louvado seja Deus, é inacreditável!
O Orador: A intervenção no mercado criou mais problemas e mais constrangimentos aos jovens casais do que resolveu. Isto é um facto inegável e, se quiserem, eu posso mostrar pelo menos três casais que ficaram impedidos de aquisição de habitação por essa via e que tinham, inclusivamente, créditos aprovados.

Mas, ao longo deste debate, há uma coisa que fica clara: duas horas de debate a falar do passado…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): As casas estão a cair, vem do passado.

O Orador: … e a fazer um passar de culpas que não resolve, nem vai trazer solução para os problemas da habitação na Região Autónoma dos Açores. E, repito — e vou reiterar isto até ao fim dos meus dias — o problema da habitação só se resolve com mais oferta. Não se resolve com mais habitação social, não se resolve com o aumento do Parque Habitacional da Região. Resolve-se com libertar os Açores e os açorianos das peias regulamentares, das peias legislativas que têm sido criadas ao longo dos últimos anos e que começaram, como bem disse no início, com a crise do *subprime*.

Muito obrigado.

Deputado José Pacheco (CH): É isso mesmo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Cristina Calisto, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputada Cristina Calisto** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para dizer, em relação à questão que me colocou o Sr. Deputado Luís Raposo: pois, o meu trabalho está à vista de todos e já foi julgado pelos Lagoenses. Mas as assembleias municipais estão lá, os representantes do PSD podem questionar o atual Presidente da Câmara sobre essa matéria.

Relativamente à última questão que coloquei na minha intervenção inicial: quando a Sra. Secretária junta recuperação e construção no mesmo pacote, está a dar um valor que não corresponde à verdade, porque o PRR tem três eixos — aumento das condições habitacionais do parque, infraestruturas para parcelas de terreno destinadas à habitação, e reforço do parque habitacional social.

A minha pergunta é: excluindo as intervenções que se iniciaram ainda nos Governos do PS, quantas habitações estão efetivamente concluídas e entregues?

Muito obrigada.

Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): Já respondi!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Secretária Regional Juventude, Habitação e Emprego (Maria João Carreiro): Já disse, 43! Três vezes!
Deputada Cristina Calisto (PS): Não respondeu, juntou as duas parcelas! A Sra. Secretária juntou as duas parcelas!
Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado Carlos Rodrigues, faça favor. Tem a palavra.
(*) **Deputado Carlos Rodrigues** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Eu não era para intervir neste debate, mas, depois de ouvir a minha colega Dra. Joana Pombo e ali o nosso amigo Nuno Barata, não posso deixar de passar sem dar a minha opinião.
E começava pelo fim: em relação ao que disse ali o Deputado da IL — e eu subscrevo na íntegra — porque aquela estratégia de habitação foi feita por nós e não previa comprar casas velhas, previa fazer casas novas e ajudar os jovens que auferissem até 1.800 euros mensais, na recuperação de 33 ou 34 habitações.
Portanto, o paradigma foi alterado, e eu subscrevo na íntegra porque também tenho conhecimento. Aliás, a Câmara tem sido concorrente do funcionamento do mercado, até na aquisição de terrenos e de parques de estacionamento — a alguns compra, a outros aluga — enfim, falta de critério.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ou critério a mais.

O Orador: Em relação ao assunto trazido pela Dra. Joana Pombo, tem a ver efetivamente com o Bairro do Aeroporto. Eu, se estivesse desse lado, teria até algum cuidado em falar daquele bairro, do que se passou ali. Eu já disse aqui, mais do que uma vez, que o que foi feito no Aeroporto de Santa Maria durante alguns anos é caso de polícia.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Agora é igual não se preocupe!

O Orador: Volto a dizer: venderam-se casas em hasta pública a casais jovens que não as conseguem acabar, porque os esgotos estão a céu aberto e a rede de águas municipal deixou de ser assumida por esta Câmara. Eu friso que o saneamento e a água foram assumidos quando se assinou o contrato, em 2011, com o Governo da Região, com o Governo da República e com a ANA.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): E os 600 mil euros que o sr. recebeu? Onde é que estão?

O Orador: E agora, quem está do lado de cá, já não aceita as coisas dessa maneira.

Risos de alguns Deputados da bancada do PSD.

Alterou-se o paradigma, é verdade, a senhora sabe disso, eu não vou ao pormenor.

Deputado João Vasco Costa (PS): O senhor é que assinou esse protocolo!

O Orador: Ora bem, venderam-se casas aos amigos, houve alguns que ocuparam as casas dos pais.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Eu dou lhe um exemplo no bairro da Brasília, mas não vai ser muito bom para si!

O Orador: Houve alguns que ocuparam as casas dos pais até ao ponto de as adquirirem por valores simbólicos, enquanto os outros, a casas idênticas, compraram em hasta pública por 60 e 70 mil euros. A uns fizeram sumidouros; os outros têm

esgotos a céu aberto, à espera de que haja uma mão benevolente que resolva o assunto.

Está a doer, Sra. Deputada?

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Não está! Eu dou-lhe exemplos piores!

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

O Orador: …20 lotes, 20 lotes disponíveis para entregar a casais jovens durante mais de 15 anos.

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Que 15 anos?!

O Orador: Lona para baixo, lona para cima, lona para o lado, anúncio de parques infantis ainda estão lá, estão agora a ser feitas, estão agora a ser construídas casas para o arrendamento que depois passam à aquisição definitiva por parte desses jovens.

Aliás, é uma história que nunca mais acaba; compraram-se terrenos por duas vezes.

Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Duas? Forte investimento!

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): As 109 famílias não interessam!

O Orador: Por duas vezes, ofereceram-se lotes, ofereceram-se terrenos a uma associação; mais tarde, a associação faz lotes e o Governo volta a comprar, através de uma agência imobiliária que tinha por aí. Portanto, tenham dó, tenham dó!

Legalizaram-se os Bairros do Aeroporto que tinham casas em condições de vender; os outros ficaram para lá para resolver, foram resolvidos agora. E é verdade, Sr.

Deputado João Vasco, é verdade que a Câmara demorou 1 ano e meio para dar pareceres…

Deputada Joana Pombo Tavares (PS): Mas explique como foram apresentados os projetos, Sr. Deputado. Diga tudo!

O Orador: … é verdade, sim, senhor. Se o senhor tiver dúvidas, traga-nos papéis. Portanto, tenham dó! Tenham algum pudor em falar nessa matéria.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado. Podemos avançar para o encerramento. Sr. Deputado António Lima, faça favor

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho para, mais uma vez, e pela última vez, salientar a total ausência de respostas do Governo às questões que coloquei.

Sobre a aplicação da Lei dos Solos à Região, nem uma palavra; sobre a avaliação que o Governo faz relativamente àquilo que o proponente deste debate colocou em nota de imprensa, ao anunciar que era a suspensão de todos os Planos de Ordenamento do Território da Região, nem uma palavra.

E é o silêncio do Governo e a ausência de respostas que só pode levar a mais perguntas, porque, como é evidente, é preciso saber o que é que o Governo está a preparar sobre esta matéria, o que é que está a negociar, que planos é que irá alterar, suspender, que adaptações é que irá fazer, ou se o Governo acha que pode vir aqui não dizer uma palavra sobre o assunto e achar que fica tudo bem!?

Secretária Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (Maria João Carreiro): Ó Sr. Deputado não há iniciativas em discussão neste Parlamento?

O Orador: E que não há nada a esclarecer aos açorianos e açorianas, porque, de facto, a política da habitação não se resolve com a suspensão de Planos ADOC. Isso é alimentar a especulação, é alimentar claramente uma construção desenfreada que não serve a quem precisa de casa, quem precisa de casa, um Plano Regional de Habitação, habitação pública e não é a conta-gotas…

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi desligado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
O Bloco de Esquerda esgotou o seu tempo para este debate.
Está inscrito o Sr. Deputado Vasco Cordeiro a quem dou a palavra.
Faça favor Sr. Deputado.
(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (PS): Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Eu peço a palavra na sequência da intervenção do Sr. Deputado Carlos Rodrigues, sobretudo tendo em conta a gravidade daquilo que ele disse aqui neste Plenário. Grave, porque o disse, e ainda mais grave pela forma como foi dita. Assim, de uma forma: "os senhores estejam caladinhos"
Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é estejam caladinhos! Os senhores não têm moral para falar!
Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não foi nada disso. O senhor é que estava habituado a dizer isso.
O Orador: Sr. Deputado Carlos Rodrigues, eu não vou entrar neste debate, porque não tenho dados para entrar neste debate. Mas há uma coisa que eu lhe peço encarecidamente que faça: o senhor quando chegar a Santa Maria, vai ao Tribunal e apresenta queixa daquilo que sabe, porque é na justiça que aquilo que o senhor insinuou aqui dentro se deve esclarecer. E se houver alguma coisa que foi mal feita,

quem a fez presta contas à justiça por isso. Não pode é ficar neste Plenário a ideia de que há uns que são impolutos, porque não são.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: E de que há outros que têm que estar caladinhos, porque se insinua o que quer que seja.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Se o senhor acha que tem conhecimento de factos que podem levar à responsabilização criminal de um anterior Governo, do qual eu fui Presidente, de anteriores responsáveis nomeados por mim como Presidente do Governo, eu peço-lhe encarecidamente: faça queixa ao Ministério Público para que tudo isto seja tirado a limpo.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Rodrigues, tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e os Srs. Membros de Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, o que eu disse aqui já foi dito publicamente muitas vezes. Aliás, o senhor é testemunha número um de várias coisas que eu disse aqui — foram discutidas em Conselho de Ilha com o Governo do qual o senhor era Presidente.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é verdade!

O Orador: O senhor é testemunha,— e há mais, obviamente, estavam lá muito mais pessoas — daquilo que eu disse ao seu Vice-Presidente durante o Conselho de Ilha. Deve-se lembrar, certamente, sobre o que ele estava a fazer no Aeroporto de Santa

Maria. Até disse — e vou falar nisso — que ia mandar fazer uma placa com o nome dele para pôr lá no aeroporto.

Deputada Andreia Cardoso (PS): O que é que isso tem a ver?!

O Orador: Está lembrado? Portanto não tenho mais nada a acrescentar sobre essa matéria.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Carlos Rodrigues, eu lembro-me perfeitamente das discordâncias claras, inequívocas — em alguns casos, radicais — que V. Exa., como Presidente da Câmara Municipal de Vila do Porto, tinha, e provavelmente ainda tem como Deputado, com a forma como o Governo Regional que eu presidi conduziu aquele assunto.

Isso, sim, eu lembro-me. Isso é uma coisa. Outra coisa é dizer que foram cometidos crimes, insinuar que houve favores, insinuar factos que configuram objetivamente que foram cometidos crimes.

Isso são coisas completamente diferentes.

É verdade, eu reconheço, lembro-me, sim, Sr. Deputado, das discordâncias profundas, radicais, que V. Exa. tinha em relação à forma como o processo foi conduzido. Mas isso é diferente.

Aquilo que o Sr. acabou de fazer aqui é outra coisa.

Deputada Andreia Cardoso (PS): É uma vergonha!

O Orador: E, por isso, eu renovo esse pedido: quando o senhor sair daqui, faça queixa, denuncie tudo aquilo que sabe em relação a esta matéria porque é na justiça que isso se deve esclarecer.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sr. Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e Ação Climática** (Alonso Miguel): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente, para, enfim, em relação ao repto lançado pelo Sr. Deputado António Lima, eu julgo que seria, de facto, deselegante e até desrespeitoso para com as Sras. e os Srs. Deputados, no âmbito de uma discussão — de um debate de urgência — trazido pelo CHEGA a esta Casa sobre habitação, antecipar essa discussão neste Plenário, quando o próprio proponente desse projeto de resolução deliberadamente não quis discuti-lo neste momento sabendo que haverá uma sede própria para isso, quer em Comissão, quer também aqui no Parlamento.

Deputado Luís Raposo (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas, na ausência do meu colega que tem a tutela do Ordenamento do Território, sempre direi algo em relação a esta matéria, e para focar um aspeto que me parece uma falsa premissa — um falso pressuposto.

É inegável, e todos nós já vimos, de acordo com o debate que decorreu aqui hoje, que temos um problema de habitação, quer na Região, quer no País. No entanto, esse problema é multifatorial, como já foi dito aqui, e não está dependente nem deriva da escassez de solo para construção na Região. Esta premissa está errada e permite uma visão deturpada de todo o sistema, atribuindo responsabilidades à escassez de solo.

O que é facto é que a maioria dos municípios da Região não conseguiu — ou não teve capacidade — de ocupar sequer a totalidade do solo urbano ou urbanizável que tinham disponível para o efeito. Sendo certo que a designação de "solo urbanizável" já desapareceu de acordo com a Lei de Bases da Política de Solos.

Dou alguns exemplos com base nos Relatórios do Estado do Ordenamento do Território de cada município, na preparação das revisões dos PDM: Ponta Delgada: utilizou 55 % do solo urbano disponível; se considerarmos também o solo urbanizável, ocupou 21 % apenas; Lagoa: 64 % do solo urbano ocupado, do urbanizável, 29 % apenas; Santa Cruz da Graciosa: apenas 46 % de ocupação do solo

urbano e 23 % do solo urbanizável; Situação semelhante nas Lajes do Pico e em Vila do Porto, entre outros.

Portanto, não há um problema de escassez de solo para construção. Aliás, acresce que, como sabem — ou talvez nem todos tenham presente — mesmo em solo rústico é possível construir habitação, evidentemente com índices mais restritos, mas é possível.

Para além disso, também não há escassez de imóveis no mercado — há, sim, preços inatingíveis para a maioria dos açorianos. E a verdade é que temos um mercado liberalizado, sem regulação, com uma procura evidente, mas que é muito superior à capacidade de compra dos nossos cidadãos.

Portanto, como disse, trata-se de um problema multifatorial. E aumentar as áreas de construção, inundando o mercado com solo urbano, não resolve o problema da falta de habitação a preços adequados e suportáveis pelos açorianos.

É preciso continuar o trabalho — que, muito bem, foi referenciado pela Sra. Deputada — e que tem sido intenso e significativo. É preciso resolver problemas ao nível da mão de obra, das empresas de construção civil, da Banca, como foi aqui também apontado.

Não é simplesmente suspendendo os instrumentos de gestão territorial, nem inundando o mercado com solo urbano, que resolveremos o problema da habitação.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo.

Deputado António Lima (BE): Afinal não era assim tão difícil dar essa resposta.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

A Mesa não tem inscrições.

Pausa.

Não havendo inscrições, tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos para encerrar o debate.

Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Olivéria Santos** (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

De facto, durante esta manhã pudemos trazer aqui à discussão um problema gritante que existe nos Açores: a falta de habitação, principalmente para os casais mais jovens e para a classe média.

Ficámos com algumas respostas por dar — infelizmente, os Senhores Secretários das Finanças e da Agricultura não estiveram presentes no debate. Espero que não tenha sido por falta de interesse num setor tão importante como a habitação, mas sim por falta de disponibilidade.

Outras respostas e esclarecimentos foram dados pela Sra. Secretária, e o CHEGA vai continuar este papel fiscalizador, vai continuar atento à execução do Governo Regional e, sempre que necessário, continuará a trazer os temas que entender importantes a esta tribuna, a esta Casa dos Açorianos, para que todos saibam o que está a ser feito — e o que ainda falta fazer.

De facto, este é um problema ainda em curso na Região. Há já respostas, há trabalho a ser feito, mas há muito ainda por fazer. O CHEGA vai continuar a lutar até que

nenhum açoriano se queixe, até que nenhum jovem, até que nenhuma família da classe média venha dizer ao CHEGA que quer uma casa, mas não consegue comprar.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está encerrado este debate de urgência e atingimos a nossa hora regimental. Vamos fazer o nosso intervalo para o almoço. Regressamos às 15 horas.

Eram 13 horas.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 15 horas e 6 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com a agenda. A Conferência de Líderes, relativamente ao ponto 2, deliberou que ele será discutido na manhã de amanhã. E vamos passar ao ponto 3: **Projeto de Resolução n.º 19/XIII — "Recomenda ao Governo Regional dos Açores a regulamentação dos veículos utilizados no transporte de passageiros em táxi através de nova portaria"**. É uma iniciativa do CHEGA.

Os tempos definidos pela Conferência de Líderes para este ponto são os seguintes: o Governo, o PSD, o PS e o CHEGA têm 20 minutos; o CDS-PP, 12 minutos; as Representações Parlamentares do PPM, do Bloco de Esquerda, da Iniciativa Liberal e

do PAN têm 10 minutos cada.

Para a apresentação do diploma, tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Existem, na Região Autónoma dos Açores, dois tipos de táxis ou veículos ligeiros de passageiros com condutor, utilizando a designação técnica: os que têm a cor padrão, cuja alteração foi recentemente aprovada nesta Câmara; e os táxis isentos de distintivos e cor padrão, vulgarmente designados por táxis de luxo.

A Portaria 21/2005, de 31 de março, regulamentou especificamente este tipo de táxis, os de luxo, cujas caraterísticas definia cilindrada mínima 1950 centímetros cúbicos, para além de outros requisitos de conforto, como ar-condicionado ou então, uma cor única.

Já passaram 20 anos sobre a publicação dessa portaria e, nesse período, a evolução tecnológica do ramo automóvel trouxe-nos a vulgarização da utilização de viaturas híbridas e elétricas no nosso dia a dia. Surge aqui uma questão: a potência das viaturas elétricas não se mede em cilindrada, mas sim em *watts* ou cavalagem. Esta unidade de medida não se encontra na mencionada portaria, excluindo liminarmente as viaturas elétricas do segmento dos táxis de luxo.

É obrigação do legislador — e aqui referindo-nos a nós — acompanhar a evolução da sociedade para a qual legisla, sob pena de criar problemas em vez de soluções. Chega a raiar o ridículo não se poder licenciar uma viatura elétrica da gama média/alta para táxi de luxo, porque a legislação aplicável está desatualizada.

Alertamos que o CHEGA não pretende obrigar os taxistas à utilização exclusiva de viaturas elétricas, mas, pelo contrário, abrir o leque de opções, para que sejam estes a escolher a solução mais adequada para em termos de investimento e retorno. São os taxistas que suportam os riscos e, consequentemente, é o seu rendimento que fica em causa, se não fizerem uma correta avaliação da escolha do tipo de carro a adquirir para

a sua atividade.

Assim, o projeto de resolução apresentado por nós, CHEGA, recomenda ao Governo Regional uma nova portaria com a regulamentação das características dos veículos utilizados no transporte de passageiros que abranja os elétricos.

Registamos como positivo o facto de o Governo já estar a trabalhar nesta matéria.

Tenho dito.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentada a iniciativa. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CHEGA traz-nos um projeto de resolução com alguma pertinência. Este assunto já aqui foi falado anteriormente a reboque de outros diplomas. A regulamentação que está em vigor, usando uma expressão popular, "não bate a bota com a perdigota", porque, na verdade, o Governo Regional, através da direção regional competente e dos serviços de transportes, já autorizou a viaturas elétricas a circularem e a funcionarem não caracterizadas, usando — eu não queria dizer abusivamente, mas já dizendo — as características dos fabricantes que fazem uma equivalência entre os *kilowatts* e os centímetros cúbicos.

Eu não queria dizer que este é um projeto de resolução que vem como o Melhoral, mas vem, pelo menos, alertar o Governo Regional para a necessidade de regulamentar no sentido de incluir as viaturas elétricas neste segmento do serviço de táxi.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Gaspar, faça favor, tem a palavra.

Deputado Francisco Gaspar (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Projeto Resolução que está em apreço pretende, nos seus pontos resolutivos, atualizar as disposições em vigor relativas ao acesso à atividade e ao mercado dos transportes em táxi.

Importa, desde já, referir que, nesta matéria, quer o Parlamento, quer o próprio Governo Regional, têm vindo a tomar um conjunto de iniciativas que vêm ao encontro do agora recomendado, acautelando, desde logo, as caraterísticas da nossa Região e do nosso mercado regional, tendo por base a nossa realidade arquipelágica, bem como o garante da sustentabilidade da atividade do serviço de táxi, uma vez que se trata de um transporte público essencial para garantir a mobilidade dos açorianos, sobretudo fora dos centros urbanos.

Importa ainda referir, relativamente aos pontos resolutivos desta iniciativa, que não existe nenhum impedimento à introdução de veículos elétricos ou híbridos na frota de táxis, até porque existem programas de incentivos para impulsionar a aquisição desse tipo de veículos, cabendo aos taxistas a decisão de os introduzir nas suas respetivas frotas.

Ademais, importa também referir que, no que diz respeito a outras caraterísticas dos veículos, normas e condições de afixação de publicidade, terá de se aguardar pela aprovação de decreto legislativo regional, para que depois sejam publicadas as portarias quanto a estas questões, bem como também uma portaria própria relacionada com os táxis sem distintivo e cor padrão.

Recorde-se que, muito recentemente, foi publicada uma portaria que veio regulamentar algumas das questões que são levantadas pelo projeto resolução em análise, designadamente a alteração da cor padrão dos táxis da Região para o verde e preto e demais caraterísticas.

Sensível e atuante nesta matéria, o Governo Regional promoveu a entrada nesta

Câmara de uma proposta de decreto legislativo regional que visa adaptar o Decreto-Lei n.º 101/2023, de 31 de outubro, que aprova o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi à nossa Região e que está a ser tratada em comissão. Na preparação dessa iniciativa, foram ouvidas todas as associações de táxi dos Açores, realçando-se aqui a manutenção da isenção do uso do taxímetro, bem como a inadequação da caducidade do alvará para a atividade dos operadores de táxi no caso de morte do empresário em nome individual, que constitui um fator importante para a sustentabilidade da atividade de transporte em táxi, particularidades que estão previstas no referido decreto acima referido.

Termino, citando um dos parágrafos do parecer emitido pela Associação Profissionais de Táxi de Ponta Delgada, que refere o seguinte: "A eventual regulamentação dos veículos utilizados no transporte de passageiros em táxi, designadamente as normas de identificação, o tipo de veículo, as condições de afixação de publicidade e outras caraterísticas a que devem obedecer através de nova portaria, deve, antes de mais, articular-se com a prévia conclusão e apreciação da proposta de decreto legislativo regional para o regime jurídico de transporte de passageiros em táxi, uma vez que se encontra numa relação de dependência e prejudicialidade relativamente à mesma."

Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Continuam abertas as inscrições.

Pausa.

Sr. Deputado João Mendonça, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente a este projeto de resolução apresentado pelo CHEGA, permitam-me salientar que não existe qualquer barreira legal que impeça a introdução de veículos elétricos na frota de táxis dos Açores, pelo contrário, encontram-se disponíveis programas de incentivo para a aquisição deste tipo de veículos.

Para o PPM, estes programas representam mais do que um apoio financeiro, são um compromisso sólido com o ambiente. Ao adotarmos soluções ecológicas, estamos a reduzir a nossa pegada de carbono e a promover um desenvolvimento mais equilibrado, capaz de responder aos desafios ambientais que enfrentamos.

Para o PPM, este resultado é de importância capital, pois a defesa ambiental figura entre os pilares fundamentais da nossa atuação.

Para além disto, refiro também a adaptação do Decreto-Lei n.º 101/2023, de 31 de outubro, que responde às nossas características insulares e que já está em andamento por meio da apresentação de uma portaria e de uma proposta de decreto legislativo regional. Deste modo, estarão definidas de forma clara e concreta, com os representantes dos novos taxistas, as normas relativas às características dos veículos e à forma de publicidade dos táxis e às exigências de identificação, bem como à cor padrão.

Com isto, agrupa-se todas as necessidades de adaptação de maneira coerente e unificada. É por este processo já estar em curso que o PPM se vai abster nesta proposta. Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Srs. Deputados do PSD e do PPM, no início da minha intervenção, tive o cuidado de distinguir os dois segmentos: os táxis ditos normais e os do segmento de luxo. No segmento dos táxis normais podem existir, são licenciadas viaturas elétricas. Para o segmento alto, devido a uma falha, a uma não atualização da portaria, não é possível aceitar viaturas elétricas. É só corrigir essa desatualização, nada mais.

Já agora, uma vez que leram pareceres das associações, eu também vou ler da Associação dos Táxis de São Jorge, que refere: "Mais acrescento que a nova portaria já tarda em ser implementada. Não só é necessária a adaptação às atuais realidades, como também é imperativo terem atenção uma atualização mais regular e assertiva a estas portarias.

Obrigada.

Deputado Carlos Silva (PS): Convém saber o que é que o Governo pensa sobre isto, Sra. Secretária.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Continuam abertas as inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Marlene Damião, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Marlene Damião** (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O projeto de resolução apresentado pelo CHEGA propõe a criação de uma nova portaria para regulamentar os veículos utilizados nos transportes de passageiros em táxi, revogando a Portaria n.º 21/2005, de 31 de março.

Esta portaria constitui o atual enquadramento legal do setor e tem garantido um funcionamento estável ao longo dos anos. Este projeto de resolução menciona a necessidade de regulamentar a fixação de publicidade nos táxis e as normas de identificação, mas não explica qual a falha da regulamentação atual ou que melhorias específicas pretende introduzir. A inclusão de veículos elétricos e híbridos — e a Sra. Deputada é a Hélia referiu na tribuna, permita-me acrescentar, deve ter sido uma falha, terminou dizendo "elétricos", mas faltou mencionar "híbridos" — na frota de táxis é uma medida que pode contribuir para a sustentabilidade ambiental. No entanto, este tema já foi abordado noutras iniciativas legislativas, nomeadamente no Projeto de Resolução n.º 14, apresentado pelo Partido Socialista, que propunha incentivos à formação e à descarbonização do setor, que foi chumbado no passado dia 15 de janeiro, nesta Casa, só porque, lá está, era do Partido Socialista.

Apartes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, CH e Membros do Governo.

Apesar de reconhecermos a importância de discutir a modernização da frota de táxis e a sua adaptação a desafios ambientais, a verdade é que o CHEGA inspirou-se no Partido Socialista…

Risos dos Deputados da bancada do CH.

… e, mesmo assim, não foi capaz de propor algo fundamentado e objetivo. É uma mão cheia de nada, não faz bem e nem faz mal.
Realçamos, por isso, a incoerência do proponente, o CHEGA, que chumbou a proposta do Partido Socialista, que propunha incentivos claros à descarbonização, que, afinal, eram tão bons, que o Governo, como tem vindo a ser habitual, veio a reboque.
Este projeto, ao invés de apresentar soluções concretas para os desafios da mobilidade

nos Açores, limita-se a sugerir uma nova portaria, sem especificar os benefícios reais para o setor.

Srs. Deputados, uma mudança deve ser encarada como uma oportunidade de inovação e de crescimento.

Há questões e problemas de maior relevo que merecem particular atenção, que prejudicam este setor e para os quais é necessário dar resposta: mais fiscalização, formação ajustada e alinhada às práticas internacionais, melhoria da eficiência energética, apoios financeiros adaptados à realidade desta atividade.

O Partido Socialista apresentou, nesta Assembleia, uma iniciativa com o objetivo de colmatar alguns destes problemas, essencialmente assente na modernização do setor do táxi como uma estratégia de melhoria do transporte público e de promoção de um conceito de melhoria do transporte sustentável. Mas esta iniciativa foi chumbada, não só pelo maior partido da coligação, mas também pelo CHEGA.

Dito isto, quer nesta como noutras áreas, o Partido Socialista vai continuar o seu trabalho, a ouvir e a apresentar propostas que permitam resolver problemas e melhorar a vida dos açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Marlene, nós, na altura, não alinhámos convosco, não foi por ser do PS.

Deputado Carlos Silva (PS): Então, porque é que foi?

A Oradora: Do que me lembro da vossa proposta, em troco dos incentivos, os taxistas

só podiam ter viaturas elétricas, ou seja, não lhe era dada a opção.

Deputada Marlene Damião (PS): Não. Está enganada, releia!

A Oradora: Só agora relendo, Sra. Deputada.

As associações, na altura, levantaram a questão, porque nem todas as ilhas estavam preparadas para ter viaturas elétricas. Por isso, não subscrevi, foi em atenção a isso. Estamos aqui a falar de duas questões, em que uma não tem nada a ver com a outra, não percebo porquê a mistura.

Esta recomendação não vem acabar com a fome no mundo, não vem trazer a paz, vem resolver um problema pequenino. Mas para quem tem uma viatura elétrica fechada na garagem porque não a pode licenciar, fez o investimento…

Deputada Marlene Damião (PS): Está enganada.

A Oradora: Na legislação, tem a cilindrada, mas não tem também a cavalagem, que é uma coisa simples, que esta Câmara pode resolver.

Deputado Carlos Silva (PS): A portaria é da autoria do Governo.

A Oradora: E acho que uma das nossas funções é resolver problemas do dia a dia às pessoas. E por questões políticas, estão aqui a prejudicar a vida do cidadão, para marcarem uma posição. Isso é que me choca, sinceramente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O CHEGA traz-nos aqui esta iniciativa, este projeto de resolução que recomenda ao Governo Regional a regulamentação dos veículos utilizados no transporte de passageiros, através de uma nova portaria.

Existem alguns aspetos que até já foram referidos e que estão elencados na própria iniciativa que o partido CHEGA pretende ultrapassar, no seu entendimento. Na nossa análise da iniciativa, primeiro, em relação à questão da utilização e da introdução dos veículos elétricos e híbridos na frota, atualmente existem programas de incentivos para impulsionar a aquisição deste tipo de viaturas nas frotas, para aqueles que assim o entenderem. Por isso, esta questão, parece-nos, vai depender daquela que é a vontade do próprio taxista, dos próprios empresários.

Percebemos a pertinência de atualizar as disposições em vigor relativas ao acesso a esta atividade e ao mercado dos transportes em táxi, contudo o que nos parece é que, por um lado, algumas das questões ficaram ultrapassadas, com a Portaria n.º 12/2025, de 10 de fevereiro. E também não nos podemos esquecer que existe, neste momento, nesta Casa, um diploma, uma anteproposta de decreto legislativo regional, que foi apresentada pelo Governo Regional, que aprova o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros de táxi à Região Autónoma dos Açores. Por isso, na nossa avaliação, existem algumas questões, e bem, que são levantadas pelo partido CHEGA, que poderão ser introduzidas por via de uma alteração a esta anteproposta de decreto legislativo regional, que está nesta Casa.

Claro, legitimamente, o CHEGA não entendeu fazê-lo dessa forma e apresentou esta esta resolução, mas parece-me que, uma vez que já existe um diploma nesta Casa referente à atividade dos táxis e que prevê este regime jurídico do serviço público de transporte de táxi, poderia ser, eventualmente, por essa via, por essa alteração, fazer aquilo que recomendam o Governo fazer por portaria.

Reconhecendo a pertinência desta iniciativa na tentativa de ultrapassar constrangimentos que são sentidos atualmente por falta desta atualização das disposições em vigor, contudo não nos podemos esquecer que existe um diploma nesta Casa que foi entregue pelo Governo Regional, que é o regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros em táxi na Região.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pausa.

Não existindo mais inscrições, podemos avançar para a votação do diploma?
Sra. Deputada Marlene Damião, faça favor.
(*) **Deputada Marlene Damião** (PS): Obrigada.
Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Sra. Deputada Hélia Cardoso, eu sugeria que relesse o projeto de resolução do Partido Socialista. Posso citar-lhe apenas o único ponto que fazia referência à mobilidade elétrica, e confirmará com certeza que não há nenhuma questão que refira obrigatoriedade de viaturas 100 % elétricas: "Reforce e desburocratize os incentivos financeiros existentes no âmbito da mobilidade elétrica, disponibilize pontos de carregamento para veículos elétricos nas praças de táxis e em zonas de interesse turístico." Talvez esteja, digo eu, a confundir com o DLR da TVDE (Transporte Individual e Remunerado de Passageiros em Veículos Descaracterizados a partir de Plataforma Eletrónica). Nesse, sim, o Partido Socialista não recuou no artigo que especificava que a frota de viaturas TVDE na Região deveriam ser 100 % elétricas. Talvez seja esta a questão.
Mas há algo que, para nós, fica claro, hoje: o CHEGA é o partido que é perito em dizer aquilo que as pessoas gostam de ouvir, mas também contradiz muita coisa, e eu vou dar o exemplo da contradição.
Deputado José Pacheco (CH): O CHEGA não compra votos, como vocês fizeram durante 24 anos! Somos a voz do povo, coisa que vocês nunca foram!
A Oradora: Não!

Vou dar o exemplo da contradição: no âmbito deste projeto de resolução, argumenta o CHEGA que "não há enquadramento jurídico para os carros elétricos e híbridos e, por isso, é necessário salvaguardar esta referência".

Deputado José Pacheco (CH): A senhora diga assim: como é do CHEGA, é para votar contra.

A Oradora: Sr. Presidente…

Deputado José Pacheco (CH): Isso é populismo e demagogia barata!

A Oradora: Quando o Sr. Presidente achar que eu posso falar…

Presidente: Pode, sim, senhora. Com certeza.

Deputado José Pacheco (CH): Quanto estou falando, tenho cinco ou seis do PS a interromper.

A Oradora: Com certeza que nunca foi interrompido por mim. O senhor nunca foi interrompido por mim.

Presidente: Sr. Deputado, vamos permitir que a Sra. Deputada conclua a sua intervenção. Faça favor.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Irei repetir, se me permite, porque há mensagens que, de facto, têm de ficar gravadas na memória de quem nos vê.

Deputado José Pacheco (CH): E vão ficar: se é do CHEGA, não presta. O CHEGA não compra votos!

A Oradora: Ora bem, recordando, o CHEGA, proponente desta iniciativa, argumenta que "não há enquadramento jurídico para os carros elétricos e híbridos e, por isso, é necessário salvaguardar esta referência". Mas também foi este partido que, janeiro passado, aquando da discussão do projeto de resolução do PS, referiu: "Os taxistas não têm interesse na aquisição de viaturas elétricas, é como ir para o Polo Norte vender gelo a esquimós. Nós andamos a legislar contra a vontade das pessoas e a criar legislação que os taxistas não querem." Tendo inclusive sugerido que o PS retirasse a sua proposta.

Ora, neste particular, só nos resta sugerir o mesmo, não era necessário o CHEGA ter avançado com esta iniciativa, bastava ter solicitado o articulado com o Governo Regional, como é habitual, como todos nós sabemos, que, através da anteproposta de decreto legislativo regional que já foi aprovada inclusive em Conselho do Governo e que visa adaptar à Região o Decreto-Lei n.º 101/2023, de 31 de outubro, contemplasse e acautelasse estas questões.
Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.
Creio não existem mais intervenções, interpreto bem?
Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas, faça favor.
(*) **Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas** (Berta Cabral): Obrigada.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Estamos aqui a discutir uma iniciativa do CHEGA que pretende a regulamentação da portaria dos veículos utilizados nos transportes de passageiros em táxi, sobretudo a revogação da Portaria n.º 21/2005, que tem a ver com os táxis que não têm distintivo nem cor padrão, e, em segundo lugar, pretende que os veículos utilizados nesse transporte de táxi possam ser veículos elétricos ou híbridos.
Em relação a estas questões, já aqui foi dita muita coisa, mas eu gostava de clarificar. Primeiro do que tudo, a legislação nacional já foi revogada. Disse, e bem o Sr. Deputado da Iniciativa Liberal, foi revogada em dezembro de 2023. Tem de ser adaptada, não a podemos transpor integralmente para a Região, porque estivemos a fazer um trabalho de auscultação aos táxis, e eles querem continuar com algumas derrogações que têm tido até agora, tendo em conta a questão do nosso mercado, da pequenez, da dispersão geográfica, da fragilidade dos empresários em nome individual,

que são a maioria dos detentores de táxis. E, portanto, tendo tudo isso em consideração, nós temos de fazer uma adaptação do Decreto-Lei n.º 101/2023 à Região e não uma aplicação direta. Queremos, está proposto, já foi aprovado no Conselho do Governo e já deu entrada na Assembleia. Estava até a ver isto, já tenho audição marcada para o dia 2 de maio, precisamente para adaptar o Decreto-Lei n.º 101/2023 à Região, retirando obrigatoriedade do táxi, para já, embora anualmente seja reavaliado. E isso tem a ver com a dimensão do mercado, com a pequenez e a fragilidade dos empresários em nome individual e também com a questão de poder passar o alvará para herdeiros ou cabeça de casal. Também a nível nacional, se não forem empresas, não podem passar o alvará, mas aqui são todos empresários em nome individual. Isso é uma discriminação que não faz sentido, porque entre empresa e empresário individual, todos exercem as suas funções legalmente e fiscalmente corretas. Portanto, não há razão, vamos permitir que possa passar para herdeiro ou cabeça de casal, são as duas fundamentais.

Parece que, mais do que fazer a discussão passada, já estamos a fazer a discussão futura, que é aquilo que se passa em relação ao Decreto-Lei n.º 101/2023, que está em adaptação, cuja anteproposta de decreto legislativo regional nós já apresentámos.

No dia 2 de maio, será apresentado, posteriormente, logo que aprovado. Nós fazemos as portarias, têm de ter uma lei habilitante, e a lei habilitante neste caso já foi revogada, que é o Decreto-Lei n.º 101/2023, aquele que existe, mas que nós queremos adaptar à Região.

Portanto, temos pela frente mais 1 mês, nem tanto, porque, depois, estará com certeza em condições para vir ao plenário de maio. Posteriormente, fazemos as portarias.

Sobre isto, estamos a fazer o mais rápido que que podemos em função dos *timings* das diferentes entidades que interagem e aprovam, desde logo o Conselho do Governo e a Assembleia Regional, …

Deputado Carlos Silva (PS): O Governo não pediu urgência, Sra. Secretária.

A Oradora: … e ficamos em condições de poder fazer as portarias: a portaria das

características dos táxis normais, a portaria para os táxis sem distintivo e cor padrão, a portaria que virá porque também está previsto no Decreto-Lei n.º 101/2023 se há ou não contingente obrigatório para a entrada de carros elétricos e híbridos em função do horizonte da descarbonização. Portanto, poderá haver várias declinações em portarias, porque são as portarias que regulamentam esse decreto legislativo regional.

Agora, eu gostava de salientar: foi alterada a lei da mobilidade elétrica para abranger os táxis. Isto foi feito em novembro de 2023, foi aprovada uma alteração ao Decreto Regulamentar n.º 4/2021/A, permitindo o alargamento dos incentivos à mobilidade elétrica aos táxis. E não exclui os táxis sem distintivo e cor padrão, pura e simplesmente não fala nisso, é relativo aos táxis. O que está previsto é que não pode haver um valor superior a 62 500 euros.

Deputado José Pacheco (CH): Não é isso que está em causa, Sra. Secretária.

A Oradora: É a única limitação. Se o táxi sem distintivo e cor padrão tem um valor superior a 62 500 euros, isso é igual para todos; se não tem, é perfeitamente elegível. Nós não temos nenhuma limitação legal para o fazer. E se há alguém que, do ponto de vista do licenciamento, levantou essa questão, eu até gostaria de saber, para nós ultrapassarmos. Não conheço nenhuma limitação legal para que os táxis sem distintivo e cor padrão possam aceder aos sistemas de incentivos da mobilidade elétrica.

Portanto, se é superior, pronto, Sra. Deputada, em breve, as portarias serão revistas. É possível, isto é um decreto-lei de 2023, que altera um decreto regulamentar de 2021, portanto, o limite é desde 2021, é natural que requeira alguma alteração. Não estou a dizer se vamos alterar ou não vamos alterar, mas, quando fizermos as portarias, vamos considerar tudo isso. De qualquer forma, não vejo nenhuma limitação para já.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado José Pacheco (CH): Ela existe, Sra. Secretária.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não quero ser advogado de defesa da bancada do CHEGA, mas convém clarificar. Sra. Secretária Regional, há uma limitação, de facto…

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Onde é que está?

O Orador: … e de direito. Há, na verdade, viaturas de táxi sem distintivo e cor padrão totalmente elétricas nas praças. Pelo menos de Ponta Delgada existe uma, na praça que fica à frente do centro de emprego. Passo por ela todos os dias, mais do que uma vez ao dia.

O que é facto é que aquilo que o CHEGA aqui pede, a revogação da Portaria n.º 21/2005, é precisamente porque a portaria faz referência a centímetros cúbicos, não faz referência a motores elétricos. E uma coisa que se percebe é que esta licença — pelo menos esta que eu conheço — foi passada com base num pressuposto de um panfleto, nem sequer é das características da viatura, é de um panfleto da viatura que diz que aquela viatura, para ter aquele desempenho, se fosse com motor a combustão, teria de ter 3 mil centímetros cúbicos. E foi isso que esteve na base da autorização que deram.

Agora, não me parece sensato manter as coisas dessa forma, nem tem a ver com a adaptação do Decreto-Lei n.º 101/2023, nem com a regulamentação das outras coisas todas que estão por regulamentar, é única e simplesmente onde diz, na alínea a) do n.º 2 da Portaria n.º 21/2005, em vez de ter apenas cilindrada superior a 1950 centímetros cúbicos, ter aqui uma referência aos motores elétricos e à potência dos motores elétricos, nada mais do que isso.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para já, obrigada, Sr. Deputado da IL.

Em segundo lugar, Sra. Secretária, quando nós mantivemos a apresentação desta recomendação, não foi por uma necessidade de palco, foi para ter a certeza de que, no trabalho que o Governo estava a fazer de atualização da legislação, na portaria relativa aos táxis designados de luxo, ou, tecnicamente, sem distintivo e cor padrão, esta questão técnica de uma alínea fosse corrigida.

Quando esteve na comissão e podemos ver no relatório quando foi ouvida a respeito deste assunto, a Sra. Secretária referiu que não existe nenhum impedimento à introdução de veículos elétricos na frota de táxis. E isto deixou-nos preocupados, porque, neste momento, se afirma que não há nenhum impedimento, significa que a legislação está toda bem, que está tudo bem, o que não é a realidade. Em Ponta Delgada, podem ter usado este expediente; em Angra, pura e simplesmente, o carro ficou na garagem, porque não pode estar na praça naquela gama, ou então pinta o carro de verde e preto.

É só essa a questão que nós queremos que fique assegurada: que no vosso trabalho isto se tenha em conta e que fique claro o que é que se pretende. Não tem a ver com incentivos. Claro que os incentivos são outra coisa, não é a questão de os incentivos abrangerem ou não elétricos, não é disto que nós estamos aqui a falar, é do licenciamento puro e simples de carros elétricos nesta gama de táxis de luxo.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem inscrições. Podemos avançar para a votação?

Pausa.

Vamos então votar o Projeto de Resolução n.º 19/XIII — "Recomenda ao Governo Regional dos Açores a regulamentação dos veículos utilizados no transporte de passageiros em táxi através de nova portaria".

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução n.º 19/XIII foi aprovado com 5 votos a favor do CH e 1 da IL, com 22 votos de abstenção do PSD, 22 do PS, 2 do CDS, 1 do PPM, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está assim encerrado este ponto da nossa agenda, o ponto 3. Avançamos para os pontos 4 e 5, porque a Conferência de Líderes decidiu discuti-los em conjunto.

Está em causa o ponto 4: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XIII — "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016, de 29 de setembro — regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores"**. Este projeto de decreto legislativo regional é uma iniciativa do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Vai ser discutido em simultâneo com o **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XIII — "Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016/A, de 29 de setembro — Regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores"**. Desta feita é uma iniciativa do Bloco de Esquerda.

Vamos começar pela apresentação das iniciativas.

Os tempos que estão estipulados para este debate: o Governo, o Partido Social Democrata, o PS e o Bloco de Esquerda têm cada 26 minutos; o Grupo Parlamentar do CHEGA tem 20 minutos; o Grupo Parlamentar do CDS-PP tem 18 minutos; as Representações Parlamentares do PPM, da Iniciativa Liberal e do PAN têm 16 minutos.

Para a apresentação do projeto de decreto legislativo regional da autoria do Partido

Socialista, tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá.

Deputada Inês Sá (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Abordamos, hoje, um tema que diz respeito a todos nós, não apenas na nossa qualidade de decisores políticos, mas, acima de tudo, enquanto cidadãos comprometidos com o bem-estar coletivo. Falamos do cuidado e da proteção das nossas crianças, da conciliação entre a vida pessoal e profissional das famílias, e da responsabilidade que temos em construir uma sociedade mais justa, equilibrada e solidária. A atividade de ama, enquanto resposta de proximidade, afeto e confiança, assume aqui um papel central — e é sobre esta realidade que importa hoje refletir e agir.

Para o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o desenvolvimento integral e inclusivo das nossas crianças e dos nossos jovens não é apenas uma prioridade: é antes um objetivo primordial e um pilar fundamental para garantirmos a coesão social e o crescimento económico da nossa Região.

Acreditamos, profundamente, que é pela educação, desde os primeiros anos de vida, que combatemos as desigualdades sociais e construímos uma sociedade mais justa, mais solidária e mais feliz.

É por isso que olhamos com tanta atenção para os primeiros três anos de vida. Exatamente porque é aí, nesse tempo tão determinante, que tudo começa — o desenvolvimento cognitivo e emocional, a socialização e a construção de vínculos seguros.

Ao longo das últimas duas décadas, a Região, em estreita parceria com as IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), investiu fortemente em reforçar e qualificar a rede de creches e amas. Este foi um trabalho feito com seriedade, com visão, com o compromisso de garantir qualidade e tranquilidade às inúmeras famílias que procuram esta resposta social.

Mas a realidade que hoje vivemos exige mais de nós. A integração crescente das mulheres no mercado de trabalho, e a justa decisão de tornar gratuita a frequência das

creches e amas para todas as famílias, trouxeram-nos um novo desafio: o de garantir que todas as crianças até aos 3 anos de idade têm igualdade de acesso a uma das respostas sociais dirigidas a esta faixa etária, ou seja, a uma creche ou a uma ama.

Este desidrato, que estou certa ser ambicionado por todos os presentes nesta sala, exige que se invista de forma mais célere na implementação e construção de novas respostas sociais, considerando que a capacidade instalada em determinadas ilhas se encontra esgotada, e naquelas onde ainda existe margem para se abrirem mais salas de creche, é necessário que exista um investimento prévio no sentido de adequar o espaço à sua real finalidade.

Paralelamente, e após decorridos os trabalhos em sede de Comissão de Assuntos Sociais no âmbito da apreciação desta iniciativa, fica clara e justificada a necessidade urgente de se valorizar a atividade das amas — mulheres, na sua maioria, que com dedicação e carinho cuidam de crianças como se fossem suas, muitas vezes sem a valorização, a estabilidade ou os meios que merecem.

Em pleno séc. XXI, torna-se difícil de aceitar que existam profissionais que, apesar de afetos a valências sociais há quase duas décadas, desempenhem as suas funções com base num contrato de prestação de serviços, com todas as fragilidades que este tipo de vínculo acarreta, nomeadamente no que concerne à proteção social em caso de doença, aos períodos legais de férias, ao direito ao acesso ao subsídio de desemprego, entre outras, pese embora assumirem funções para suprimento de uma necessidade efetiva e constante.

E é exatamente por entendermos que a precariedade laboral em que se encontram estas amas se traduz na principal barreira para que esta profissão, onde a falta de profissionais é sobejamente conhecida, se torne verdadeiramente atrativa, que propomos que sejam celebrados contratos individuais de trabalho entre estas profissionais e as respetivas instituições enquadradoras, pondo fim a uma situação discriminatória, injusta e que em nada dignifica as nossas instituições.

Propomos ainda acréscimos remuneratórios sempre que, por motivos de força maior e

devidamente justificados, as amas acolham mais crianças do que o número máximo estabelecido no n.º 1 do artigo 21.º, e em situações que, por motivos profissionais de âmbito familiar da criança acolhida, seja solicitado às amas um prolongamento do seu horário diário, que ultrapasse as 8 horas por dia.

Propomos também um reforço do apoio financeiro às IPSS com creche familiar, verba que deverá ser destinada à adequação dos espaços onde as amas trabalham, e à aquisição de materiais lúdicos e pedagógicos, no sentido de garantir que as crianças crescem num ambiente seguro e estimulante.

Para tal, é fundamental que se proceda à revisão dos contratos de cooperação com as IPSS, revisão que exige ser feita em nome do bem comum, da justiça social e, acima de tudo, do superior interesse das nossas crianças.

Estamos conscientes de que esta proposta não resolverá todos os problemas, mas temos a certeza de que é um passo firme e necessário. Um passo que amplia as respostas disponíveis e rejeita soluções restritivas ou excludentes.

Por todos os motivos aqui expostos, dúvidas não restam de que este é um desafio que exige união, ao invés da divisão.

Permitam-me por isso que termine esta intervenção com o meu sincero apelo de que o debate que se segue se eleve à altura daquilo que aqui está em causa e daquilo que verdadeiramente importa, ou seja, a possibilidade, no mais curto espaço de tempo, sermos capazes de garantir às famílias com filho até aos 3 anos de idade o acesso gratuito e universal a uma oferta educativa. Aquilo que nos move não deve ser o passado, mas, sim, o presente e o futuro das nossas crianças.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Agora, para a apresentação da iniciativa do Bloco de Esquerda, tem a palavra o Sr.

Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos Açores, 43 amas trabalham com contratos de prestação de serviço, integradas em creches familiares. Entre estas trabalhadoras, há quem só conheça a precariedade há 20 anos.

As amas integradas em creche familiares não são, na verdade, como a lei diz, trabalhadoras independentes, são trabalhadoras precárias com falsos recibos verdes, com tudo o que isso implica para as suas vidas: falta de proteção na doença, falta de proteção no desemprego, instabilidade e incerteza, impossibilidade, por exemplo, de acesso ao crédito à habitação.

As amas trabalhadoras dependem de uma única entidade patronal, não escolhem as crianças que lhes são atribuídas e o seu trabalho é orientado e supervisionado por técnicos dessa entidade patronal, a IPSS que tem a valência de creche familiar.

Esta proposta que hoje debatemos não é apenas, por isso, um documento legislativo; é um apelo à justiça social.

A legislação em vigor, conforme estabelecido pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016/A, tendo sido importante para criar um quadro legal relativo ao exercício das funções de ama na Região, não foi, longe disso, suficiente para garantir a estabilidade e a segurança laboral destas trabalhadoras.

Os Açores não podem, por isso, continuar a ter legislação que fomenta e protege a precariedade, criando insegurança a quem trabalha, como é o caso da legislação que, hoje, se pretende alterar.

Propomos, assim, assegurar contratos de trabalho estáveis e condições laborais dignas às amas dos Açores. Para isso, propomos o seguinte:

A conversão dos falsos recibos verdes em verdadeiros contratos de trabalho, garantindo, assim, a estabilidade laboral, a proteção no desemprego e na doença para estas trabalhadoras;

A criação de um novo suplemento salarial relativo ao horário de trabalho das amas, que, por necessidade de crianças e famílias, por vezes, é alargado pelas necessidades e pela compatibilização dos horários das diferentes famílias;

E como proposta de alteração, já entregue à Mesa, pretendemos também que, na ausência de contrato coletivo de trabalho que abranja as amas, seja publicada, pelo Governo, a portaria de condições de trabalho que regule as suas condições de trabalho e os suplementos e complementos salariais a que as amas têm direito.

É essencial que reconheçamos o valor do trabalho destas trabalhadoras que cuidam das crianças e que lhes proporcionemos a segurança que merecem.

As creches familiares são financiadas pela Segurança Social, por isso os aumentos de custos que desta proposta possam resultar levam ainda à necessidade de revisão dos valores atribuídos pela Segurança Social às instituições, através da revisão dos acordos de cooperação.

Com esta proposta, pretende-se ainda retirar a incompreensível exclusão da possibilidade de serem criadas creches familiares públicas e atualizam-se os objetivos da creche familiar, focando-os nas crianças, no seu desenvolvimento, bem-estar e segurança.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Parlamento é, hoje, chamado a decidir se quer manter 43 trabalhadoras na precariedade e na insegurança ou se decide algo tão simples: garantir-lhes um simples contrato de trabalho.

Há dificuldades nesse caminho, é certo, não o negamos. Mas vale ou não a pena enfrentá-las e fazer justiça a estas trabalhadoras? Para o Bloco de Esquerda, não há dúvidas: vale mesmo a pena!

Estamos ao lado destas trabalhadoras, que todos os dias cuidam e educam, na sua luta pelo reconhecimento do seu trabalho!

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão apresentadas ambas as iniciativas e está aberto o debate.

Pausa.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Fazendo uma breve resenha histórica, partimos de uma situação em que o valor a pagar no acesso às creches dependia do rendimento das famílias, com valores simbólicos para quem tinha rendimentos mais baixos. O atual Governo de direita tornou o acesso às creches gratuito para todas as famílias.

Quando o objetivo é promover a educação, quando o objetivo é promover a natalidade, esta medida faz todo o sentido. Contudo, a rede pública não tinha capacidade de resposta para esta medida, e o Governo não podia convencionar com as amas, com entidades privadas, porque a legislação deixada pela esquerda não permitia convenção com privados, só com IPSS.

Então, a solução que foi encontrada foi financiar as IPSS, para as IPSS convencionarem com as amas. Agora, o PS vem com esta solução…

Para me situar, andando um pouco para trás, ainda fazendo esta resenha histórica, o Governo, atualmente, através da IPSS paga o equivalente ao ordenado mínimo, ou seja, a remuneração mínima mensal garantida, que são 914 euros, arredondando. Ou seja, espera-se, com este valor, que o privado preste serviço de ama nas suas instalações, sob a sua responsabilidade, com a assunção total dos encargos sociais, com uma remuneração que é ganha por quem entra por uma empresa privada, sem experiência, em que os meios de produção são da entidade patronal, em que a responsabilidade pelo seu posto de trabalho é da entidade patronal, em que não tem riscos. Ou seja, estamos aqui a remunerar da mesma forma situações completamente diferentes. Consideramos esta remuneração insuficiente. A prestação deste serviço deve remunerar o trabalho, a

responsabilidade, as instalações e o risco inerente à atividade privada. E a remuneração mínima não o faz.

Quando a proposta do PS de impor à IPSS a transformação de prestações de serviço em contratos de trabalho, durante os trabalhos das audições na Comissão dos Assuntos Sociais, levantou-me mais dúvidas do que esclarecimentos, nomeadamente: quando o número de horas prestadas exceder as 8 horas diárias, quem é que vai autorizar esse trabalho suplementar, é a IPSS previamente ou é uma autorização tácita?

Estou aqui a imaginar: chega às 17h30, os pais telefonam à ama a dizer que estão atrasados ou que surgiu um problema qualquer. Vão contactar a IPSS às 17h30 ou às 18h a pedir autorização se pode ficar com a criança, para que lhe seja paga aquela remuneração extraordinária?

O artigo 228.º do Código do Trabalho estabelece que o número máximo de horas são 200 no caso de regulamentação coletiva de trabalho e que não posso exceder 2 horas por dia. Quando exceder este limite, ou seja, a ama já tiver feito as 200 horas num ano, como é que a IPSS vai resolver esta situação? Pega na criança e, quando chega ao limite das 8 horas, muda-a para outra ama? Se a ama tiver direito a redução de horário, quem é que assegura as horas restantes, no caso em que os pais têm 8 horas de trabalho por dia? A criança também é transportada para outra ama nessa situação? Quem assegura a hora de almoço da ama? Quem assegura as ausências da ama quando tiver de ir a uma consulta de prestação de cuidados médicos?

Deputado António Lima (BE): Quem é que assegura agora?

A Oradora: Quando a ama deixar de ter crianças na sua localidade ou na sua proximidade, o que é que acontece a essa ama? É despedida com uma indemnização por extinção de posto de trabalho? Passa a prestar trabalho presencial na IPSS, mesmo que esta não necessite de mais trabalhadores na sua creche? Se a opção for extinção, não há precariedade do mesmo modo? O que acontece às melhorias de adaptação no espaço da ama, financiadas pelas IPSS, quando a prestação da ama terminar? Estou aqui a pensar na questão da instalação do ar-condicionado. Ela fica com a criança 1

ano, e os pais arranjam um lugar numa creche ou noutra mais próxima. Aquele ar-condicionado fica com a ama? É desmontado e montado noutros sítio? Estamos aqui a financiar? Depois, surge outra ama noutro local, vamos financiar? Tem humidades na parede, vamos fazer ali os arranjos todos? Vamos ter aqui as IPSS a financiar tudo isto? E a rentabilidade destes investimentos?

As IPSS são financiadas por valor padrão. Se tiverem no seu quadro as amas que já não têm crianças, mas que tiveram, e a IPSS defronta-se, por exemplo, naquele ano, com uma redução do número de crianças ou mesmo a manutenção, como é que financia aqueles postos de trabalho?

Enfim, consideramos que, ao tentar resolver-se um problema, vão criar inúmeros às IPSS.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temos aqui duas iniciativas que, ao fim e ao cabo, acabam por manifestar o mesmo teor relativamente às amas, estas terem acesso a um contrato individual de trabalho através de uma instituição de enquadramento: uma iniciativa, por parte do Bloco de Esquerda, mais ideológica, aquilo que o Bloco de Esquerda tem defendido; e outra, do Partido Socialista, que vem também requerer esta estabilidade laboral para a atividade das amas.

A verdade é que as amas são, sem dúvida, uma resposta social individual que deve ser valorizada e que deve ser prestada; oferecem, sem dúvida, uma resposta diferenciada. O Governo não tem estado indiferente às reivindicações das amas, em criar melhores

condições às amas, tem existido esse compromisso, por parte do Governo Regional, na melhoria das condições das amas, que tem ido desde a melhoria do estatuto remuneratório destas profissionais. Antes, o cálculo dependia do número de crianças que estavam ao seu cuidado; agora, não é assim e foram equiparadas ao salário mínimo. Também têm recebido formação. A retribuição mensal é majorada para as crianças com deficiência em 20 %, mas também a compensação para o aumento das despesas correntes. Têm direito a um subsídio por criança de 89 euros, em que 50 é para o reforço da alimentação, que antes eram 15 euros; e 39 euros para despesas diárias, que antes não existia. E tem sido este, de uma forma sumária, o percurso que tem sido feito na melhoria das condições destas profissionais.

Existem matérias que são, na nossa análise, sensíveis, até algumas delas, praticamente da sua totalidade, referidas pela Deputada Hélia Cardoso, da bancada do CHEGA. Percebendo aquilo que é apresentado nestas propostas, também nos parece que a matéria sensível que está aqui em questão é, sem dúvida, esta obrigatoriedade de as IPSS contratarem as amas. Primeiro, parece-nos que esta obrigatoriedade vai meter em causa aquela que é a liberdade contratual das próprias IPSS, para além de questões que também nos parecem relevantes naquilo que poderá ser o futuro da IPSS com esta obrigatoriedade, que até já foram referidas: a questão de a ama ficar sem crianças, ser internalizada e prestar serviço na IPSS; os investimentos que foram feitos junto das amas para melhorar a qualidade e a prestação do cuidado.

Portanto, há uma série de questões aqui que nos parecem sensíveis, em relação às quais a introdução dessa obrigatoriedade não será favorável, até para a integração, porque a integração das amas nos quadros das IPSS ou até mesmo na Administração Pública, parece-nos, colocará em causa também a própria natureza privada desta resposta de ama.

A verdade é que este modelo que atualmente existe foi introduzido em 2016 pelo Partido Socialista. Na altura, estas questões, estas matérias relativamente à precariedade laboral, foram referidas até no debate parlamentar que se deu nesta Casa,

julgo, até pelo próprio Bloco de Esquerda e pelo PCP, em que até (do Bloco de Esquerda, não tenho memória) o PCP votou contra, exatamente por estas questões laborais.

A verdade é que, já nessa altura, a motivação do Partido Socialista e a justificação para ser no registo atual — e foi dito na altura pelo próprio Governo Regional — é que, com esta iniciativa, estariam a promover o autoemprego para o exercício desta profissão. Foram estes os argumentos na promoção deste autoemprego por via das amas.

Efetivamente, não poderia ser de outra forma, porque, diziam então, estávamos perante matéria correspondente a direitos, liberdades e garantias, sobre a qual esta Assembleia e a Região não têm competência legislativa.

Nós estamos, assim, a promover o autoemprego e mais uma forma de exercício desta profissão, para além da enquadrada na creche familiar. Portanto, parece-nos que inverter este princípio, o qual foi defendido na altura da aprovação desta iniciativa, não nos parece que seja o caminho adequado, mesmo até pelos constrangimentos que serão ou poderão eventualmente ser gerados dentro das próprias instituições.

Obrigada.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social. Faça favor, Sra. Secretária Regional.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o Governo Regional reconhece a atividade das amas como uma mais-valia para as nossas crianças, na medida em que essa tem sido uma resposta cada vez mais procurada. Inclusive, podemos dizer, é uma resposta diferenciadora e de proximidade, em que a própria ama se torna uma referência não só para a criança, mas também para a respetiva família. E prova daquilo que acabei de dizer tem sido o apoio que este Governo Regional, no trabalho de continuidade naquilo que foi feito e deixado pelo XIII Governo e que o XIV Governo, naturalmente, continua a implementar.

Já aqui foi dito, de momento, existem 42 amas a exercer a sua atividade, distribuídas pelos concelhos de Ponta Delgada, Angra do Heroísmo e Horta. Temos uma capacidade de instalada de 204 lugares, sendo que, à data de 31 de março, 162 crianças frequentavam este tipo de resposta. Ora, isto são mais nove crianças do que aquelas que frequentavam a resposta de amas no final do ano passado.

Naturalmente, do ponto de vista do financiamento, também os Governos de coligação têm tido uma atenção perante esta atividade. Se em 2019 o investimento feito no âmbito desta resposta se situava nos 735 mil euros; no final de 2024, ultrapassou largamente 1 milhão de euros. Portanto, temos um reforço de 500 mil euros entre 2019 e 2024, que também denota bem o compromisso dos Governos de coligação em reconhecer o exercício desta atividade.

Naturalmente, esta resposta se enquadra na estratégia atual do Governo, na medida em que o nosso objetivo é garantir o acesso a todas as crianças na resposta de creche ou de amas na primeira infância. E isso vai ao encontro daquilo que tem sido dito e repetido por várias vezes nesta Casa, na medida em que, até 31 de março, o número de vagas disponibilizadas, no concerne à gratuidade de creche, já vai em 815 vagas. Portanto, se no final de 2024 este Governo tinha criado 805 vagas, já em 2025 foram criadas mais dez vagas no conselho do Nordeste, dando continuidade àquilo que é a nossa aposta para este setor.

E queria também dar nota que, perante aquilo que tem sido uma dificuldade premente no concelho de Ponta Delgada, até ao final deste semestre, mais dez vagas para a idade

de berçário serão criadas naquele concelho. Naturalmente, não resolve todas as situações, porque é no concelho de Ponta Delgada e na idade de berçário que existe, de momento, uma maior pressão e, evidentemente, isso faz com que haja uma atenção redobrada perante aquilo que é a realidade.

Falando do ponto de vista das melhorias que têm sido introduzidas, já foi aqui referido o Despacho Normativo n.º 30/2023, de 17 de novembro de 2023, que veio melhorar aquilo que é a atividade destes profissionais. Desde já pelo valor que é atribuído mensalmente, mas também pela possibilidade de dar uma majoração no caso de as amas acolherem crianças com deficiência, ou então o subsídio mensal para reforço da alimentação e uma compensação do acréscimo das despesas correntes em função do exercício da sua atividade, que se traduz em 89 euros por criança. Estes valores têm vindo a ser atualizados, naturalmente, e terão de continuar a ser atualizados, na medida em que importa, certamente, valorizar o exercício desta profissão.

Portanto, queria, nesta fase, dizer, obviamente, o Governo Regional reconhece o papel essencial das amas, reconhece que é necessário proceder a alterações do ponto de vista do funcionamento e do reconhecimento da profissão, sob pena de não conseguir continuar a captar mais profissionais para o desempenho desta atividade e porque, naturalmente, faz parte daquilo que têm sido as medidas implementadas também no âmbito desta atividade.

Contudo, em relação às iniciativas, e apesar de reconhecer a necessidade de que estamos aqui a falar, é na forma como elas são trazidas que, naturalmente, o Governo não se pode rever. E digo isto, porquê? Temos em vigor, atualmente, uma proposta que é de 2016, uma proposta que foi apresentada e votada nesta Casa por iniciativa de um Governo Socialista, em que o modelo atual e que está em vigor foi definido pelo Partido Socialista.

Deputada Marta Matos (PS): E?

A Oradora: E, portanto, a questão da prestação de serviços é algo que já foi previsto em 2016, que se mantém em funcionamento, é o modelo que está em vigor.

Sinceramente, acho que nós não podemos ter aqui uma lógica de imposição. E aquilo que as ambas as propostas vêm trazer é impor às IPSS…

Deputado Nuno Barata (IL): E às amas.

A Oradora: … e às amas, exatamente, não só às instituições, mas também às próprias profissionais, que podem ter o direito de não querer optar por ter um contrato de trabalho. Isso é um direito que lhes assiste.

Deputado António Lima (BE): A senhora nem acredita nisso!

A Oradora: Reconhecendo, naturalmente, que é duvidoso, na medida em que a precariedade laboral não tem sido apanágio deste Governo, pelo contrário, continuando com este tipo de contrato, a sua proteção laboral está prejudicada.

E, portanto, neste regime, aquilo que nós defendemos é que não se pode impor às instituições, mas deve-se, sim, continuar a colaborar numa lógica de cooperação e nunca numa lógica de imposição, até porque, em última instância, aquilo que está em causa é a própria liberdade contratual. E tenho sérias dúvidas se, do ponto de vista constitucional, nós não estaremos aqui a incorrer numa gafe que o próprio diploma nos pode levar.

Por essa razão, não concordamos com a imposição que é aqui colocada. Queremos, sim, continuar a colaborar com as instituições e com as amas, numa ótica de cooperação, mas reconhecemos que é necessário alterar o modelo dignificante e conseguindo atrair mais profissionais de saúde para esta atividade.

Esta imposição, conforme aquilo que foi dito em sede de comissão, também pelas audições que foram realizadas, as próprias instituições não se reveem neste modelo. Além de questões que podem estar relacionadas com aspetos financeiros, basta consultarmos os pareceres e o próprio relatório da comissão para se perceber que não são só as questões financeiras, há também questões do ponto de vista técnico e estrutural que poderão pôr em causa a própria sustentabilidade das IPSS. Acho que isso não é, de todo, desejável, sob pena também de comprometermos a qualidade do serviço que é prestado no âmbito do desempenho desta função.

Portanto, gostaria, nesta fase, de dizer que o Governo Regional reconhece a mais-valia do papel e do trabalho destas amas, mas não concorda com a forma como está a ser imposta esta mesma alteração.

Para terminar, e também porque em sede de comissão esta questão foi amplamente debatida, gostaria de dar nota que, até à data, o ISSA (Instituto da Segurança Social dos Açores) tem, naturalmente, um papel de acompanhamento a nível daquilo que é o trabalho desenvolvido por estes profissionais. Em 2023 e 2024, nos três concelhos, foram realizadas várias ações do ponto de vista técnico-pedagógico, algumas visitas, também para aferir as condições de licenciamento. Portanto, para dar nota que, só no concelho de Ponta Delgada, foram feitas mais de 80 ações de acompanhamento; em Angra, foram feitas 12 visitas técnicas; e no Faial, 15 visitas técnicas.

Portanto, aquilo que foi tentado passar em comissão, de que não havia o devido acompanhamento sobre esta atividade, não é, de todo, verdade. Por isso, eu gostaria, nesta fase, de repor aquilo que tem acontecido regularmente da parte do Instituto da Segurança Social e gostaria de, mais uma vez, reforçar o compromisso do Governo Regional, em que, sim, é necessário rever a forma como este trabalho está a ser remunerado, as condições de trabalho, mas não através de uma imposição que obrigue as instituições particulares de solidariedade social e as próprias amas.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar precisamente pelo fim, pela Sra. Secretária Regional, que reconhece e está reconhecida pelo trabalho das amas. E eu diria que só poderia estar, porque elas desempenham um papel fundamental neste processo. São ao todo 84: 42 em creche familiar; mais 42 licenciadas, que a gente também não sabe quantas crianças têm. Mas o que é certo é que, em números de final de 2024, foram acolhidas 146 crianças por amas nesta Região. Obviamente, isto é um número que releva para este debate e para a importância que a Sra. Secretária Regional reconheceu, e muito bem, em todo este processo.

Qualquer um dos dois diplomas comete, eu diria, alguns crimes de lesa-liberalismo.

Deputado José Pacheco (CH): Essa é nova!

O Orador: Desde logo porque há mais regulamentação em cima da regulamentação que já existe, é mais constrangimento em cima dos constrangimentos que já existem. Depois, admirem-se.

Deputado José Pacheco (CH): Mais função pública encapotada.

O Orador: Cria problemas às IPSS, que também não são obrigadas a aceitar e a fazer esses contratos. Portanto, nada nos garante que as IPSS vão aceitar essas amas e que vão fazer esses contratos. Também estamos aqui a laborar num diploma que pode ser um Melhoral, mas que é um Melhoral que pode fazer mais mal do que bem.

Pode provocar, inclusivamente, no seio das amas, uma certa perda de autonomia no seu trabalho e na sua forma de se organizarem, porque elas têm muitas formas de se organizarem se o quiserem fazer. Inclusivamente, podem-se constituir em empresas, podem-se constituir em cooperativas, têm uma série de mecanismos à sua disposição para fazerem os seus descontos e a sua atividade sem ser como trabalhadores independentes. Mas mesmo como trabalhadores independentes, como o próprio nome indica, ser independente é uma coisa muito boa, permite muita liberdade. E aqui calhava que nem uma luva a frase de Benjamin Franklin: "Aqueles que cedem alguma da sua liberdade em nome de um pequeno momento de segurança não merecem nem a liberdade nem a segurança.

É um caso daqueles em que provavelmente haveria muitas soluções a sugerir, mas nenhuma delas são aquelas que estão plasmadas nesses dois diplomas, do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista. É um caso daqueles em que a aplicação desses diplomas poderia e redundaria certamente em mais problemas para as IPSS e para as amas do que soluções. E, consequentemente, mais problemas para a sociedade em geral.

Mas há uma questão que tem de ser revista e que tem de ser revisitada, que é a questão dos valores padrão, porque também não se pode continuar a congelar valores padrão, para depois se exigir que essas trabalhadoras desempenhem a sua função e mantenham a sua atividade, tão reconhecida e tão importante para a Região Autónoma dos Açores. É preciso revisitar frequentemente esta portaria, para que estes valores sejam adequados ao trabalho que essas pessoas vão desempenhando, que, quase sempre, vai muito para além das 8 horas diárias, o que também traria às IPSS um problema que a Sra. Deputada Hélia Cardoso aqui já referiu, que é: como é que isto se vai fazer?

Aliás, houve amas que disseram que trabalham frequentemente 11 horas por dia. Ora, se imaginarmos que essas 11 horas por dia são trabalhadas metade do ano (já é ser bastante razoável), são 150 dias a 11 horas, vejam lá quantas horas extraordinárias isso dava. Muito além das 200 horas permitidas por lei.

São todos esses problemas e são todas essas questões que não ficaram esclarecidas em comissão, não ficaram esclarecidas da análise do diploma e que são resolvidas por via da manutenção quer das amas em regime de trabalho independente, mas sobretudo com a revisão frequente dos valores padrão.

Eu percebo algumas das preocupações das amas. Aliás, esse é um assunto que se vem arrastando há algum tempo. Há, inclusivamente, um requerimento do CHEGA, entregue em 2023, que eu penso que nunca foi respondido, pelo menos eu não encontrei no *site* da Assembleia resposta para ele. As preocupações do CHEGA na altura eram outras, são diferentes destas agora, talvez por isso não tenha feito referência ao seu próprio requerimento. Mas também admito que todos nós evoluímos no nosso

pensamento político e no nosso pensamento sobre alguns temas em específico. Por isso, também não faço disso um cavalo de batalha político parlamentar.

Nesse sentido, a Iniciativa Liberal tem muita dificuldade em acompanhar qualquer um desses dois diplomas em discussão. No entanto, reitero, estamos sempre ao lado dos trabalhadores independentes, estamos sempre ao lado de quem quer trabalhar. E isto também requer atenção do Governo Regional dos Açores, nomeadamente, como já disse, no que diz respeito ao valor padrão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Neves** (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado da IL disse que, supostamente, as IPSS não querem.

Deputado Nuno Barata (IL): Eu não disse que não querem. Podem é não querer.

O Orador: Então, ainda bem que percebi mal, porque há IPSS que são a favor, obviamente, das propostas que estão aqui apresentadas, tanto do Bloco de Esquerda como do PS.

Relativamente à posição do PAN, é sobejamente conhecida. Se não o é, vou demonstrá-la. Já tivemos várias reuniões com as amas, já dissemos de forma pública que somos totalmente favoráveis, às quase cinquenta profissionais que têm este problema. Aliás, já metemos no Orçamento de 2024 uma medida daquilo que é pedido tanto pela parte do PS, como do Bloco de Esquerda. Por isso, o PAN é favorável às duas iniciativas que estão aqui. E vamos votar favoravelmente.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu julgo que importa fazer uma clarificação sobre aquilo que as amas querem. Eu ouvi, muitas vezes, aqui, a preocupação com a sua independência, com imposições e com outras coisas que são difíceis até de classificar. Aquilo que as amas querem, porque nós reunimos com as amas ainda antes das eleições de 2024, o que querem é efetivamente isto que está aqui proposto: um contrato de trabalho. Por isso, as preocupações sobre o facto de não ser isto que as amas querem estão claramente fora de tempo, porque esta proposta do Bloco de Esquerda e, julgo, a do Partido Socialista também surgem porque houve efetivamente um conjunto de amas muito alargado que reivindicou isso mesmo: estabilidade no emprego.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Então alterou de ontem para hoje?

O Orador: E é tão simples quanto isso. Porque o que acontece agora e o que acontece hoje é que todos os problemas que são aqui apontados, como ausência da ama, o trabalho suplementar, eventuais obras que se possam fazer nas casas das amas, todas essas questões colocam-se hoje, neste momento, quando elas têm um falso recibo verde.

A substituição da ama na sua ausência?! Mas é um problema com o contrato de trabalho e não é um problema com um falso recibo verde, porquê? O horário de trabalho, fazer trabalho suplementar com um falso recibo verde não é um problema, mas com um contrato de trabalho é um problema, porquê?

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): O que é que diz o Código do Trabalho?

O Orador: Bem, aquilo que está aqui em causa, se é para a legalidade que queremos ir, é eliminar uma ilegalidade que a lei está a legalizar, que são falsos recibos verdes que são patrocinados pelo Estado. É isso que acontece, a legislação regional prever que um trabalhador tenha que trabalhar a falsos recibos verdes. E isso não é admissível. E é para fazer resolver este problema e fazer justiça a quem trabalha que estas propostas — e falo das duas, com as diferenças que têm, mas no essencial são coincidentes — são fundamentais. Eu acho muito bem que se valorize e que haja discursos bonitos e

bem fundamentados sobre a importância das amas no apoio e na educação das crianças na Região Autónoma dos Açores. Subscrevo na íntegra, sem tirar nem pôr.

Agora, mais do que isso, é preciso dar um passo em frente, que esse reconhecimento tenha consequências. E a consequência desse reconhecimento, aquela que é justa, necessária e urgente é efetivamente a garantia de contrato de trabalho. Julgo que não deveria ser preciso repetir aquilo que significa a existência de um falso recibo verde durante décadas: são os descontos para a Segurança Social que são muito superiores e são todos por conta do trabalhador; é a retenção na fonte que é muito superior e é toda por conta do trabalhador (da trabalhadora neste caso); é a desproteção no desemprego. Vejo a preocupação se um dia aquela ama não tiver crianças e a IPSS tenha de despedir a trabalhadora. É uma coisa que está longe de acontecer porque as amas serão sempre necessárias, mas o que aconteceria nesta altura se isso acontecesse? A trabalhadora seria despedida sem direito a indemnização. Então, preferem despedimento sem direito a indemnização do que despedimento com direito a indemnização. Bem, ao que chegamos!

Por isso, essa situação limite está fora do horizonte mais próximo e esperemos que esteja fora do horizonte total, é um alarmismo desnecessário. Aquilo que é fundamental é mesmo a criação de contratos de trabalho, a conversão desses contratos, que são irregulares, que são falsos recibos verdes, que toda a gente sabe que existem. E continua a Região a fingir que está tudo bem. E não está tudo bem.

Termino dizendo que as preocupações das IPSS são legítimas, mas também é preciso olhar para as preocupações e para a posição de IPSS que têm creche familiar, ou seja, que enquadram amas nessa creche familiar. A Casa Bernardo Silveira Estrela, na Ribeira Grande, dá para ser favorável. O Castelinho Encantado, aqui na Horta, dá parecer favorável. Ou seja, as próprias creches, as próprias IPSS, que têm essa valência, concordam com a proposta, têm preocupações, referem muito bem a questão do financiamento, mas isso está assegurado nas propostas. Agora, custará mais caro ao Governo Regional? Pois, claro que sim, é assim que se valorizam os trabalhadores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Mendonça, faça o favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Mendonça** (PPM): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos reconhecemos o papel fundamental que as armas desempenham no cuidado e desenvolvimento das nossas crianças. Por isso, o Governo Regional deve assegurar as condições de trabalho justas e dignas, reconhecendo a exigência, complexidade e responsabilidade que esta função envolve.

O PPM tem defendido desde sempre a valorização destes profissionais, através de um diálogo construtivo e contínuo entre o Governo Regional, as IPSS, as Misericórdias e as próprias amas.

A proposta apresentada pelo Partido Socialista e pelo Bloco de Esquerda, que impõe a obrigatoriedade da contratação destas profissionais pelas IPSS, levanta sérias preocupações ao condicionar a liberdade contratual destas entidades. Esta medida pode criar dificuldades operacionais e comprometer soluções flexíveis que hoje funcionam.

Acreditamos que um processo baseado num acordo entre as partes, Governo Regional, instituições e profissionais, será sempre mais eficaz para responder às necessidades concretas de cada entidade e de cada ama.

Neste tema, o PPM reconhece que o Governo Regional tem dado passos positivos, em articulação com a União Regional das Misericórdias dos Açores e a União Regional das IPSS dos Açores. Existe um compromisso firme de encontrar soluções reais e sustentáveis.

A mobilização de recursos, a partilha de boas práticas e a colaboração entre entidades, tem permitido avançar com respostas mais ajustadas e abrangentes.

Por estas razões, o PPM votará contra este projeto de decreto legislativo regional, defendendo uma abordagem mais aberta e colaborativa.

Deputado Carlos Silva (PS): Porque é do PS.

O Orador: Acreditamos em políticas de incentivo, formação e diálogo social que reforcem o bem-estar de quem cuida das nossas crianças, sem limitar a capacidade de ação das instituições que lhes dão suporte.

Nos Açores, estamos ainda a construir as bases de um sistema de cuidados infantis de qualidade. As creches gratuitas foram um passo importante, mas há ainda muito mais a fazer para garantir a todas as famílias o apoio que realmente precisam.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Pausa.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em especial, Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, só uma pequena correção: não é recibo verde, isso já não existe. Existem, sim, faturas-recibo, mas isso é uma questão de pormenor.

Deputado Nuno Barata (IL): O papel é branco?

A Oradora: Não, é branco, por acaso é branco, dependendo do tipo de papel que lá puser, Sr. Deputado.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Então pode ser cor-de-rosa!

A Oradora: Em parte, concordo consigo, não são 914 euros mais uns pós que vão pagar a prestação de serviço. Isto é uma prestação de serviço, não é trabalho dependente disfarçado.

Deputado António Lima (BE): É, é.

A Oradora: Trabalhos dependente disfarçado, nós todos sabemos o que é, é alguém que cumpre horários, enfim…

Deputado António Lima (BE): Cumpre horários?!

A Oradora: Não, aqui tem um compromisso com os pais das crianças. E esse compromisso, claro, tem horas. É diferente, não é um horário definido por uma entidade patronal.

Voltando ao que estava a tentar dizer, é: não são 914 euros que pagam esta prestação de serviços. Nós estamos aqui a equiparar esta prestação de serviços de ama, que nós todos reconhecemos que é diferenciada, porque tem a ver com a educação de crianças, que têm crianças à sua responsabilidade. Estamos aqui a equiparar a um trabalhador indiferenciado de início de carreira, que está por conta de uma entidade patronal. Estamos a comparar duas coisas que não devem ser comparadas.

As amas deveriam receber mais dinheiro para este serviço. No meu entender, pelo menos o dobro. Aqui, a questão é: ou querem ganhar, por exemplo, de 20 mil euros por ano e exercem uma atividade de prestação de serviços de ama, ou então têm aversão ao risco, querem estabilidade, querem contrato de trabalho, então concorram a concursos da administração pública se o seu perfil é esse.

Agora, não vamos criar aqui uma situação enviesada, que é: começam com uma prestação de serviços, para tornearem um concurso, para ficarem com um contrato de trabalho.

Apartes impercetíveis dos Deputados da bancada do PS.

Deputado António Lima (BE): Qual concurso? Não há concurso nenhum.

A Oradora: Quem que está a contratar, entrevista várias pessoas. Pode ser mais formal, menos formal, mas percebeu perfeitamente, Sr. Deputado, a que é que eu me referia em relação a concursos.

Aqui, a questão, na minha opinião, é a remuneração que não é a adequada à prestação de serviços, mas a ama é uma prestação de serviços, não é um contrato de trabalho, não é um trabalhador por conta de terceiros. E partindo desse enviesamento, leva-nos a conclusões erradas e a procurar soluções erradas para esta questão.
Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Sra. Deputada Nídia Inácio, faça favor, tem a palavra.
(*) **Deputada Nídia Inácio** (PSD): Obrigada.
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:
Portanto, estamos aqui a analisar dois projetos de decreto legislativo regional, do BE e do PS, relativamente à atividade da ama, que é uma resposta social alternativa às creches tradicionais, sempre com o objetivo de apoiar as famílias no acolhimento das crianças, num ambiente familiar, num ambiente com as devidas condições, que também contribui, e muito, para o desenvolvimento integral da criança. As amas integram até quatro crianças, com idades entre o fim da licença de maternidade ou paternidade até aos 3 anos. Portanto, o máximo são quatro crianças até aos 3 anos.
Aqui, na Região Autónoma dos Açores, esta atividade está enquadrada, como já foi dito aqui pela Sra. Secretária e pelos Srs. Deputados que me antecederam, pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016, de 29 de setembro, que aprova o regime jurídico de amas. Portanto, este decreto legislativo, posteriormente, foi acompanhado também por portarias — que também já foram aqui referidas — duas portaria seguidas em 2017 e um despacho normativo também em 2017. Estamos a falar aqui nos anos de 2016 e 2017.
Portanto, e como já foi dito aqui pela Sra. Secretária, este regime de amas é um regime jurídico de prestação de serviços, por meio de um contrato de prestação de serviços

celebrado entre a ama e as IPSS, que estão enquadradas nas creches familiares. Quis apenas fazer este enquadramento.

Agora, falando no Governo da coligação PSD, CDS-PP e PPM, estabeleceu novas regras para o exercício da atividade de ama, procurando assegurar, em todos os aspetos, que todos disponham das melhores condições de espaço, de higiene e segurança, indispensáveis à prestação do serviço das amas às famílias açorianas.

Para este Governo de coligação, como já foi dito, e muito bem, pela Sra. Secretária, as amas são uma resposta diferenciada às necessidades das famílias, sendo uma alternativa às creches tradicionais. As amas que existem na Região Autónoma dos Açores, já falámos no número de amas que existem na nossa Região, estão maior número na ilha de São Miguel e em menor número nas ilhas do Faial e Terceira.

O investimento que este Governo fez na rede de amas já aumentou 67 %, que isto fique aqui bem claro. Entre 2021 e 2024, o aumento foi de 67 %, passando 150 mil euros para 1,2 milhões de euros. E estão a dizer que o Governo de coligação não fez nada e não está a fazer nada pelas amas?! Não é verdade!

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: O rendimento mensal das amas, atualmente, é de 913 euros, podendo ultrapassar os 14 mil euros anuais com suplementos. E é bom relembrar a esta Câmara e às pessoas que estão em casa a ouvir-nos que, quando a ama perdia uma criança por qualquer razão que não lhe fosse imputável, ela também perdia este rendimento. Quer dizer, este Governo de coligação sempre fez alguma coisa pelas amas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do

Governo.

A Oradora: Com este Governo Regional, no caso das personagens integradas em creches familiar, foi determinado o montante de retribuição mensal devido à ama por criança acolhida, como já foi dito, de 183 euros. Quando as crianças têm mais de 60 % de deficiência comprovada, há um acréscimo que foi feito, que a Sra. Secretária anunciou, há relativamente pouco tempo, de 60 %, foi majorado este valor para quem tem uma criança com deficiência. Os valores dos subsídios de alimentação — já foi dito aqui pela Deputada Catarina — também aumentaram 15 euros.

Deputado Carlos Silva (PS): Como é que têm subsídio de alimentação se são independentes?

A Oradora: E 60 euros mensais em situações em que a família não possa assegurar o fornecimento de uma refeição.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os projetos de decreto legislativo regional do PS e do BE propõem a integração das amas nos quadros de pessoal das entidades de acolhimento, ou seja, nas IPSS. Agora, também é bom relembrarmos que estamos a falar num regime de 2016. O PS, quando estava no Governo Regional, não quis impor contratos de trabalho às IPSS. O PS, desde 2016 até 2020, teve hipótese de impor estes contratos de trabalho. Não, o PS falava, e muito bem, tal como nós, o PSD, PPM e CDS-PP aprovámos nesta Assembleia Legislativa Regional o decreto legislativo regional do regime jurídico da das amas, aprovámos, e muito bem, porque neste decreto legislativo regional que foca o regime jurídico das amas está prevista a cooperação. É a cooperação, não é impor contratos.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Favoravelmente. Votámos a favor.

A Oradora: Nós aprovámos a vossa proposta em 2016.

Agora, só recapitulando, chegamos aqui, isto foi discutido em sede de Comissão de Assuntos Sociais, ouvimos diferentes instituições, recebemos pareceres também de

diferentes instituições. Agora, falando na URIPSSA (União Regional das Instituições Particulares de Solidariedade Social dos Açores) e na URMA (União Regional das Misericórdias dos Açores), que são as instituições que representam as IPSS, portanto, ouvimos a URMA e a URIPSSA.

Deputada Inês Sá (PS): A URMA não tem creches.

Deputada Marta Matos (PS): E o que é que disseram as IPSS que têm creches?

A Oradora: Muito bem, Sra. Deputada Inês Sá, mas ouvimos e pedimos para ouvir a URMA. A URMA não tem creche, mas deu a sua opinião. Portanto, foram ouvidas em sede de comissão e manifestaram alguma oposição à formalização contratual com as amas, estas duas instituições que representam as IPSS.

Por exemplo, só relembrando o que está no relatório: segundo a URIPSSA, embora a integração das amas possa parecer uma boa solução à primeira vista, foi dito por São João Canedo, Presidente do URIPSSA, ela traz consigo desafios muito complexos. Por exemplo, do ponto de vista das instituições, a integração das amas nos quadros das IPSS como trabalhadoras contratadas envolve desafios legais e financeiros e pode comprometer a sustentabilidade das IPSS. Esta integração deve ser abordada num acordo coletivo de trabalho que inclua todos os detalhes sobre horas trabalhadas, condições específicas e o suporte financeiro necessário para a implementação da proposta.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Bem lembrado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: E também destacou as responsabilidades acrescidas no âmbito da gestão. A URMA disse, e muito bem, que reconhece as virtualidades destas propostas, mas defendeu que as Misericórdias não têm, atualmente, capacidade de resposta para serem entidades enquadradoras de creches familiares.

E vamos mais à frente, as restantes audições realizadas, bem como pareceres escritos, demonstraram uma preocupação com a situação laboral das amas, todas demonstraram esta preocupação, contudo apontam ter em conta uma possível implementação daquilo

que está proposto, pensar muito bem no que se está aqui a fazer. A UGT (União Geral de Trabalhadores, por exemplo, apontou algumas inconsistências em relação à limitação desta situação, realçou a importância de assegurar um regime claro e previsível para os trabalhadores e empregadores, viu os dois lados? É muito importante ver os dois lados.

Por exemplo, o Dr. Fernando Diogo, na sua audição, reforçou que a legislação não deve ser imposta sem considerar os recursos necessários para a sua implementação. Disse, e muito bem, que não deve ser imposta, portanto, sempre garantindo a supervisão e a formação contínua das amas.

A CGTP (Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses) disse que se deve aplicar na Região a solução aplicada às amas em Portugal continental; a Prof. Dra. Ana Cristina Palos, que também foi ouvida, disse que se ter um reforço na supervisão, na formação formativa e de acompanhamento; o Sr. Deputado António Lima falou, e falou muito bem, nos pareceres favoráveis, mas também nos compete falar nos pareceres desfavoráveis, porque nem todos foram favoráveis.

Portanto, o parecer do Lar Mãe de Deus foi desfavorável. O responsável do Lar Mãe de Deus deu parecer desfavorável à iniciativa, apresentando considerações relativamente às obrigações para as amas, entidades previstas no Código do Trabalho, nomeadamente, a preocupação com o controlo exigido à entidade patronal. Portanto, o Lar Mãe de Deus, que é uma entidade enquadradora, deu um parecer desfavorável.

Parceiros favoráveis? Pois, muito bem, o Sr. Deputado António Lima referiu, a CASA (Centro de Apoio Social e Acolhimento), o Lar das Criancinhas e o Porto Judeu. Mas os pareceres, apesar de podermos considerar favoráveis, apresentaram sugestões e considerações a ter em conta nos projetos, portanto, não foi: amém, concordamos com isso tudo. Apresentaram sugestões.

Deputado João Vasco Costa (PS): E a senhora concorda?

A Oradora: Ainda no âmbito das audições, a Sra. Secretária informou, e muito bem, que o valor padrão por criança será atualizado este ano, de 408,43 para 428 euros. E

também estimou um impacto financeiro superior a 300 mil euros, que não está contemplado no Orçamento da Região.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Por isso só entra no próximo Orçamento.

A Oradora: Portanto, na última audição, a Sra. Secretária disse, e muito bem, que há uma preocupação de atualizar o valor padrão.

A Sra. Secretária reafirmou, na audição — qualquer um de nós e qualquer açoriano pode ver no vídeo — a abertura deste Governo Regional de coligação para colaborar, desde que haja vontade das partes. E reforçou que qualquer alteração ao modelo exige uma ponderação técnica, jurídica e financeira. Portanto, não é mudar por mudar, há que ponderar.

Como costumo acabar, e acabo sempre, estamos aqui a trabalhar para os açorianos, todos juntos podemos construir uma sociedade mais justa, mais inclusiva e mais solidária.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá** (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não posso deixar de começar esta minha intervenção por saudar aquela que foi a intervenção da Sra. Secretária, por considerar que, de facto, foi a intervenção mais lúcida e que mais corresponde com a realidade. Agradeço a ajuda, Sra. Secretária, porque, de facto, as nossas linhas estão na mesma orientação, e estou em crer que isto

é uma preocupação que partilha com o Partido Socialista.

Não obstante, gostava de fazer aqui dois ou três comentários. O primeiro comentário tem a ver com aquilo que se prende com a precariedade laboral e com os recibos verdes. Eu não posso deixar de ficar espantada que ainda haja quem pense que, através de recibo verde, que é permitido, quando lhes é pedido e solicitado que trabalhem 11 horas, as pessoas entendam que isto é uma benesse para qualquer Governo, porque assim não pagam horas extras.

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ninguém disse isso!

A Oradora: Eu não concebo este pensamento, isto é só surreal.

Apartes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Estas amas fazem 11 horas por dia e não recebem uma única hora extra. E logo à partida, só por aqui, é inconcebível! Nenhum Deputado desta Casa pode corroborar com isto! É inconcebível!

Como é que pagamos as horas extras? Vamos pensar… Aliás, é mentira aquilo que foi dito nesta Casa ao longo deste debate, quando dizem que, nas IPSS, ninguém se preocupou, ninguém fez e aconteceu, porque, se lessem a iniciativa do Partido Socialista e os considerandos dela, inclusivamente o último ponto resolutivo, é bem explícito que nós, ao apresentarmos esta iniciativa, com a responsabilidade que nos é devida, dissemos que, no artigo 4.º, na norma transitória, ponto 2, "os contratos de cooperação celebrados ao abrigo do artigo 44.º devem ser revistos em conformidade com as alterações introduzidas pelo presente diploma". Obviamente que ninguém vai exigir ou mandatar, a nível de lei, as IPSS de coisa nenhuma sem lhes dar a devida compensação financeira! Isto é evidente, nem nos passa pela cabeça que fosse de outra forma! Portanto, isso não é argumento, até porque a URMA, é verdade, a URIPSSA, é verdade, mostraram as suas preocupações, que não foram aqui faladas, mas, se calhar,

devia fazer-nos pensar a todos, nomeadamente a falta de educadores, a falta de pessoal… Tudo isso é verdade, estivemos todos na mesma comissão. Eu penso que o Deputado Nuno Barata não esteve bem nesta comissão, mas as restantes pessoas que intervieram estiveram nesta comissão e todos partilhamos destas preocupações. Ninguém solicitou a estas instituições que o fizesse sem receber nada. Ninguém ia impor, obviamente, coisa nenhuma, que aumentassem a sua despesa se não houvesse a devida compensação financeira, que tem de haver e acompanhar naturalmente esta iniciativa.

Por outro lado, gostava, aqui, de relembrar que, neste momento, temos 43 amas nos Açores. Não obstante, no final de 2023, em lista de espera, tínhamos 483 crianças. Ora, as creches, não as vejo aí a surgir como cogumelos. Calculo que estão, hoje, em fase de evolução e em obra, mas não nascem como cogumelos. Mas se puséssemos os edifícios de parte, para conseguirmos corresponder e ter vaga para todas as crianças de igual forma, nós precisávamos de mais de 120 amas. Portanto, o argumento, uma vez mais, de que a ama vai ficar sem as crianças é completamente extemporâneo e não se adequa aqui.

E mesmo que fosse verdade, uma ama que tem quatro crianças, ou uma educadora que dentro de uma creche deixa de ter crianças, das duas, uma: ou é requalificada e vai exercer outras funções dentro da sua instituição, ou, de facto, vai-se embora, como acontece no mundo empresarial todos os dias, com a devida compensação.

A questão que se põe aqui é: se ficar sem crianças, o que é que vai acontecer a esta ama? A ama vai ficar sem crianças e sem compensação, vai ser mais uma para o número do desemprego.

Aquilo que nós estamos a defender é que a ama tenha um contrato de trabalho que lhe permita pelo menos esta segurança, que no dia em que fique sem crianças… A IPSS vai ficar sobrecarregada? Como qualquer empresa que tem funcionários fica sobrecarregada quando um funcionário tem de ir embora. Não há outra forma. E isto também é o liberalismo, Sr. Deputado Nuno Barata.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O PS agora é liberal?

A Oradora: Uma empresa privada que tem de mandar um funcionário embora porque não fatura o suficiente, tem de levar a devida compensação. A ama não tem de ser excluída, não é diferente e não é a ovelha negra das profissões.

Por outro lado, disse a Sra. Secretária, em sede de comissão, e repetiu, hoje, aqui — e uma vez mais, subscrevo ao que a Sra. Secretária disse —, que a atividade de ama não é atrativa. Acrescentou dizendo que não tem havido procura para a profissão de ama. Porque será que não tem havido procura? Então, se não tem havido procura, o que vamos nós fazer? Nada? Nós não vamos fazer nada, porque a lei é difícil, tem desafios, é muito complicado e apresenta muitas condicionantes. Não! Nós estamos aqui da mesma forma, em conjunto, vamos trabalhar, sim. Façam propostas de alteração. Porque é que esta proposta não vos corresponde? Expliquem às amas porque é que esta proposta não corresponde ao pretendido! Isto é que trabalhar em conjunto, não é, pura e simplesmente, descartar com argumentos que não colhem e que são facilmente desconstruídos. Vamos trabalhar todos em conjunto.

Outra situação que gostaria de trazer aqui é: não podemos dizer, por um lado, como alguém muito próximo dizia, uma ex-Deputada desta Casa: "Beberem vinho e comerem uvas." A gente tem de escolher exatamente aquilo que pretende, porque não podemos todos dizer que é muito digno, cá temos de tornar a ama atrativa e que as amas são fundamentais e indispensáveis. E no fim, o que é que fazemos? Um recibo verde. Cumpra 11 horas, leva um recibo verde, 50 euros para a alimentação e mais 30 euros para despesas correntes. Isto não é coerência! Isto não é sermos justos! Isto não é uma sociedade que nós queremos para os nossos filhos!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Sr. Deputado Nuno Barata, mais legislação? Não, estamos a rever um diploma que já existe! Qual mais legislação? Sr. Deputado, eu convido-o a vir mais vezes à Comissão

de Assuntos Sociais, garanto-lhe que é bem recebido e que nós gostamos sempre de o ter.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Gostaria só de dar nota de algumas coisas que foram aqui ditas, nomeadamente, pelo Sr. Deputado Nuno Barata, que não correspondem à verdade. Na realidade, não existem 84 amas em atividade, mas sim 42. E também gostaria de dar nota que o valor padrão tem sido anualmente revisto. Portanto, o Governo está, naturalmente, disposto a continuar a aumentar. Se em 2020, na modalidade de amas, o valor padrão correspondia a 328,80 euros; em 2024, este valor situou-se nos 408,43 euros. Portanto, anualmente, o valor padrão tem sido revisto e, naturalmente, será revisto também ao longo deste ano.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Em relação àquilo que foi dito pela Sra. Deputada Inês Sá, ainda bem que aquilo que nesta fase do debate a preocupa é também aquilo que preocupa o Governo Regional, reconhecemos que alguma coisa tem de ser feita. Mas, Sra. Deputada, tenho de relembrar-lhe o seguinte: o modelo que está em vigor foi um modelo votado nesta Casa no dia 13 de julho de 2016, apresentado pelo Partido Socialista, com votos contra do PSD, que manteve a sua coerência.

Deputada Marta Matos (PS): E 9 anos depois?

A Oradora: Portanto, se em 2016 a modalidade de prestação de serviços era aquilo que garantia a liberdade contratual com IPSS, parece que agora, ao fim de 9 anos, para o Partido Socialista, isso já não é importante. E aquilo que o Partido Socialista quer é impor à instituição que se realize um contrato de trabalho com aquela ama em específico, algo que, para o Governo Regional, não é, de todo, o mais desejável.

E vamos só revisitar o aconteceu a nível nacional, quando o Partido Socialista, em 2022, propôs também que fosse feita a conversão destes contratos…

Deputado José Miguel Toste (PS): E bem.

A Oradora: … para que as amas em prestações de serviço fossem convertidas em contratos de trabalho permanentes, algo que, infelizmente, ao fim de 2 anos, continua sem ser implementado.

Deputada Inês Sá (PS): Ilegalmente.

A Oradora: Ou seja, na altura, uma Ministra do Partido Socialista, a Dra. Ana Mendes Godinho, impôs às instituições que fosse feito…

Deputado António Lima (BE): Não impôs.

A Oradora: … que fosse feito um contrato de trabalho com as amas, que auferissem um vencimento mensal de cerca de 1200 euros, algo que deixou a CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) muito insatisfeita.

Deputado António Lima (BE): Não é verdade, 913… aliás, 800.

A Oradora: É, sim, verdade, tenho aqui as notícias.

Tenho aqui as notícias que deixou muito insatisfeita e que levou a que, entre 1 de janeiro de 2023 e 22 de outubro 2023, nada tivesse sido concretizado neste âmbito. Portanto, o modelo de impor esta esta medida não funcionou a nível nacional. Tem dado passos quando a própria CNIS decidiu tomar conta do processo e negociar com uma frente sindical para que houvesse uma redução do vencimento e para que, paulatinamente, fossem introduzidas. Mas essa não é uma tarefa do Governo Regional, essa alteração pode e teve de deve ser feita à margem, naturalmente, com negociações nas quais o Governo Regional não tem qualquer tipo de intervenção e terá de respeitar

aquilo que for decidido. A nossa intervenção neste caso prende-se, única e exclusivamente, com aquilo que é o valor padrão que é atribuído e que serve de financiamento para esta resposta.

Portanto, a lógica da imposição é algo, claramente, que nos diferencia, reconhecendo-se, sim, que é preciso alterar o modelo de financiamento, a forma como este modelo funciona, porque queremos manter as amas que estão em atividade e queremos, naturalmente, captar mais para esta profissão, porque, efetivamente, temos um problema de listas de espera que temos de resolver.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente àquilo que foi dito pela Sra. Deputada Inês Sá, que expliquem às amas a vossa posição e que estão contra esta iniciativa, o que eu acho que é preciso explicar às amas é: porque é que, antes, a solução encontrada, que é a solução que está implementada, era um diploma consistente, que ficavam todos a ganhar, que robustecia a rede de amas, e agora já não é assim?

Depois, esta matéria que estamos agora a discutir não é uma matéria nova, foi levantada em 2016, relativamente à precariedade laboral. E o que diziam era: "Com esta opção não só se reforça a rede de amas, alargando o leque de oferta às famílias, como se estimula por esta via a criação do autoemprego." Mas a questão que lhe pergunto é: o Partido Socialista entende que não é importante a promoção do autoemprego?

Deputado Nuno Barata (IL): Deixou de ser liberal!

A Oradora: Esta medida vai promover este autoemprego e que isso é importante para a Região e para esta atividade? Porque era isso que diziam em 2016, e basta ler o diário das sessões.

Deputado Nuno Barata (IL): O Deputado Vasco Cordeiro era mais liberal, agora é socialista!

A Oradora: Mas, quer ao Bloco de Esquerda de então, mas também ao PCP, em relação à precariedade laboral, respondia o Governo assim: "Porque é que se estabelecem estes aspetos nestes termos? Porque estamos perante uma matéria correspondente a direitos, liberdades e garantias, perante a qual esta Assembleia e a Região não têm competência legislativa. Nós estamos é, sim, a promover o autoemprego e mais uma forma de exercício desta profissão, para além da enquadrada em creche familiar." E, portanto, parece-me que quem tem de explicar às amas é essencialmente o Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Curiosamente, quem disse isso não está na sala.

A Oradora: Porque, da nossa parte, nós mantemos a nossa posição, que até votamos a favor, em 2016, dessa iniciativa. Por isso, quem tem de explicar, Sra. Deputada, não é esta bancada, mas, sim, a bancada do Partido Socialista.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputado Nuno Barata (IL): O Deputado Vasco Cordeiro era mais liberal, agora é socialista mesmo!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá** (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras.

e Srs. Membros do Governo:

É fácil de explicar, fossem todas as provas da minha vida assim: o Partido Socialista, em 2016, tinha uma realidade certamente bastante diferente daquela que tem agora. E, felizmente, o Partido Socialista avança também. Em 2025, passados praticamente 9 anos, perante o contexto atual, tem um entendimento diferente.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Porquê? Qual é o contexto atual?

A Oradora: Nós não temos de defender sempre o mesmo. Eu não vou defender aqui uma medida que foi feita em 2016, porque o mundo hoje é completamente diferente. Por amor de Deus, isso, para mim, é injustificável.

E acho piada a essa autodefesa. Ainda há pouco, alguém dizia: porque vocês estão a acusar o Governo de coligação de que não fez nada pelas amas. Não se defendam de um ataque que não houve. Ninguém fez este ataque aqui, ninguém disse isto.

Relativamente ao que a Sra. Secretária disse, não é que a República me sirva de exemplo, ou que eu ache que a Região tenha de ver na República exemplo para aquilo que fazemos, até acho o contrário, acho que a Região se deve sempre adiantar, mas isto é a minha opinião.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não é exemplo, são experiências falhadas!

A Oradora: E em relação àquilo que disse, Sra. Secretária, apenas para repor a verdade: isto não foi uma posição. O que houve na República foi, sim, um acordo entre a Associação dos Profissionais do Regime de Amas, a CNIS, que a Sra. Secretária também falou, a Secretária de Estado da Ação Social e Inclusão, relativamente à situação das amas. E é triste. Sabe o que é que é triste? De facto, isto foi legislado no nosso Portugal, foi legislado e não foi maioritariamente cumprido, ou seja, ainda há muito trabalho para fazer.

O facto de o Governo da República estar em incumprimento, a mim, diz-me pouco.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Não devia dizer, é o seu Governo!

A Oradora: Importa-me, neste caso, neste momento, aqui, o Governo dos Açores e as amas que aqui prestam serviço.

Por fim, o que é que o PS dizia? Por amor de Deus, isso interessa pouco às amas, que estão lá em casa a olhar para nós e a ver-nos, o que é que o PS dizia na altura. O que o PS diz hoje é exatamente aquilo que está nesta proposta. E tenho a certeza, Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, que a Sra. Deputada também o diz, mas, por condicionantes outras, não o quer dizer. Mas que o diz e defende, eu acredito que sim. Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava, muito sinceramente, tendo em conta as discordâncias dos partidos da coligação, também da Iniciativa Liberal, do CHEGA e do Governo…

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Chama-se democracia.

O Orador: … relativamente a estas propostas, relativamente à conversão em contratos de trabalho de perguntar: qual é a alternativa que têm a apresentar às amas? Não basta dizer que elas são importantes, que o seu trabalho é importante, que é preciso melhorar as condições de trabalho, até porque é preciso dar resposta à procura por lugares em creche ou em ama e que as condições não são atrativas a que mais pessoas, mais trabalhadoras venham para esta profissão, mas, depois, não se digam o que é que se quer fazer. Estas propostas não servem, mas o que é que é necessário fazer? Eu gostava de saber, sinceramente.

Para além da questão do contrato de trabalho, podem ser feitas muitas coisas. Agora, a questão da estabilidade do vínculo é algo muito simples e extremamente justo. Aliás,

este debate já vem de há muito tempo, não aqui nos Açores, mas a nível nacional. E ainda bem que puxaram este assunto. A nível nacional, no continente, existiam duas amas que "trabalhavam", que prestavam serviço a recibos verdes a duas entidades diferentes ou pelo menos a dois grupos de entidades diferentes: uma à Segurança Social diretamente, e outra a IPSS e Misericórdias integradas em creche familiar. As amas que prestavam serviço diretamente à Segurança Social, ou seja, passavam recibo ao Instituto de Segurança Social, foram integradas nos quadros da Administração Pública, porque essa era a sua entidade patronal, através do programa de regularização de trabalhadores precários, numa luta que o Bloco de Esquerda se orgulha muito de ter feito; as amas que estavam nas IPSS e nas Misericórdias, ou seja, no setor privado, ao abrigo do acordos de cooperação, tiveram uma solução diferente, que não envolveu nenhuma imposição, mas, naturalmente, depois, teve tradução em lei ou em regulamentação, mas um acordo que envolveu o Ministério, envolveu as entidades em questão, que previa, na sua cláusula sexta, no memorando de entendimento entre o Ministério do Trabalho e Segurança Social e o setor social e solidário, por exemplo, a aprovação de um mecanismo financeiro para a contratação sem termo das profissionais que prestam serviço às instituições do setor social e solidário, no âmbito da resposta com vista à conversão de contratos e apoios à contratação sem termo.

Ora, para além daquilo a que chamam a imposição, que é, na verdade, legalizar aquilo que está irregular, que é a conversão dos contratos, nada impede o Governo de negociar com as instituições, seja individualmente, seja através das instituições que as representam, um acordo nesse sentido, nada impede.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): E não é preciso ser um DLR!

O Orador: É preciso um DLR, porque o DLR prevê uma situação que é ilegal, que é a manutenção de contratos de prestação de serviços que são totalmente irregulares. Por isso é que a alteração da legislação é fundamental, mas não invalida a possibilidade de negociação.

E aquilo que pergunto, associando esta pergunta à anterior, é: o que é que o Governo acha que deve ser feito? Se acha que deve ser feito alguma coisa, o que é que o Governo irá negociar? Ou irá impor?

Deputado João Vasco Costa (PS): Não vai negociar, vai ficar tudo assim!

O Orador: Nós gostávamos de saber. Esta solução não serve? Nós estamos disponíveis para que esta proposta, no caso do Bloco de Esquerda, até não seja votada agora se o Governo assumir que apresenta alguma coisa, aqui, para que elas sejam debatidas em conjunto, para que se resolva o problema destas trabalhadoras. Agora, dizer que a solução não é boa e nada apresentar em alternativa, deixando tudo como está, de certeza que não é a melhor solução.

Estas trabalhadoras não têm liberdade de trabalho, não podem escolher a sua entidade patronal, não podem definir o seu preço do trabalho-hora.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): O drama!

O Orador: Isso é uma falácia, é uma mentira. E é preciso dizê-lo com todas as palavras. Não há liberdade nenhuma. O que há é uma imposição pela lei da ilegalidade e da precariedade. E isso é inadmissível!

Por isso, se é para valorizar quem trabalha e quem presta esse serviço, vamos então encontrar uma solução que seja consensual. Ou o Governo não está disponível para isso?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras** (CDS-PP): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Inês Sá, que o entendimento do Partido Socialista tenha mudado, percebo perfeitamente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Todos percebemos!

A Oradora: Agora, aqui, a questão não é essa. A questão que a senhora ainda não conseguiu explicar é o que é que mudou para que, em 2016, relativamente aos direitos,

liberdades e garantias, perante os quais esta Assembleia e a Região não tinham competência legislativa, para, agora, quer a Assembleia, quer a Região, terem essa competência legislativa. É essa questão que a senhora ainda não conseguiu responder. Parece que existiu uma alteração para esta mudança de posição do Partido Socialista.

A verdade é que todos nós podíamos surgir aqui e afirmar aquilo que algumas amas têm reivindicado e pretendiam que fosse implementado, é certo, mas também é certo que, na coerência que deve ter o debate parlamentar, se existia uma incapacidade por parte desta Assembleia e por parte da Região em combater e em colmatar esta situação que foi levantada no debate, porque até poderia não ter surgido esta questão no debate de 2016, mas surgiu…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Vamos testar os limites, como diz a coligação!

A Oradora: Se isto era uma forma de o Governo de então não poder ultrapassar esta questão que tinha sido levantada por esta Casa, qual foi a alteração legislativa que, hoje, permite ao Partido Socialista dizer que esta Assembleia e a Região podem legislar sobre essa matéria, quando então não era possível?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional da Saúde e Segurança Social, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Mais uma vez, para repor aqui a verdade. Foi dito que as amas, a nível nacional, tinham sido absorvidas pelo Instituto da Segurança Social. E eu gostava de repor a verdade dizendo que elas não são trabalhadoras da Segurança Social, são, sim, acompanhadas,

que são coisas diferentes.

Em relação àquilo que foi dito, eu gostaria só de relembrar que percebemos a divergência e a demarcação da Sra. Deputada Inês Sá com o Governo Socialista de 2022, que implementou ou impôs este regime, mas, sinceramente, Sra. Deputada, a pergunto que deixo no ar é: se o regime a nível nacional era assim tão bom, porque é que o Governo do Partido Socialista não transpôs para a Região na altura?

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Em 2022, quem é que governava?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Inês Sá, que nós tenhamos visões diferentes em termos de soluções, aceito, é uma questão ideológica; dizer que nós não apresentámos alternativas, já não aceito.

Deputado Carlos Silva (PS): Nesta proposta.

A Oradora: Nós não podemos subscrever esta proposta, porque defendemos a prestação de serviços.

Aqui, o que concordamos é: não é 914 que paga esta prestação de serviços. Depois de deduzir à Segurança Social, as restrições de imposto, claro que não fica uma remuneração apelativa, claro que não há adesão de pessoas interessadas na atividade de ama.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Então proponha uma alteração!

A Oradora: Esta atividade deveria ser remunerada como uma atividade liberal, ou seja, devíamos estar a falar aqui do dobro de valor, pelo menos de 2 mil euros, que daria para pagar à Segurança Social e daria para financiar os próprios investimentos nos seus espaços, em vez de ficar dependente das transferências das IPSS. Aqui, nós diferimos, é isso que nós defendemos. Agora, dizer que nós não apresentamos solução… Não podemos é subscrever a vossa, porque aponta para trabalho dependente, e nós defendemos o trabalho independente.

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma interpelação, tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu vou fazer chegar à Mesa o Despacho n.º 5894-A/2019 como exemplo, haveria outros, mas foi aquele que mais rapidamente consegui, que diz o seguinte: "Tendo em consideração o disposto no n.º 1 do artigo 41.º do referido decreto-lei, as amas enquadradas nos planos técnico e financeiro pelo Instituto da Segurança Social ficaram inicialmente abrangidas por um regime transitório, tendo, no âmbito do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública, vindo a operar-se a integração de tais amas nos quadros do Instituto da Segurança Social [instituto público]." E cito para referir que aquilo que tinha dito relativamente à integração de ama, no continente, no Instituto de Segurança Social, é verdade, está legislado, amplamente noticiado. E tendo a Sra. Secretária dito que era mentira, vou distribuir para que fique comprovado que absolutamente verdade.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Assim que a Mesa rececionar, fá-lo-á distribuir pelas Sras. e Srs. Deputados.

Para uma interpelação, tem a palavra a Sra. Secretária Regional, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Saúde e Segurança Social** (Mónica Seidi): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para, na sequência daquela que foi a interpelação feita pelo Sr. Deputado António Lima, também vou fazer chegar à Mesa o guia prático de apoios sociais na infância, nomeadamente da atividade de ama, que é elaborado pelo Instituto de Segurança Social, que comprova aquilo que eu disse.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado José Toste, faça favor, tem a palavra.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor vai ler o documento e vai descobrir.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Ao longo do debate, tem havido aqui um conjunto de objeções, sendo certo que aquele que é o mínimo denominador comum em relação às objeções aqui apresentadas prende-se principalmente com este regime proposto, de ser ou não um regime de adesão voluntária. E seria este, no fundo, o grande obstáculo. Nós estamos aqui a discutir uma alteração a uma legislação que, neste momento, impõe um regime, ou seja, impõe o regime de contrato de prestação de serviços. E se alguma das IPSS que neste momento tem uma creche familiar, por exemplo, tivesse a intenção de celebrar um contrato de trabalho, estaria impedida em virtude da norma legal que neste momento nos diz que as amas integradas em creches familiares têm de ser vinculados através de um contrato de prestação de serviços.

Todos nós já reconhecemos que isto pode ser um problema. Todos nós já reconhecemos que é necessário tornar esta profissão mais atrativa. Portanto, nós entendemos que deste debate deverá pelo menos sair uma solução, se não esta que se encontra proposta pelo

Partido Socialista, pelo menos algo que, no fundo, traga maior estabilidade às amas e uma maior valorização.

E é neste sentido — porque acho que estes debates nesta Assembleia têm um propósito, o propósito de nós todos melhorarmos aquilo que é aqui proposto e a legislação — que o Partido Socialista entende, neste momento, trazer à Câmara uma proposta, no fundo, para colher aquelas que são as sensibilidades dos vários grupos parlamentares aqui representados.

A questão que faço muito diretamente é no sentido de saber se o regime de contrato de trabalho fosse um regime opcional para cada uma das IPSS, aliás, para cada uma das IPSS que deram já um parecer favorável, se fosse por opção dessas IPSS poderem celebrar um contrato de trabalho com cada uma das amas que assim o entendessem celebrar, se uma proposta neste sentido mereceria o apoio desta Câmara. Porque nós entendemos que de nada serve propor para, no final do dia, isto ser totalmente rejeitado e, no final do dia, não melhorarmos a vida das amas, não melhorarmos a vida das IPSS.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu andei aqui tantos anos a levar com eles… Isso chama-se democracia, Sr. Deputado!

O Orador: Perante aquilo que é a democracia, é importante saber se, da parte do Governo Regional e da parte dos partidos que já comunicaram um voto contra esta iniciativa, se fosse aberta a possibilidade, a opção de as IPSS poderem escolher entre celebrarem contrato de trabalho e prestação de serviços, se haveria abertura a uma proposta de alteração neste sentido.

Disse.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Nídia Inácio, faça favor.

(*) **Deputada Nídia Inácio** (PSD): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Agora, e muito bem, o Sr. Deputado José Toste fez uma síntese de tudo o que se passou nesta Câmara.

Deputada Andreia Cardoso (PS): A síntese foi mal apreendida.

A Oradora: Eu só quero aqui referir que estava a ouvir atentamente. E o PS, arrastado pela competição à esquerda, provocada pelo BE, entende agora que a liberdade contratual da IPSS, neste momento, já não é importante, quando há 9 anos achava essencial e a defendia, tal como nós, tal como o CDS-PP e tal como o PPM fizeram, pois votaram favoravelmente à iniciativa legislativa do Governo Regional, este decreto legislativo regional.

Portanto, ontem, como hoje, o Governo Regional, o PSD, o CDS-PP e o PPM defendem a liberdade contratual das IPSS, na sua relação com as amas, a qual é essencial para o adequado funcionamento deste modelo e menos intrusiva na vida das IPSS. As IPSS são livres. Sendo adotada, repita-se também isso a nível nacional.

Agora, o regime atual permite a liberdade de exercício da atividade. Agora, só para a gente recordar aquilo que se passou em 2016, a ver se alguém se lembra desta expressão: o regime atual, que é o regime que nós estamos aqui a trabalhar, o Decreto Legislativo Regional n.º 18, permite a liberdade de exercício da atividade de ama, sem dependência de uma relação laboral com terceiros.

Agora, alguém disse, em 2016, esta expressão, vou citar e a pessoa vai perceber quem é que disse: "Com esta opção, não só se reforça a rede de amas alargando o leque de oferta às famílias, como se estimula por esta via a criação de autoemprego."

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quem terá dito? Quem disse?

A Oradora: Portanto, alguém, em 2016, fez esta afirmação. E agora, 9 anos depois, já não é importante. A Sra. Deputada Andreia Cardoso já chegou lá, porque era Secretária Regional na altura. Portanto, foi uma expressão que disse, está nos registos da Assembleia Legislativa Regional.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Quem foi?

A Oradora: A Sra. Deputada Andreia Cardoso. Parecia-me que o Sr. Secretário queria que eu repetisse o que a Sra. Deputada tinha dito. Pode ser? "Com esta opção, não só se reforça a rede de amas alargando o leque de oferta às famílias, como se estimula por esta via a criação de autoemprego." Naquela altura, há 9 anos, pensava-se assim; agora, pensa-se de outra forma.

Termino, reforçando que o Governo da coligação PSD, CDS-PP, e PPM está disponível, …

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: … como sempre disse em audição, para trabalhar em conjunto com as amas, com a URIPSSA e com a URMA. Portanto, não se fechou.

Obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Toste, tem a palavra.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Sra. Deputada Nídia Inácio referiu aqui a liberdade contratual. E é sobre este princípio da liberdade contratual que apresentei a proposta fiz na minha anterior intervenção.

O que nós temos, neste momento, é um regime de amas onde a contratação é feita pelas amas diretamente com os pais, ao abrigo da prestação de serviços. Isto, sim, era aquilo a que a Sra. Deputada Andreia Cardoso, à época, referia como o autoemprego.

Depois, temos um outro regime, que é um regime diferenciado, que implica a relação da ama com a IPSS. Isto aí, seja em prestação de serviços, seja em contrato de trabalho, nada tem que ver com o autoemprego, porque existe sempre a mediação através da IPSS.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

O Orador: Mas a questão prende-se com a relação entre a ama e a IPSS. Neste momento, a liberdade contratual não está assegurada. Neste momento, a legislação o que prevê é que a relação contratual entre a ama e a IPSS se faz obrigatoriamente ao abrigo de um contrato de prestação de serviços. Se por sua iniciativa, por opção da IPSS, quisesse, no fundo, estabelecer um contrato de trabalho, não seria possível.

E eu acho que esta iniciativa pode-nos dar a oportunidade certa para alterarmos e para introduzirmos, tal como disse a Deputada Nídia Inácio, a tal liberdade contratual. Vamos dar margem de liberdade às IPSS para escolherem e para fazerem a opção se querem contratar com a ama através de um regime de prestação de serviços ou então através de um contrato de trabalho. E aí cada uma das IPSS ponderaria, via se o contrato de trabalho ou a prestação de serviços seria o mais adequado àquele serviço que estão a prestar aos seus clientes.

Portanto, sobre o signo da liberdade contratual, que é um valor que muito prezamos, a conclusão deverá ser necessariamente que devemos aproveitar esta iniciativa para alterar a lei, para abrir a porta a que as IPSS possam celebrar contratos de trabalho com as amas, caso esta seja a sua vontade, estabelecendo um regime voluntário, o que, no fundo, leva a que todas as objeções que foram colocadas durante este debate, naturalmente, tenham de ser repensadas por cada um dos grupos parlamentares. E o desafio que aqui deixo é que cada um dos grupos parlamentares e o Governo se pronuncie sobre esta possibilidade.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho estado aqui atentamente a ouvir este já longo debate sobre esta questão dos diplomas que estão aqui a ser avaliados, do Bloco de Esquerda e do Partido Socialista. E o facto de estarmos aqui a trabalhar sobre um diploma de 2016 trouxe-me à memória várias situações sobre esta questão das amas, das creches, das crianças, das famílias, das necessidades dos açorianos relativamente a esta matéria.

E depois destas intervenções do Sr. Deputado José Toste, de tentar aqui criar um anátema sobre os partidos da coligação ou aqueles que não concordam com a proposta do Partido Socialista relativamente: mas, porquê? Digam-nos o que é que pretendem, que nós alterámos…

Deputado José Miguel Toste (PS): Não disse nada disso.

Deputado António Lima (BE): Não foi bem assim.

O Orador: Eu começava por lhe dizer, Sr. Deputado, e ao Partido Socialista, que, primeiro que tudo, têm de se entender aí nessa segunda fila, entre o Sr. Deputado e a Sra. Deputada Inês Sá, porque o Sr. Deputado quer que a gente faça uma alteração, e a Sra. Deputada Inês Sá quer que a gente depois dê compensações. Desde logo, isso até cria aqui um problema com a lei travão, como o senhor sabe, que é podermos fazer alterações e, depois, obrigar o Governo a fazer compensações. Mas essa até é uma questão secundária. Os senhores têm de se entender, não sabem bem o que é que querem. E à medida que o debate vai decorrendo, o senhor vai empurrando para os outros uma responsabilidade que nós não temos.

Aquilo que me preocupa é esta hipocrisia socialista…

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: … de vir agora com algum arrependimento (o arrependimento é próprio

até desta época) sobre aquilo que fizeram no passado. Parece que o Partido Socialista entrou numa fase do: renuncias a 24 anos de Governo? Sim, renuncio.

Entraram nesta fase de comportamento, que já não sabemos muito bem o que é que o Partido Socialista pretende, até porque, na leitura deste diploma e na proposta de alteração do Partido Socialista, eu descobri uma coisa, pronto, que nos trouxe aqui até muito debate nos últimos tempos, que levou a acusações muitíssimo graves sobre intenções desta coligação, intenções deste Governo Regional, forma de lidar com a com as famílias, com as crianças e com aquilo que é a relação e as necessidades dos Açorianos relativamente às suas crianças, quer no aspeto das amas, quer no aspeto das creches, e fui ver a proposta de alteração do Partido Socialista mais em pormenor. O Partido Socialista altera aqui uns quantos artigos relativamente àquilo que pretende neste diploma, mas, curiosamente, ao contrário do Bloco de Esquerda, que nisso até teve alguma coerência, o Partido Socialista não olhou para o artigo 20.º, n.º 2, que diz o seguinte: "A ausência ou a impossibilidade, por parte dos pais ou de quem exerça responsabilidades parentais, de assegurar à criança os cuidados necessários constitui fator de prioridade na admissão de crianças em amas, integradas em creches familiar." Isto não vos lembra qualquer coisa do género de dar prioridade àqueles pais que trabalham e que não têm possibilidade de cuidar das suas crianças e têm de as entregar às creches ou às amas?

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Eu percebo que os senhores tiveram vergonha, ao contrário do Bloco de Esquerda, de mexer neste artigo, porque conhecem a realidade dos Açores e sabem perfeitamente as necessidades das famílias açorianas. Mas, por favor, este debate já vai longo demais e nós queremos, de uma vez por todas, denunciar a vossa hipocrisia e a forma como os senhores, de um momento para o outro, mudam de opinião consoante as conveniências,

eventualmente até as conveniências do momento.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

O Orador: Tenham alguma decência de saber aquilo que querem e de não mudar de opinião consoante estão nessa bancada ou noutra bancada.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor, tem a palavra.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Para defesa da honra.

Presidente: Tem a palavra para a defesa da honra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso** (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi acusado de hipocrisia e de falta de decência.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Isso é verdade, vocês têm falta de decência.

A Oradora: Gostaríamos de chamar a atenção para a desnecessidade da utilização deste tipo de adjetivação quanto àquilo que é uma proposta legítima do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

E defendo a honra do Partido Socialista dizendo aquilo que exatamente motivou o Partido Socialista a tomar esta iniciativa. Há uma necessidade evidente, Sr. Deputado João Bruto da Costa, de reforçar a resposta em creche. Essa necessidade decorre de um conjunto de fatores que já foram elencados pela Sra. Deputada Inês Sá, nomeadamente a entrada das mulheres no mercado de trabalho…

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Só agora é que entraram no mercado de trabalho? Há mais mulheres empregadas, é verdade, isso deve-se a nós!

A Oradora: … a necessidade de apoiar estas crianças nos primeiros anos da sua vida, outras questões que se relacionam com a necessidade de reforçar o apoio às próprias crianças e ao seu desenvolvimento, reduzindo as desigualdades sociais. Este foi o aspeto principal que motivou o Partido Socialista a apresentar estas propostas: o superior interesse das crianças. Nada teve a ver com hipocrisia. Nada teve a ver com a falta de decência.

Em segundo lugar, Sr. Deputado João Bruto da Costa, 7 meses foi o tempo que teve o Grupo Parlamentar do PSD e os demais para apreciar esta iniciativa, Sr. Presidente. E 7 meses implica que todos tenhamos tido, naturalmente, oportunidade de formular opinião. E não basta vir aqui aplaudir a atividade das amas, dizer que é muito importante, e simplesmente demitirmo-nos de apresentar soluções.

Nada disto, Sr. Deputado João Bruto da Costa, é hipocrisia ou falta de decência.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, nós o que apresentámos aqui foi uma solução concreta. E essa solução implica, naturalmente, a rotura com aquilo que defendemos no passado, mas não temos problema nenhum em evoluir na nossa opinião e em evoluir nas soluções.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Mas está errado, continua a ser um erro!

A Oradora: Eu acho muito interessante que aqueles que, num passado muito recente, disseram que era importante esta Assembleia testar os limites da autonomia noutras iniciativas; hoje, Sr. Presidente, testar os limites da nossa autonomia chama-se hipocrisia e falta decência.

A Sra. Deputada Inês Sá, na sua primeira intervenção, fez questão, Sr. Presidente, de dizer que o superior interesse das crianças implicava que todos nos detivéssemos com aquilo que era verdadeiramente importante, que era encontrarmos uma solução concreta que tornasse esta atividade efetivamente mais atrativa. E foi isso que o Partido Socialista aqui trouxe, condições para tornar esta atividade mais atrativa.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: Diz o Sr. Deputado João Bruto da Costa que este debate já vai ao longo demais.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eu não disse demais. Vou ter de defender a minha honra.

A Oradora: Sr. Deputado João Bruto da Costa, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista…

Presidente: Sra. Deputada, tem de terminar, se faz favor.

A Oradora: … voltará a este tema sempre que necessário, nem que para isso tenha de apresentar de novo esta proposta ou outra melhorada.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para dar explicações, tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estava a ouvir-me atentamente a Sra. Deputada Andreia Cardoso e a tentar procurar sobre o que é que eu tenho de dar explicações. Eu não tendo o motivo.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Tivesse ficado calado, prescinda!

O Orador: Se a senhora acha que demostrar a vossa hipocrisia em relação a uma matéria que os senhores defenderam aqui, com unhas e dentes, há alguns anos, que aprovaram na força também da vossa maioria absoluta durante largos anos, que, inclusivamente, perante citações que a minha colega já fez de V. Exa., demonstrou que que o Partido Socialista está completamente aos ziguezagues em relação àquilo que são matérias importantes para os Açorianos, apenas e só para tentar demonstrar que estão solidários com alguém, com alguma classe profissional ou com algum assunto,

quando sabem perfeitamente que aquilo que estão a propor e que aquilo que o Sr. Deputado António Toste… José Toste (se calhar, o António Toste estava cá na altura, em 2016, por isso é que troquei o nome, não é preciso fazer defesa de honra por causa disso), mas, por causa daquilo que foi dito pelo Sr. Deputado José Toste e que, de facto, revela hipocrisia e pouca decência política, naturalmente, relativamente a um debate parlamentar que já vai longo — não disse demais…

Deputada Andreia Cardoso (PS): Disse: longo demais.

O Orador: … que já vai longo, é uma realidade, o debate já começou há umas horas —, aquilo que eu disse foi que o Partido Socialista se comporta de uma forma hipócrita, porque, primeiro, diz que renuncia a um passado que acha que evoluiu, melhorou ou que os tempos e as coisas mudaram, mas, ao mesmo tempo, andaram, durante meses a fio, a tentar criar um epíteto sobre esta coligação, este Governo e este Parlamento por termos aprovado legislação que ia ao encontro daquilo que os senhores já tinham aprovado e que ficou demonstrado que os senhores nem agora pretendem alterar, porque reconhecem a coerência, a verdade e a necessidade de esta legislação ter esta formatação, motivo pelo qual disse que o Partido Socialista, não a senhora, estava a ser hipócrita. E quando me refiro ao Partido Socialista, naturalmente, não é um ataque à honra do Partido Socialista, é uma conotação política relativamente àquilo que os senhores disseram no passado, já disseram hoje e até já contrariaram, hoje, aquilo que disseram, porque estão aí a pedir: por favor, digam-nos o que é que querem que a gente altere, que nós alterámos.

No fundo, é isso que o Partido Socialista quer, para o que possamos dizer às amas que lhes resolvemos a vida e que elas vão ter aqui uma situação completamente nova.

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: Aliás, a verdade, Sra. Deputada, é que, não obstante aquilo que os senhores…

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar, se faz favor.

O Orador: … possam propor de alterações e não obstante aquilo que se possa eventualmente todos estarem de acordo, há aqui uma situação que tem que ver, naturalmente, também com as IPSS, com os contratos coletivos de trabalho e com aquilo que é a integração.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa, tem de terminar, se faz favor.

O Orador: Isso é muito mais trabalhoso e muito mais necessário em termos de negociação com o Governo, com as IPSS e com as amas.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Afinal é com o Governo?!

O Orador: E não passa por dizer de decreto, como a senhora fazia quando era Secretária Regional nesta governação do Partido Socialista, à qual agora renuncia, que é de pôr de cima para baixo aquilo que queria fazer.

Presidente: Sr. Deputado…

O Orador: Nós não trabalhamos assim, Sra. Deputada. E eu apenas quis demonstrar a vossa hipocrisia, a vossa falta de decência, quando querem fazer crer às pessoas uma coisa que sabem que é impossível concretizar e que apenas o fazem por manifesta vontade de tentar agradar e de tentar mostrar alguma vontade de resolver problemas que não vão resolver, tal como não resolveram no passado.

Muito obrigado.

Secretária Regional da Saúde e Segurança Social (Mónica Seidi): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo. Regressamos às 18 horas e 15 minutos.

Eram 17 horas e 44 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 19 minutos.

Sr. Deputado Carlos Silva, para uma interpelação, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Carlos Silva** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sr. Presidente, o Partido Socialista, entregou uma proposta de alteração. Obviamente, que ela ainda não foi distribuída, porque está a ser tramitada. E nós pedimos, por isso, um intervalo regimental de 30 minutos, para que possam analisá-la em conformidade.

Presidente: É regimental, está concedido. Regressamos à 18 horas e 50 minutos.

Eram 18 horas e 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 56 minutos.

A proposta deve estar a chegar aos vossos *e-mails*.

A Mesa não tem inscrições…

Sr. Deputado José Toste, faça favor.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

No seguimento daquelas que foram as minhas intervenções neste debate, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração à sua iniciativa, no sentido de possibilitar que as IPSS que pretendam celebrar contratos de trabalho com as amas que prestam serviço e trabalham no âmbito das creches familiares o possam fazer, dando e abrindo a possibilidade à escolha das IPSS de o fazerem

através de um contrato de prestação de serviços ou de o fazerem ao abrigo de um contrato individual de trabalho. No fundo, com esta proposta de alteração, que surge no seguimento daquele que foi o debate nesta Câmara e que demonstra que este debate é um debate responsável e consequente, o Partido Socialista apresenta a esta Câmara a sua proposta de alteração, no sentido de possibilitar que, hoje, no final deste debate, possamos dar uma resposta a um problema que todos sabemos existir e dar uma resposta às amas, àquelas que diariamente trabalham com as nossas crianças e para quem nós temos a obrigação de oferecer uma resposta condigna.
Disse.
Deputado Carlos Silva (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há inscrições.

Pausa.

Vamos então passar à votação.
Vamos votar na generalidade, em primeiro lugar, o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XIII, da autoria do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.
As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.
As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.
Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XIII foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, com 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.
Passamos então à votação na generalidade do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XIII, da autoria do Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretário: O Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XIII foi rejeitado com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, com 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Sr. Deputado António Lima, para uma declaração de voto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda votou favoravelmente ambos os projetos de decreto administrativo regional que pretendiam alterar o regime jurídico do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores. Essa aprovação que desejávamos e para a qual trabalhámos apresentando uma proposta a este Parlamento, garantiria a valorização real do trabalho destas mulheres trabalhadoras que, diariamente, cuidam e educam de centenas de crianças dos Açores, apoiando também, assim, as suas famílias. O seu trabalho é, reconhecidamente por todos, essencial para o desenvolvimento das crianças, para o seu bem-estar, para a sua segurança, para muitas famílias que delas dependem. Por isso, manter estas trabalhadoras na precariedade, com tudo o que isso implica ao nível da incerteza, da insegurança, dos custos acrescidos com a Segurança Social, com impostos, manter estas trabalhadoras na precariedade é uma tremenda injustiça, que se perde, hoje, neste Parlamento, a oportunidade de corrigir.

Nenhuma dificuldade apontada, mas nenhuma mesmo, justifica a precariedade permanente. As dificuldades existem em qualquer decisão que se toma. E quem governa ou quem legisla tem de estar cá para as superar. E era com esse objetivo que cá estávamos a apresentar e a encontrar soluções para superar as dificuldades.

Não termina aqui esta luta, este caminho, esta reivindicação e esta legítima aspiração destas trabalhadoras a terem algo tão simples como um contrato de trabalho. E, certamente, este assunto, desta forma ou de outra, voltará a este Parlamento pelas mãos

do Bloco de Esquerda, enquanto este assunto, estas mulheres, estas trabalhadoras não tiverem um contrato de trabalho, que é de direito. Não desistimos e estaremos sempre ao seu lado.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto, tem a palavra à Sra. Deputada Cecília Estácio. Faça favor Sra. Deputada.

(*) **Deputada Cecília Estácio** (PSD): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD votou contra estes projetos de DLR, hoje, aqui em apreciação, porque, primeiro, reconhece que muito já foi feito por este Governo de coligação na melhoria das condições das amas na Região Autónoma dos Açores, como foram aqui muitas delas enumeradas pela Sra. Secretária e pela Sra. Deputada Nídia Inácio.

Em segundo lugar, também reconhecemos, sem qualquer sombra de dúvida, a necessidade de melhorar as condições laborais das amas e de tornar esta atividade mais atrativa. Por isso, este Governo está disponível para melhorar estas condições através da negociação com a URMA e a URIPSSA, numa lógica de cooperação baseada em ponderação técnica, jurídica e financeira, não cabendo ao Governo Regional, através de decreto legislativo regional, impor a particulares uma determinada relação laboral. Isso seria desrespeitar a liberdade contratual de ambas as partes.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Hélia Cardoso, faça favor.

(*) **Deputada Hélia Cardoso** (CH): Obrigada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há uma questão de princípio que dividiu os proponentes desta proposta, passe o pleonasmo, e o CHEGA. Nós consideramos que a prestação de serviços é o que existe

atualmente, não trabalhadoras, não contratos de trabalho atípicos e forçados e falsos recibos verdes.

Consideramos, sim, que deveriam ser mais bem remunerados. Não se deve sempre nivelar por baixo em termos de rendimento. Está na altura de começar a elevar os rendimentos de quem presta serviços e de quem resolve problemas ao Governo Regional.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado José Toste.

(*) **Deputado José Miguel Toste** (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista trouxe, a esta Casa, uma iniciativa que visava corrigir um problema identificado, um problema que tem que ver com um conjunto de trabalhadoras a quem interessava resolver um problema, um problema que não surgiu ontem, que vem de trás e que se prende essencialmente com a não existência de liberdade no estabelecimento de vínculo por parte das IPSS.

A proposta do Partido Socialista visava principalmente possibilitar que as IPSS tivessem a opção de celebrar ou um contrato de prestação de serviços ou um contrato individual de trabalho. O que esta Câmara fez foi negar às IPSS esta possibilidade.

O Partido Socialista é um partido responsável e que traz propostas. E sempre que é necessário reverter as suas posições no passado, não o deixará de fazer. Aliás, sempre que for necessário adaptar as suas propostas nesta Câmara para que elas possam merecer uma maior aceitação, não o deixará de fazer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não foi o caso.

O Orador: O que se lamenta é que alguns tenham já a sua posição pré-definida e tenham uma posição.

Deputado Flávio Soares (PSD): Não se pode dirigir às outras bancadas!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso não é uma declaração de voto! Tem de falar é do seu voto, não do dos outros!

O Orador: Nós temos uma posição de defesa das amas dos Açores.

E o facto de esta Câmara ter desconsiderado em pleno uma possibilidade de compromisso que garantia sairmos daqui com uma solução para as amas e para os açorianos, é lamentável que assim o tenham feito e é lamentável que mantenham a mesma posição, mesmo perante propostas de alteração.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista, hoje, procurou sair daqui com uma solução, procurou adaptar a sua proposta para que lá fora as amas tivessem uma solução. Infelizmente, esta Câmara foi incapaz de estar à altura das trabalhadoras que aqui procuramos defender.

Disse.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais intervenções para declarações de voto.

Pausa.

Creio não existirem. Vamos então avançar.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, pede a palavra para…

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Uma interpelação, Sr. Presidente, para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Peço aos líderes e ao Sr. Secretário Regional que se abeirem.

Pausa.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, a Conferência de Líderes deliberou encerrar os nossos trabalhos por hoje.
Boa noite a todos, bom jantar e até amanhã.

Eram 19 horas e 9 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social Democrata (PSD)
Jaime Luís Melo **Vieira**
Márcia Fernanda Oliveira **Goulart**

Partido Socialista (PS)
João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Vasco Ilídio Alves **Cordeiro**

CDS-Partido Popular (CDS-PP)
Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira **Pinto**

Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS)
Sandra Micaela **Costa Dias**

Documentos entrados:

1- Projetos de Portaria:

Assunto: Visa a segunda alteração ao "Regulamento Específico da Área Temática Ação Climática e Sustentabilidade", aprovado em anexo à Portaria n.º 125/2024/1 de 1 de abril, alterado pela Portaria n.º 208/2024/1, de 13 de setembro, para o período de programação 2021-2027 - Audição n.º 36/XIII/1.ª - GR
Proveniência: Gabinete do Ministro Adjunto e da Coesão Territorial
Data de Entrada: 2025 - 04 - 01
Comissão: Economia
Data-Limite de Parecer: 2025 - 04 – 10.

2- Projetos de Decreto Legislativo Regional:

N.º 34/XIII/1.ª http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjDLR034.pdf
Assunto: Reconhecimento do tempo de serviço dos trabalhadores integrados no SRS ao abrigo do artigo 11.º do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2024/A, de 24 de junho
Proveniência: BE
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31
Comissão: Política Geral
Data-Limite de Parecer: 2025 - 05 – 19;

N.º 35/XIII/1.ª http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPjDLR035.pdf
Assunto: Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 36/2021/A, de 30 de novembro, que estabelece a Orgânica dos Serviços da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Deputados que compõem a Mesa da ALRA

Data de Entrada: 2025 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2025 - 04 – 07.

3- Propostas de Decreto Legislativo Regional:

N.º 28/XIII/1.ª http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPpDLR028.pdf

Assunto: Regime geral de prevenção e gestão de resíduos na Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Governo

Data de Entrada: 2025 – 04 – 01

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2025 – 05 – 07.

4- Propostas de Resolução:

N.º 7/XIII/1.ª http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPpR007.pdf

Assunto: Apoio à cobertura informativa dos trabalhos do Plenário da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Proveniência: Mesa

Data de Entrada: 2025 – 03 – 12

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data-Limite de Parecer: 2025 - 04 – 14;

N.º 8/XIII/1.ª http://base.alra.pt:82/iniciativas/iniciativas/XIIIEPpR008.pdf

Assunto: 1.º Orçamento Suplementar da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2025
Proveniência: Mesa
Data de Entrada: 2025 – 04 – 01
Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data-Limite de Parecer: 2025 - 04 – 07.

5- Petições:

N.º 20/XIII/1.ª http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpeti988.pdf
Assunto: Contra a postura discriminatória do Governo Regional e reivindicação de um suplemento remuneratório similar ao dos colegas, assistentes técnicos, da RIAC
Proveniência: Hélder Tiago Vieira Soares
Data de Entrada: 2025 – 03 – 21
Comissão: Política Geral
Data-Limite de Parecer: Em processo de admissão

6- Requerimentos:

Assunto: Pescadores da Graciosa, Flores e Corvo sentem-se abandonados relativamente à gestão da quota do goraz
Autores: José Ávila, Lubélio Mendonça, Dora Valadão, José Eduardo, Andreia Cardoso, Carlos Silva e Marta Matos (PS)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 13
Referência: 54.02.00 – N.º 305/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque305.pdf

Assunto: PS/Açores quer conhecer acordo entre o Governo Regional e o Governo da República sobre os RATEIOS na agricultura
Autores: Patrícia Miranda, Isabel Teixeira, Dora Valadão, José Ávila, Luís Vieira Leal, Marlene Damião, Gualberto Rita, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 18
Referência: 54.02.00 – N.º 306/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque306.pdf

Assunto: Descargas de atum patudo na Lota de Ponta Delgada
Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 19
Referência: 54.09.02 – N.º 307/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque307.pdf

Assunto: Caderno de encargos do estudo anunciado pelo Governo Regional sobre a alienação de empresas do Sector Público Empresarial da Região Autónoma dos Açores
Autor: António Lima (BE)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 20
Referência: 54.06.00 – N.º 308/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque308.pdf

Assunto: Relatório final grupo de trabalho para a Revisão da Lei de Finanças Regionais
Autor: António Lima (BE)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 20

Referência: 54.06.00 – N.º 309/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque309.pdf

Assunto: PS/Açores questiona Governo sobre cortes nos apoios para a realização de eventos
Autores: Marlene Damião, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo, Marta Matos, Berto Messias, Cristina Calisto, Dora Valadão, Gualberto Rita, Inês Sá, Isabel Teixeira, Joana Pombo Tavares, João Vasco Costa, José Ávila, Lubélio Mendonça, Luís Vieira Leal, Mário Tomé, Patrícia Miranda e Sandra Costa Dias (PS)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 20
Referência: 54.02.00 – N.º 310/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque310.pdf

Assunto: Contabilização do tempo de serviço de enfermeiros com contrato Covid-19 nos Açores
Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 24
Referência: 54.09.00 – N.º 311/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque311.pdf

Assunto: Fiscalização do bem-estar animal
Autor: Pedro Neves (PAN)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 25
Referência: 54.08.00 – N.º 312/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque312.pdf

Assunto: Barcos de pesca turística estrangeiros a operar nos Açores

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 26
Referência: 54.09.00 – N.º 313/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque313.pdf

Assunto: Regulamento de tarifas da Portos dos Açores
Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 26
Referência: 54.09.00 – N.º 314/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque314.pdf

Assunto: Marina das Lajes das Flores
Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 26
Referência: 54.09.08 – N.º 315/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque315.pdf

Assunto: Aplicação da Lei dos Solos aos Açores
Autor: António Lima (BE)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 27
Referência: 54.06.00 – N.º 316/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque316.pdf

Assunto: Zona balnear do Ilhéu de Vila Franca do Campo com interdição a banhos em 2025

Autores: João Bruto da Costa, Délia Melo, Paulo Gomes, Sabrina Furtado, Salomé Matos, Luis Raposo, Flávio Soares e Paulo Simões (PSD)

Data de Entrada: 2025 – 03 – 28

Referência: 54.03.02 – N.º 317/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque317.pdf

Assunto: Falta de segurança na rede viária da ilha do Pico

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025 – 03 – 28

Referência: 54.09.06 – N.º 318/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque318.pdf

Assunto: José Manuel Bolieiro falha promessa com o ensino profissional

Autores: Marlene Damião, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo, Marta Matos, Patrícia Miranda, Sandra Costa Dias, Luís Vieira Leal, Berto Messias, Inês Sá, Mário Tomé e Lubélio Mendonça (PS)

Data de Entrada: 2025 – 03 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 319/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque319.pdf

Assunto: Reafectação de verbas do PRR para o SOLENERGE

Autores: José Pacheco, Olivéria Santos, Francisco Lima, Hélia Cardoso e José Paulo Sousa (CH)

Data de Entrada: 2025 – 03 – 31

Referência: 54.09.00 – N.º 320/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque320.pdf

Assunto: Jovens Açorianos aguardam mais de um ano pelos pagamentos do Governo Regional no âmbito do programa "Qualifica Superior"
Autores: Russell Sousa, Andreia Cardoso, Carlos Silva, José Eduardo e Marta Matos (PS)
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31
Referência: 54.02.00 – N.º 321/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque321.pdf

Assunto: Atrasos no rastreio do cancro da mama representa retrocesso no combate ao cancro nos Açores
Autores: Andreia Cardoso, Carlos Silva, Cristina Calisto, Gualberto Rita, Marlene Damião, Patrícia Miranda, Russell Sousa, Sandra Costa Dias, Vasco Cordeiro, José Eduardo e Marta Matos (PS)
Data de Entrada: 2025 – 04 – 01
Referência: 54.02.00 – N.º 322/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque322.pdf

Assunto: Aplicação de produto não identificado na via pública
Autor: António Lima (BE)
Data de Entrada: 2025 – 04 – 03
Referência: 54.06.00 – N.º 323/XIII.
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIreque323.pdf

7- Respostas a Requerimentos:

Assunto: Realização de obras urgentes no Pavilhão da Escola Básica e Secundária de São Roque do Pico

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 18

Referência: 54.02.06 – N.º 241/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp241.pdf

Assunto: Plano Regional para a Inclusão Social e a Cidadania (PRISC)

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 18

Referência: 54.02.00 – N.º 243/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp243.pdf

Assunto: Inação do Governo Regional está a prejudicar marienses no acesso à saúde

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 18

Referência: 54.02.01 – N.º 249/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp249.pdf

Assunto: Acesso à vacina COVID-19 nas unidades de saúde de ilha da Região

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 262/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp262.pdf

Assunto: Custo do serviço prestado pela CUF Açores ao Serviço Regional de Saúde

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 18

Referência: 54.02.00 – N.º 270/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp270.pdf

Assunto: Base da AZORES AIRLINES em Lisboa
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 18
Referência: 54.09.00 – N.º 276/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp276.pdf

Assunto: Número de trabalhadores em funções públicas
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 18
Referência: 54.09.00 – N.º 281/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp281.pdf

Assunto: Divulgação do estudo complementar para a ampliação da pista do Aeroporto do Pico
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 18
Referência: 54.02.06 – N.º 285/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp285.pdf

Assunto: Informações sobre a monitorização do Gás Radão nos Açores e Plano Regional de Radão
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 18
Referência: 54.10.00 – N.º 288/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp288.pdf

Assunto: Taxa de vacinação contra a gripe nos Açores

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 289/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp289.pdf

Assunto: Medicamentos para diabéticos esgotados

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 18

Referência: 54.09.00 – N.º 290/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp290.pdf

Assunto: PS/Açores preocupado com a extinção da Direção do Serviço de Classificação de Leite de São Miguel

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 18

Referência: 54.02.02 – N.º 292/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp292.pdf

Assunto: Elevada taxa de cesarianas nos Açores

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 18

Referência: 54.06.00 – N.º 300/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp300.pdf

Assunto: Volvidos mais de 1000 dias, Governo deixa "na gaveta" o Livro Branco

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 24

Referência: 54.02.00 – N.º 273/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp273.pdf

Assunto: Aquário de Porto Pim continua encerrado
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 24
Referência: 54.02.07 – N.º 274/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp274.pdf

Assunto: Compensações aos pescadores açorianos pela criação da RAMPA - (Rede de Áreas Marinhas Protegidas dos Açores)
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 24
Referência: 54.09.00 – N.º 282/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp282.pdf

Assunto: Requalificação das instalações da EBI de Lagoa
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 25
Referência: 54.02.02 – N.º 295/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp295.pdf

Assunto: Complexo Desportivo do Lajedo
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31
Referência: 54.09.02 – N.º 269/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp269.pdf

Assunto: O que se passa na Escola Básica e Secundária da Graciosa?

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 31

Referência: 54.02.04 – N.º 278/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp278.pdf

Assunto: Via Vitorino Nemésio

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 31

Referência: 54.09.03 – N.º 280/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp280.pdf

Assunto: Alteração Orçamental

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 31

Referência: 54.09.00 – N.º 298/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp298.pdf

Assunto: Estudo sobre avaliação de novo reequilibro financeiro da SATA no valor de 31,4 milhões de euros

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 31

Referência: 54.02.00 – N.º 299/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp299.pdf

Assunto: Quota de Goraz (Pagellus Bogaraveo) nos Açores

Autor: Governo

Data de Entrada: 2025 – 03 – 31

Referência: 54.09.00 – N.º 301/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp301.pdf

Assunto: Objetivos políticos e custos associados à pesquisa e estudo sobre os descendentes dos açorianos que povoaram o Alentejo no século XVIII
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31
Referência: 54.02.00 – N.º 304/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp304.pdf

Assunto: Pescadores da Graciosa, Flores e Corvo sentem-se abandonados relativamente à gestão da quota do goraz
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31
Referência: 54.02.00 – N.º 305/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp305.pdf

Assunto: PS/Açores quer conhecer acordo entre o Governo Regional e o Governo da República sobre os RATEIOS na agricultura
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31
Referência: 54.02.00 – N.º 306/XIII;
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp306.pdf

Assunto: Relatório final grupo de trabalho para a Revisão da Lei de Finanças Regionais
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31
Referência: 54.06.00 – N.º 309/XIII;

http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp309.pdf

Assunto: Número de construções nos Açores nos últimos 25 anos
Autor: Governo
Data de Entrada: 2025 – 04 – 04
Referência: 54.09.00 – N.º 297/XIII.
http://base.alra.pt:82/Doc_Req/XIIIrequeresp297.pdf

8- Informações:

Assunto: Ofício a comunicar o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARa
Proveniência: Luís Garcia, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD
Data de Entrada: 2025 – 03 – 12;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a acusar a receção e a agradecer o envio da carta endereçada ao Presidente do Conselho Europeu, António Costa, sobre a Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2024 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre um Quadro Financeiro Plurianual com a Política de Coesão, Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que garantam o reconhecimento das especificidades das Regiões Ultraperiféricas
Proveniência: Pedro LOURTIE, Chefe do Gabinete do Presidente do Conselho Europeu
Data de Entrada: 2025 – 03 – 12;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARa
Proveniência: Marta Matos, Deputada do Grupo Parlamentar do PS
Data de Entrada: 2025 – 03 – 13;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARa
Proveniência: Patrícia Miranda, Deputada do Grupo Parlamentar do PS
Data de Entrada: 2025 – 03 – 13;

Assunto: Ofício ref.ª 63/2025, a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, cópia do Voto de Congratulação pelas conquistas nas competições nacionais e internacionais do grupo de dança "Corpo em Movimento", aprovado por unanimidade na reunião do dia 17 de fevereiro de 2025
Proveniência: Maria Teresa Fortuna de Faria Ribeiro Cândido, Presidente da Assembleia Municipal da Horta
Data de Entrada: 2025 – 03 – 14;

Assunto: Ofício 02/2025/XIII a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento, para a sessão legislativa de abril de 2025 de uma interpelação ao Governo Regional sobre a política de quotas em vigor na Região Autónoma dos Açores, determinada pela Federação das Pescas dos Açores, que beneficia grandes grupos económicos e empresários do sector, em detrimento das ilhas de menor dimensão
Proveniência: Paulo Margato, Representação Parlamentar do PPM
Data de Entrada: 2025 – 03 – 18;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Resolução n.º 28/XIII/1.ª (PAN) - Acesso à Interrupção Voluntária da Gravidez (IVG), até 16 de maio de 2025
Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2025 – 03 – 18;

Assunto: Ofício a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores prorrogação de prazo para emissão de parecer da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XIII/1.ª (GOV) - Estabelece o regime jurídico da avaliação do impacte e do licenciamento ambiental, até 22 de abril de 2025, do Projeto de Resolução n.º 35/XIII/1.ª (CH) - Recomenda ao Governo Regional dos Açores a adoção de medidas eficazes com vista a facilitar a construção pública e privada, até 30 de maio de 2025, da Anteproposta de Lei n.º 9/XIII/1.ª (BE) - Décima alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 267/80, de 8 de agosto, na sua redação atual, até 14 de maio de 2025 e das Petições n.os 9/XIII/1.ª - Criação de condições para Salvar a Praia do Monte Verde e a Levada da Condessa na Ribeira Grande, 12/XIII/1.ª - Pela proteção e requalificação da Praia Formosa, ilha de Santa Maria, ambas até 14 de maio de 2025 e 13/XIII/1ª - Não ao uso do glifosato em zonas públicas nos Açores, até 22 de abril de 2025
Proveniência: Flávio Soares, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
Data de Entrada: 2025 – 03 – 18;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da

Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XIII/1.ª (BE) - Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016/A, de 29 de setembro - Regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores, até 21 de abril de 2025 e do Projeto de Resolução n.º 32/XIII/1.ª (PS) - Medidas de apoio à integração, formação e legalização dos Imigrantes nos Açores, até 8 de maio de 2025

Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais

Data de Entrada: 2025 – 03 – 20;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 20 de março de 2025, a Comissão Especializada Permanente de Economia deliberou admitir a Petição n.º 18/XIII/1.ª – Atribuição de Remuneração Complementar Regional aos Oficiais de Justiça nos Açores

Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025 – 03 – 20;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 21 de março de 2025, a Comissão Especializada Permanente de Política Geral deliberou admitir a Petição n.º 19/XIII/1.ª – 35 horas semanais para todos os trabalhadores açorianos

Proveniência: José Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025 – 03 – 21;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer da Anteproposta de Lei n.º 10/XIII/1.ª (CH) - Alteração ao Código do Direito de Autor dos Direitos Conexos, até 2 de junho de 2025
Proveniência: Sandra Costa Dias, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2025 – 03 – 28;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2025/130 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório Anual de Publicidade Institucional, em cumprimento do determinado no artigo 4.º do Decreto Legislativo Regional n.º 20/2010/A, de 31 de maio, alterado e republicado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 18/2014/A, de 30 de outubro, que introduz regras de transparência na aquisição de publicidade pelos serviços da administração regional e local
Proveniência: Sandra C. C. Alemão, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades
Data de Entrada: 2025 – 03 – 28;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2025/136 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores os Planos e Orçamentos das Empresas do Setor Público Empresarial Regional (SPER), em cumprimento do determinado no artigo 3.º do Decreto Legislativo Regional n.º 25/2011/A, de 28 de outubro, que estabelece o regime de informação e apresentação de contas pelo SPER à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Sandra C. C. Alemão, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer da Petição n.º 10/XIII – Recomendar ao Governo a recuperação urgente das Termas do Varadouro, até 28 de abril de 2025
Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31;

Assunto: Ofício remetido por correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento, para a sessão legislativa de abril de 2025 de um debate de urgência sobre "Habitação: Desafios e Futuro"
Proveniência: José Pacheco, Presidente do Grupo Parlamentar do CH
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31;

Assunto: Correspondência remetida por correio eletrónico a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a acusar a receção e a agradecer o envio da Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2024 - Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre um Quadro Financeiro Plurianual com a Política de Coesão, Política Agrícola Comum e Política Comum de Pescas, reforçadas e que garantam o reconhecimento das especificidades das Regiões Ultraperiféricas
Proveniência: Bjon Seibert, em nome da Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31;

Assunto: Ofício 03/2025/XIII a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o cancelamento para a sessão legislativa de abril de 2025 de uma interpelação ao Governo Regional sobre a política de quotas em vigor na Região Autónoma dos Açores, determinada pela Federação das Pescas dos Açores, que beneficia grandes grupos económicos e empresários do sector, em detrimento das ilhas de menor dimensão
Proveniência: João Mendonça, Representação Parlamentar do PPM
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31;

Assunto: Ofício SAI-SRAPC/2025/149 a remeter a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o Relatório relativo ao ano de 2024 sobre a aquisição, oneração e alienação de imóveis do domínio privado da Região e dos institutos públicos regionais, bem como sobre a cedência, arrendamento e locação financeira de bens imóveis, em cumprimento do determinado no artigo 10-A.º do Decreto Legislativo Regional n.º 11/2008/A, de 19 de maio, que estabelece o regime jurídico da Gestão dos imóveis do Domínio Privado da Região Autónoma dos Açores, na redação dada pelo Decreto Legislativo Regional n.º 8/2017/A, de 10 de outubro
Proveniência: Sandra C. C. Alemão, Adjunta do Gabinete de Sua Excelência o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades
Data de Entrada: 2025 – 03 – 31;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Resolução n.º 31/XIII/1.ª (CH) - Recomenda ao Governo Regional dos Açores que intervenha junto da SATA Internacional - Açores Airlines SA. ("SATA") a fim de alterar o local onde se situa a Base Aérea, até 2 de junho de 2025
Proveniência: Paulo Simões, Presidente da Comissão Especializada Permanente de

Economia

Data de Entrada: 2025 – 04 – 01;

Assunto: Solicitação a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores de prorrogação de prazo para emissão de parecer do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 30/XIII/1.ª (BE) - Dignificação e Valorização dos Assistentes Técnicos da Subdireção Regional dos Transportes Terrestres dos Açores, até 7 de maio de 2025

Proveniência: José Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025 – 04 – 01;

Assunto: Ofício S/059/2025/XIII, a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o agendamento para a sessão plenária de abril de uma interpelação ao Governo Regional sobre "Transportes Marítimos"

Proveniência: Andreia Cardoso, Presidente do Grupo Parlamentar do PS

Data de Entrada: 2025 – 04 – 01;

Assunto: Ofício a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sua reunião de 1 de abril de 2025, a Comissão Especializada Permanente de Política Geral deliberou admitir a Petição n.º 20/XIII/1.ª – Contra a postura discriminatória do Governo Regional e reivindicação de um suplemento remuneratório similar ao dos colegas, assistentes técnicos, da RIAC

Proveniência: José Ávila, Presidente da Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025 – 04 – 01;

Assunto: Ofício a comunicar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores o exercício de outras atividades, nos termos do artigo 102.º do EPARa
Proveniência: João Mendonça, Deputado da Representação Parlamentar do PPM
Data de Entrada: 2025 – 04 – 01;

Assunto: Correio eletrónico a solicitar a Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a suspensão temporária do mandato de Deputado, pelo círculo eleitoral de S. Miguel, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Estatuto dos Deputados, com efeitos a partir do dia 8 de abril de 2025, até ao dia 17 de abril, inclusive
Proveniência: José Manuel Resendes Leal, Deputado do Grupo Parlamentar do PSD
Data de Entrada: 2025 – 04 – 07;

Assunto: Ofício 21/025/MS a informar Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores que, na sequência da comunicação da suspensão do mandato do Deputado José Manuel Resendes Leal, nos termos do n.º 1 do artigo 18.º da Lei Eleitoral da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, do n.º 1 do artigo 33.º do EPARa e do n.º 1 do artigo 9.º do Estatuto dos Deputados, a vaga será preenchida pela candidata, Márcia Fernanda Oliveira Goulart, que já tem os poderes verificados, com efeitos a partir de 8 de abril, inclusive
Proveniência: João Bruto da Costa, Presidente do Grupo Parlamentar do PSD
Data de Entrada: 2025 – 04 – 07.

9- Relatórios:

Assunto: Sobre verificação de impedimentos e incompatibilidades da Deputada

Cecília Maria Soares Estácio

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025 – 03 – 18;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21370.pdf

Assunto: Sobre o pedido de autorização e levantamento de imunidade parlamentar para que o Deputado José Manuel Resendes Leal possa prestar depoimento, na qualidade de testemunha, no âmbito da Ação de processo Comum n.º 2827/23.6T8PDL

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025 – 03 – 18;

http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21371.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto-Lei que - Estabelece o regime jurídico da mobilidade elétrica, aplicável à organização, acesso e exercício das atividades relativas à mobilidade elétrica, e conformidade com o disposto no Regulamento (UE) 2023/1804 - MIH - (Reg. DL 41/XXIV/2025) - Audição n.º 34/XIII/1.ª - GR

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Data de Entrada: 2025 – 03 – 20.

Assunto: Sobre a Petição n.º 14/XIII/1.ª – Prevenção da Segurança das Crianças, e dos Idosos e todos que circulam nas ruas do Capelo incluindo Norte Pequeno através da Redução de Velocidade do Trânsito na zona do Parque Infantil e estradas do Norte Pequeno e nas estradas do Capelo

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Política Geral

Data de Entrada: 2025 – 04 – 02.

http://base.alra.pt:82/Peticao_Abaixo/XIIIpare330.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2025 – 04 – 07;
http://base.alra.pt:82/Doc_Noticias/NI21456.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 17/XIII/1.ª (PS) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016, de 29 de setembro - regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2025 – 04 – 03;
http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR017.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 25/XIII/1.ª (BE) – Segunda alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 18/2016/A, de 29 de setembro - Regime jurídico de licenciamento, organização e fiscalização do exercício da atividade de ama na Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Assuntos Sociais
Data de Entrada: 2025 – 04 – 03;
http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjDLR025.pdf

Assunto: Nos termos do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2025 – 04 – 04;

http://base.alra.pt:82/4DACTION/w_pesquisa_registo/8/21450

Assunto: Sobre o Projeto de Portaria - Define o modo de proceder ao apuramento do valor do Subsídio Social de Mobilidade no âmbito dos serviços de transporte entre o Continente e as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e entre estas Regiões, previsto no Decreto-Lei n.º [461/XXIV/2024] - Audição n.º 35/XIII/1.ª - GR
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2025 – 03 – 17;

Assunto: Sobre o Projeto de Lei n.º 570/XVI/1.ª (BE) - Alarga o direito ao subsídio social de mobilidade a todos os imigrantes residentes na Região Autónoma da Madeira e amplia o universo de beneficiários estudantes (Segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 134/2015, de 24 de julho) - Audição n.º 33/XIII/1.ª - AR
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2025 – 03 – 19;
http://base.alra.pt:82/Doc_Audi/XIIIP2002-AR.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 19/XIII/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo Regional dos Açores a regulamentação dos veículos utilizados no transporte de passageiros em táxi através de nova portaria
Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia
Data de Entrada: 2025 – 03 – 24;
http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR019.pdf

Assunto: Sobre o Projeto de Resolução n.º 24/XIII/1.ª (CH) – Recomenda ao Governo Regional dos Açores que promova as diligências necessárias a fim de garantir no âmbito do programa de opções específicas para fazer face ao afastamento e à insularidade ("POSEI") o apoio monetário ao produtor individual de banana na Região

Autónoma dos Açores

Proveniência: Comissão Especializada Permanente de Economia

Data de Entrada: 2025 – 04 – 02.

http://base.alra.pt:82/iniciativas/comissao/XIIICPjR024.pdf

Diários e Separatas:

Estão presentes nesta Sessão Plenária as Separatas n.os 21, 22 e 23/XIII.

Consideram-se aprovados nesta Sessão Plenária os Diários n.os 37, 38, 39, 40, 41 e 43/XIII.

Os Serviços de Redação.